

Julho 2021

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Desemprego estimado em 32,3 por cento	6
1.2 Indicadores da evolução do mercado de trabalho em Angola	6
1.3 Milhares de famílias à espera do Kwenda	7
1.4 Combate à pobreza	7
1.5 Angola: Mais de 5 milhões não se alimentaram de forma saudável em 2020	8
1.6 "Kwenda" assiste 52.250 famílias	9
1.7 Mais de 40 mil famílias do Seles e Quilengues recebem acima de mil milhões de kwanzas	9
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>11</b>
2.1 Crédito concedido à economia real ultrapassa 500 mil milhões Kz	11
2.2 Centenas de jovens no Zaire beneficiam de micro-créditos	11
2.3 BNA ajusta operações de micro finanças	12
2.4 Metade da população adulta é bancarizada	13
2.5 Microcrédito beneficia mais de 300 cooperativas	13
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>15</b>
3.1 As verdades e inverdades do mercado de trabalho formal	15
3.2 Desordem ensombra mercado da Mabunda	16
3.3 Angola perdeu 537 mil postos de trabalhos formais em 2020 e 'ganhou' 786 mil informais	17
3.4 Emprego informal dispara e estagnação da economia agrava mercado de trabalho	18
3.5 Diferencial entre mercado formal e informal estabiliza abaixo dos dois dígitos	19
3.6 Já é mais barato comprar divisas no informal que na banca comercial	20
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>22</b>
4.1 A dívida interna e externa angolana ao raio – X...	22
4.2 Orçamento participativo apreciado em 64 municípios	22
4.3 A reforma orçamental do Estado (parte 2)	23
4.4 Cunene: Aprovada proposta de gastos em 2022	25
<b>5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA</b>	<b>26</b>
5.1 Luanda soma e segue com o 4º governante em quatro anos de JLO	26
5.2 Mosaiko encoraja participação nas autárquicas	26
5.3 Joana Lina Empurrada para fora do GPL por «jogos de interesse»	26
5.4 PR agenda dividir cinco províncias em véspera das eleições	28
5.5 Moradores recebem consultas jurídicas	28
5.6 Orçamento participativo apreciado em 64 municípios	29
5.7 Entidades administrativas independentes têm regime	29
<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>31</b>

6.1	Obras de complexo residencial arrancam nos próximos dias	31
6.2	Famílias de ex-militares recebem residências	31
6.3	Kilamba precisa de bilião e meio de kwanzas para manter serviços	31
6.4	Moradores recebem consultas jurídicas	33
6.5	Gestora de terrenos apoia obras no Kilamba	34
6.6	Edifício autárquico começa a ser erguido	34
6.7	Arquitecto contra as fraudes	35
6.8	Auto- construção dirigida 100 famílias beneficiam de lotes de terra no Dundo	35
6.9	Retoma de entrega de habitações não contempla novas vendas	36
6.10	Primeiro Metro de Superfície de Luanda vai ter 4 linhas	36
6.11	3ª fase Com uma extensão de 58 quilómetros, percurso Cacucaco-Benfica será o mais longo da rota	38
6.12	Bilheteira do Metro de Superfície prevê facturar mais de mil milhões USD	39
6.13	Metro de superfície de Luanda tem agora a Siemens como parceira	40
6.14	Bitá-Cacati um bairro vizinho da centralidade do Kilamba onde falta quase tudo	40

## 7. TERRA 42

7.1	O doloroso Drama de 450 Famílias « atiradas »em casebres de chapa	42
7.2	Realojadas centenas famílias no Mayé Mayé	42
7.3	EGTI garante financiar obras com 80 milhões	43
7.4	Gestora de terrenos apoia obras no Kilamba	43
7.5	Gestora de terrenos apoia obras no Kilamba	44
7.6	Desminados em todo o país mais de um milhão de hectares	44

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 46

8.1	Elisal deve Kz 2,9 mil milhões à AGT e INSS	46
8.2	Dívida da Elisal para com o INSS foi paga este ano de forma integral	46
8.3	Macro-drenagem facilita mobilidade	46
8.4	Operadores de limpeza vão apresentar relatórios semanais	47
8.5	SIC responsabiliza administrações e cidadãos no vandalismo a sarjetas	48
8.6	Empresa de Águas vai perdoar dívidas aos consumidores sem fontes de receita	48
8.7	Consumo de água imprópria preocupa PRS	49
8.8	Projecto visa reduzir impacto da seca na província do Cunene	49
8.9	Seis em cada 10 pessoas em Angola não têm água em casa	51
8.10	Sociedade civil do Cunene apresenta preocupações	52
8.11	Consequências da seca no Cunene com dias contados	52
8.12	Banco Mundial garante 1,7 mil milhões de dólares	55
8.13	EPAL desactiva 136 ligações clandestinas	56
8.14	"Águas de Portugal" assina contratos no valor de 8,9 milhões	56
8.15	Jornal Economia & Finanças	57
8.16	Dívida do consumo de água próxima dos 14 mil milhões	57
8.17	Angola pede ajuda para combater seca no Cunene	58
8.18	OMUNGA contra investimento em chimpacas anunciado pelo PR	58
8.19	Água corrente no Huambo chega a 20 mil habitações	59

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 60

9.1	Luanda, incertezas e novos desafios	60
9.2	Registados 334 casos de violência doméstica	61

## 10. AMBIENTE 62

10.1	Leilão de madeira arrecada 200 milhões de kwanzas	62
10.2	Governo aumenta produção de mobiliários escolares	63
10.3	Consequências da seca no Cunene com dias contados	64
10.4	Crédito de carbono junta UA e petrolíferas na defesa de mangais no País	66
10.5	Setecentos mil mangais plantados em Luanda	67
10.6	Angola pede ajuda para combater seca no Cunene	68
10.7	OMUNGA contra investimento em chimpacas anunciado pelo PR	68

## **11. MINEIRA** **70**

## **12. MIGRAÇÃO** **70**

## **13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA** **70**

13.1	Investimento Directo Estrangeiro na China aumentou 6% em 2020	70
13.2	Angola e China estreitam relações militares	71
13.3	Fórum Macau felicita país pela Cimeira da CPLP	71

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Desemprego estimado em 32,3 por cento

*Jornal Economia & Finanças*  
9 De Julho de 2021

A taxa de actividade dos homens (9º,1 por cento) em comparação com a das mulheres (88,8) não apresentou diferenças significativas (a diferença foi de 1,3 pontos percentuais a mais para os homens).

Observou-se que nos grupos etários 15-24, 25-34, 35-44 e 45-54 anos, a taxa de actividade dos homens foi ligeiramente superior em relação a das mulheres.

A taxa de actividade nos jovens com 15-24 anos foi estimada em 81,9 por cento, sendo de 82,9 para os homens e 80,9 para as mulheres.

A taxa de actividade é mais elevada no grupo etário com 35-44 anos. A província da Huíla apresentou a maior taxa de actividade com 98,4 por cento.

Os dados apontam que, no extremo oposto a província de Luanda registou a menor taxa de actividade do país com 83 por cento.

Em Angola 60,5 por cento da população com 15 ou mais anos, é absorvida no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego na população com 15 ou mais anos em Angola em 2020 foi estimada em 32,3 por cento (correspondendo a 4.857.368 pessoas). Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de emprego foi estimada em 60,5 por cento (correspon- dendo a 10.174.459 pessoas).

O relatório assegura que o emprego informal afectou quatro quintos da população empregada, enquanto a .taxa de subemprego situou-se em 10 por cento.

Em 2020 as diferenças não são substanciais em relação à população empregada, tendo diminuído em -0,7 pontos percentuais (p.p.).

A variação anual da taxa de desemprego teria aumentado em 2,1 p.p. em relação ao ano anterior.

A média de idade da população empregada é de 37,1 anos. O desemprego é acentuado nos mais jovens, com média de idade de 27,3 anos.

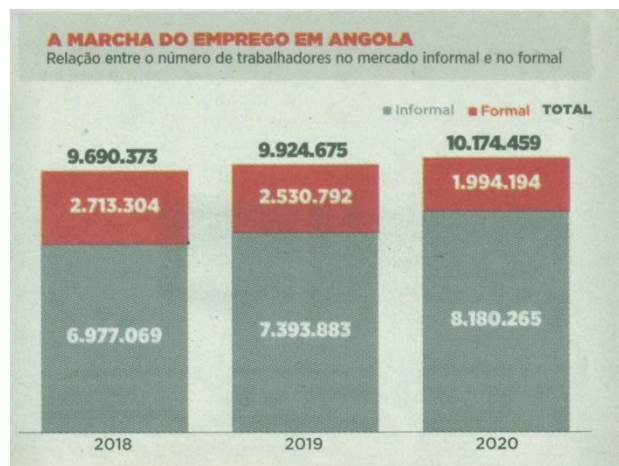
A população empregada e desempregada com 15 ou mais idade constitui a força de trabalho nacional.

Em 2020, a população economicamente activa foi estimada em 15. 031.826 pessoas, sendo 7. 211.137 homens e 7.820 689 mulheres e concentrava-se, maioritariamente na área urbana (8. 635. 464) e rural (6. 396.362). A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos de idade foi estimada em 89,4 por cento, sendo na área rural superior a da área urbana, em 94,4 e 86,1 por cento, respectivamente.

## I.2 Indicadores da evolução do mercado de trabalho em Angola

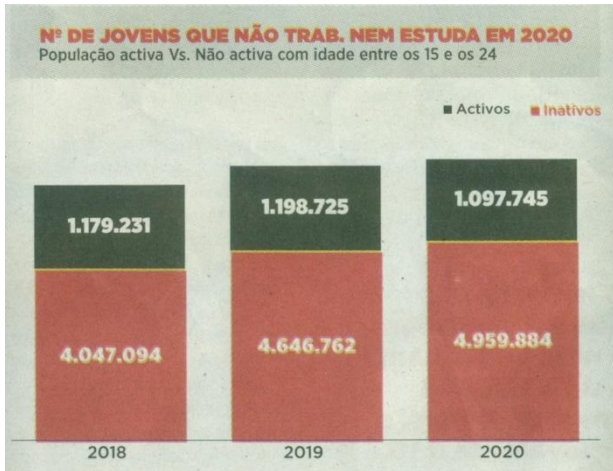
*Jornal Expansão*  
9 De Julho de 2021

Mais de 56% da população desempregada em Angola é jovem entre 15 e 24 anos, ou seja, cerca de 3 milhões de pessoas. O mercado de trabalho tem sido confrontado com vários desafios, desde as cinco receções económicas até à pandemia de Covid-19. As autoridades reconhecem que o momento é difícil, tendo em conta a marcha da economia que caminha para sua sexta recessão.



**EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA**  
Indicador

INDICADOR	2010	2018	2019	2020
Taxa de emprego	70,2	62,1	60,3	60,5
Taxa de emprego, Homens	72,8	64,8	62,5	62,7
Taxa de emprego, Mulheres	67,8	58,7	58,3	58,6
Taxa de emprego, Área Urbana	59,2	53,5	49,1	47,8
Taxa de emprego, Área Rural	84,7	75,7	76,9	79,5
Taxa de desemprego	9,8	28,8	31,8	32,3
Taxa de desemprego, Homens	8,2	26,6	30,0	30,4
Taxa de desemprego, Mulheres	11,2	30,9	33,5	34,0
Taxa de desemprego, Área Urbana	16,9	36,5	42,6	44,5
Taxa de desemprego, Área Rural	2,1	16,2	17,0	15,8



receber as Transferências Sociais Monetárias através de multicaixa ou cash.

O Seles é o nono município a beneficiar do processo de transferências sociais monetárias, depois do Nzeto, Cacula, Ombadja, Cambundi Catembo, Cuito Cuanavale, Quiculungo, Dembos e Andulo, nas províncias do Zaire, Huíla, Cunene, Malanje, Cuando Cubango, Cuanza-Norte, Bengo e Bié.

Além das transferências sociais monetárias, o KWENDA comporta, igualmente, a componente de inclusão produtiva, que visa apoiar as iniciativas económicas das famílias residentes nos municípios seleccionados.

Para a materialização da terceira componente, a da municipalização da acção social, será inaugurado o Centro de Acção Social Integrado (CASI), com o objectivo de aproximar os cidadãos aos serviços essenciais, como Registo de Nascimento e Civil, bem como intermediar conflitos de vária ordem dos municípios.

A última componente é o Reforço do Castro Social Único, que irá reunir dados dos cidadãos em situação de pobreza ou vulnerabilidade, sobre os quais o Estado irá traçar as políticas públicas.

Sobre o programa

O KWENDA é um programa do Executivo angolano que visa criar políticas de apoio às famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade no país.

Avaliado em 420 milhões de dólares (320 milhões financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões provenientes do Tesouro Nacional), o programa é operacionalizado pelo Fundo de Apoio Social (FAS) - Instituto de Desenvolvimento Local -, agência governamental dotada de personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa, que, em coordenação com outros programas de combate à pobreza, contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades.

### 1.3 Milhares de famílias à espera do Kwenda

*Jornal de Angola*  
13 De Julho de 2021  
Texto: Sérgio Chivas

Os 20.820 agregados familiares cadastrados no município do Seles, província do Cuanza-Sul, começam, quinta-feira, a beneficiar do Programa de Fortalecimento da Protecção Social (KWENDA), iniciativa do Estado angolano que visa apoiar as famílias em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

Os beneficiários do Seles, segundo um comunicado de imprensa chegado, ontem, à nossa redacção, irão

### 1.4 Combate à pobreza

*Jornal de Angola*  
15 De Julho de 2021

As políticas adoptadas pelo Governo para combater a pobreza fizeram com que 60 mil pessoas tenham sido integradas em actividades geradoras de renda, no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, que está a ser implementado em todos os 164 municípios do país.

São dados do Relatório Nacional Voluntário sobre a implementação da Agenda 2030 e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentados, terça-feira, pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, durante o Fórum Político de Alto Nível do Conselho Económico e Social.

Para o país relançar a economia e combater a pobreza, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações permitiu, entre 2019 e 2021, financiar mais de 788 projectos produtivos. O país direccionou políticas públicas de redução das importações e aumento da produção interna.

Ainda no quadro do combate à pobreza, o país, em pouco menos de dois anos, deixou de importar hortícolas, tubérculos e reduziu a importação de outros bens alimentares, como cereais, óleo alimentar, sal, batata-rena e batata-doce.

Além do Programa de Privatizações (PROPRIV), que permitiu arrecadar receitas, o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) serviu para a construção de 811 escolas em todo o país, expandir a rede hospitalar e rodoviária, assim como canalização de água e electricidade nos 164 municípios do país.

Com o apoio dos parceiros da cooperação para o desenvolvimento, em particular a União Europeia e o Banco Mundial, estão a ser executados programas e projectos para a Protecção Social e Transferências Monetárias (Kwenda), com uma cobertura de um 1,6 milhões de famílias.

Angola projecta, por outro lado, reduzir os índices de pobreza para 27 por cento até 2030. Até ao primeiro trimestre de 2021, 60 por cento da população beneficiou dos serviços básicos de saúde, registando-se no período de 2000 a 2019 o aumento de 19 anos de esperança média de vida dos angolanos, que passou de 42 para 61 anos.

## 1.5 Angola: Mais de 5 milhões não se alimentaram de forma saudável em 2020

*Novo Jornal*

*16 De Julho de 2021*

*Texto: Teresa Fukiady*

Pelo menos 5,5 milhões de pessoas em Angola não se alimentaram de forma saudável em 2020, conclui um relatório intitulado O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, consultado pelo Novo Jornal.

Divulgado na segunda-feira, 12, o estudo refere que, globalmente, no ano marcado pela Covid-19, houve um agravamento dramático da fome no mundo, com quase um décimo da população mundial a sofrer de subnutrição.

Produzido em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Alimentar Mundial

(PAM), o relatório, segundo cálculos do INE a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), estima que o número de pessoas subnutridas no País seja superior à soma da população total de sete das 18 províncias, nomeadamente: Kwanza-Norte, Namibe, Kuando Kubango, Lunda-sul, zaire, Moxico e Cabinda, uma vez que a soma da população dessas zonas é equivalente a pouco mais de cinco milhões de habitantes, número, portanto, inferior aos 5,5 milhões de angolanos subnutridos.

Aliás, o número apresentado no relatório é ainda equivalente a pelo menos 70% da população da capital do País, Luanda, estimada em mais de 8,8 milhões de habitantes.

O documento mostra que a prevalência da subnutrição na população angolana até ao ano passado foi de 17,3%, ou seja, pelo menos 17 em cada 100 pessoas não tinham condições para uma alimentação saudável.

O relatório anterior, divulgado em 2020, mas com incidência sobre 2019, aponta que, em todo o mundo, uma dieta saudável custava mais que 1,90 USD por dia (1.222 kwanzas), que é o valor definido mundialmente como sendo o linear da pobreza. No entanto, de acordo com o INE, quase metade da população angolana sobrevive com cerca de 417 kwanzas ao dia, o que significa que, pelo menos, dois em cada cinco angolanos vivem abaixo da linha da pobreza.

Ainda de acordo com o estudo sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo, em 2020, mais de 8,6 milhões de pessoas em Angola viveram em situação de insegurança alimentar grave e mais de 23 milhões em insegurança alimentar moderada ou grave, o que resulta, respectivamente, numa prevalência de 27% e 73% do total da população, aquando da elaboração do relatório.

O documento oferece a primeira avaliação global da insegurança alimentar desde o início da pandemia e fornece informações mais actualizadas sobre a



segurança alimentar e nutricional no mundo, além de traçar algumas indicações sobre como seriam a fome e a desnutrição em 2030, num cenário ainda mais complicado, devido à persistência dos efeitos da pandemia.

Comparados aos dados relativos ao estudo do ano anterior, os números apontam que Angola teve uma ligeira melhoria, visto que reduziu de 5,7 para 5,5 milhões o número de pessoas subnutridas.

Mais de 800 milhões com fome Segundo a publicação, quase um décimo da população mundial - até 811 milhões de pessoas - passou fome em 2020. Depois de permanecer praticamente inalterada por cinco anos, a fome mundial aumentou no ano passado. Além disso, projecta-se que pelo menos 660 milhões de pessoas ainda podem passar fome em 2030, 30 milhões a mais do que num cenário em que a pandemia não tivesse ocorrido, devido aos efeitos duradouros da Covid-19 na segurança alimentar global. O revés torna mais desafiador o cumprimento da meta de desenvolvimento sustentável para fome zero e erradicação de todas as formas de desnutrição.

Segundo o documento, África registou aumento mais acentuado da fome em 2020. Em termos globais, mais de 2,3 mil milhões de pessoas não tiveram acesso a uma alimentação adequada durante todo o ano, o que representou um aumento de quase 320 milhões de pessoas face a 2019.

teresa.fukiadyenovojournal.co.ao

## 1.6 “Kwenda” assiste 52.250 famílias

*Jornal Economia & Finanças*

*23 De Julho de 2021*

*Texto: Justino Victorino*

Um universo de 52.250 famílias em situação vulnerável, dos municípios do Cachiungo e Londuimbali, na província do Huambo, vão beneficiar do Programa de Fortalecimento de Protecção Social “Kwenda”.

A informação foi avançada, recentemente, pela directora Provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Chimuna Cristina de Oliveira, tendo revelado que já foi feita a eleição dos agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), com vista a ajudar na sensibilização das comunidades.

Após este processo, as famílias seleccionadas vão beneficiar de transferências monetárias mediante a atribuição de um cartão multi-caixa, que será “carregado” trimestralmente com o valor de kz 25.500, correspondente a 8.500 por mês.

## Inclusão produtiva

A directora do FAS no Huambo, Chimuna de Oliveira, explicou que o programa prevê a componente de inclusão produtiva, que consiste na identificação de actividades geradoras de rendimentos, seleccionadas de acordo com as especificidades do grupo-alvo.

A iniciativa visa, igualmente, potencializá-los de forma sustentável, e dotar com capacidade produtiva, financeira e o poder de compra das famílias.

A directora Provincial do Fundo de Apoio Social (FAS) lembrou que para ter acesso ao projecto, é preciso \_ ter requisitos necessários como, por exemplo, estar cadastrada.

"O Programa de Fortalecimento de Protecção Social "Kwenda" surge para dar resposta a um conjunto de políticas de assistência e protecção social a favor de cidadãos e famílias pobres ou em situação maior de vulnerabilidade," enfatizou a responsável.

## 1.7 Mais de 40 mil famílias do Seles e Quilengues recebem acima de mil milhões de kwanzas

*Novo Jornal*

*30 De Julho de 2021*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

O Programa de Fortalecimento da protecção Social do Governo, também conhecido por “Kwenda”, está a realizar as primeiras transferências sociais monetárias trimestrais nos municípios do Seles e Quilengues, províncias do Kwanza-Sul e Huíla, respectivamente, distribuindo, no total, pouco mais de mil milhões de kwanzas aos agregados familiares seleccionados em situação de pobreza, calculou o Novo Jornal.

O projecto, que representa menos de 2% dos 14,7 bilhões Kz previstos de despesas no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2021, operacionalizado pelo Instituto de Desenvolvimento Local (FAS), deve distribuir, até ao final da presente semana, cerca de 531 milhões de Kz no município do Seles a 20.820 agregados familiares, representando 52% dos mais de mil milhões kz, sendo que cada agregado recebe como prestação trimestral 25.500 Kz, o que corresponde a uma renda mensal fixada em 8.500 Kz.

Os outros 48% dos mais de mil milhões Kz, concretamente 497,4 milhões Kz, estão a ser distribuídos no município de Quilengues, na Huíla, a

25.500 agregados familiares, nas mesmas condições que no Kwanza-Sul.

Um valor irrisório a ser aplicado em sementes para o campo

Clementina Afonso, anciã que no próximo dia 25 de Novembro completa 82 anos, uma vez que chegou ao mundo em 1939, conta, num português deficitário, que, quando no penúltimo mês do ano passado foi cadastrada pelo FAS, no município do Seles, no seu entender, antes de ter em mãos os 25.500 kwanzas da primeira prestação trimestral, o "Kwenda" não passava de mais um projecto de propaganda política criado pelo Governo para angariar votos nas próximas eleições gerais.

Mas, agora a idosa muda de discurso e diz que, embora a prestação trimestral de 25.500 Kz seja irrisória para atender às suas necessidades, o valor vai servir para cobrir algumas despesas correntes e para a compra de semente para a produção de milho na sua terra.

Acompanhada do seu neto e de muletas canadianas como suporte, a ancestral Carolina Culembe, de 94 anos, moradora do bairro Chingundo, no Seles, revelou que já não tem fonte de rendimento, vive do que recebe dos filhos e netos. Após receber o seu dinheiro, mostrou-se satisfeita e disse que vai apostar na produção agrícola, contando com a ajuda dos seus familiares, sendo que já não tem força suficiente para cultivar.

No acto de entrega do dinheiro, no município do Seles; a directora-geral-adjunta do FAS, Teresa Quivienguele, explicou que o projecto vai permitir que muitas famílias comecem a sair da extrema pobreza e possam ter uma renda, com a realização de pequenos negócios.

Avaliado em 420 milhões de dólares, o "Kwenda" é financiado em 320 milhões pelo Banco Mundial, e em 100 milhões pelo Tesouro Nacional, e está previsto alcançar 1.608.000 de famílias até 2023, em cerca de 40 municípios seleccionados.

Seles Quilengues são, assim, o nono e décimo municípios do País por onde já começaram a ser realizadas as transferências sociais monetárias, no âmbito do "Kwenda".

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Crédito concedido à economia real ultrapassa 500 mil milhões Kz

*Novo Jornal*

*09 De Julho de 2021*

O Banco Nacional de Angola (BNA) divulgou na quarta-feira 7 a informação de que o crédito à economia real ultrapassou os 500 mil milhões de Kwanzas desde que emitiu, a 03 de Abril de 2020. o aviso n.º 10/2020, que impõe metas à banca comercial sobre a atribuição de créditos às empresas.

Actualmente, no seguimento deste aviso, a banca comercial já concedeu 506,9 mil milhões Kz em créditos, o que corresponde a mais de 789 milhões de dólares. Em nota divulgada no seu site oficial, o BNA acrescenta que só em Maio o volume de crédito concedido cresceu perto de 12 mil milhões Kz, mais 4,55% em relação a Abril.

"Em termos gerais, até o mês de Maio de 2021, o montante aprovado pelo sector bancário corresponde a 284,77% do mínimo estabelecido na norma do BNA sobre crédito ao sector real da economia, enquanto o efectivamente desembolsado corresponde a 154,22% do valor mínimo a conceder até 31 de Dezembro de 2021, conforme determina o Aviso n.º 06/2021 sobre o Alargamento do Prazo de Vigência do Aviso n.º 10/2020, de 03 de Abril", avança o BNA na mesma publicação.

·0 número de bancos que cumpriram o limite mínimo de 2,50% do seu Activo Líquido manteve-se inalterado em relação ao mês de Abril de 2021",

diz ainda. Já foram aprovados pelos bancos comerciais 233 projectos, correspondendo a 50,65% do mínimo estabelecido.

### 2.2 Centenas de jovens no Zaire beneficiam de micro-créditos

*Jornal de Angola*

*Dia 13 De Julho de 2021*

*Texto: Fernando Neto | Mbanza*

*Kongo e Edivaldo Cristóvão*

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Teresa Rodrigues Dias, fez, ontem, em Mbanza Kongo, província do Zaire, a entrega simbólica de 346 micro-créditos a jovens, no

âmbito do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Nesta primeira fase do PAPE, cada um dos 346 jovens, dos municípios de Mbanza Kongo e do Tomboco, formados pelo Instituto de Formação Profissional (INEFOP), recebeu um cartão de débito com 320 mil kwanzas, com a previsão de criarem 497 novos postos de trabalho.

O projecto prevê beneficiar, na segunda fase, 123 jovens, com a perspectiva de criação de 251 novos postos de trabalho na região.

Durante o acto de lançamento do PAPE, a ministra Teresa Rodrigues Dias entregou, igualmente, 61 kits de ferramentas de trabalho, de diversas especialidades, que vão permitir criar 202 novos postos de trabalho.

"O maior contributo deste programa na vida do cidadão tem sido a formalização das actividades económicas, por via da inscrição dos beneficiários no sistema de Protecção Social do Instituto Nacional da Segurança Social, registo da actividade através das Administrações locais e na Administração Geral Tributária (AGT), reconvertendo a actividade informal em formal", disse Teresa Rodrigues Dias.

Segundo a ministra, o Executivo angolano assumiu como um dos eixos de actuação a implementação de programas que visam o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social.

"O projecto visa fomentar e apoiar o espírito de iniciativa na juventude, sobretudo daqueles que estão no início do seu negócio e que muitas vezes precisam apenas de um pequeno incentivo financeiro, de equipamentos ou melhoria das condições do seu espaço de trabalho em matéria de higiene e segurança, bem como aos empreendedores já estabelecidos, de micro e pequenas empresas", disse.

Para a governante, o lançamento do PAPE na região vai permitir desenvolver acções formativas de curta duração, em especialidades técnicas, designadamente técnico de instalação de antenas parabólicas, manutenção de geradores de pequeno porte, decoração, culinária e pastelaria, design gráfico, entre outras, que habilitarão os jovens no acesso ao mercado de trabalho.

A par dos micro-créditos e entrega de kits de ferramentas de trabalho, a ocasião serviu igualmente para a entrega de certificados e carteiras profissionais a 151 jovens, na sequência da assinatura de três protocolos de cooperação entre o INEFOP, duas instituições de ensino e uma empresa, que permitiram

a integração de três jovens nos seus quadros, de um total de sete inscritos.

A ministra destacou o facto de estar em curso a requalificação do centro de formação técnico-profissional do Kiowa, em substituição das unidades móveis, que vai melhorar as condições e a qualidade da formação ministrada na região.

Por seu turno, o governador provincial do Zaire, Pedro Makita Júlia, aproveitou a ocasião para destacar os vários programas que o Executivo leva a cabo, como o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e outros que têm transformado a vida dos cidadãos.

De salientar que, a ministra Teresa Rodrigues Dias desloca-se hoje ao município do Tomboco, a cerca de 170 quilómetros de Mbanza Kongo, onde, no âmbito do PAPE, vai, também, realizar acto semelhante.

Beneficiários aplaudem André Vicente Luzolo, 25 anos, formado em electricidade, em 2018, pelo INEFOP, ao receber o seu kit de ferramentas de trabalho, mostrou-se satisfeito, tendo garantido trabalhar com afinco para empregar outros jovens.

"O kit corresponde a 244,399 kwanzas, com um período de carência de três meses e no quarto começo a pagar, com uma taxa unificada de 1.53/mês e 20 por cento por ano. Independentemente do câmbio, o valor a pagar durante nove meses é fixo. Trabalho com cinco jovens e com este kit vamos crescer e oferecer mais serviços", disse.

Já Suzana Mavinga, 28 anos, que formou-se em corte e costura, ao receber o micro-crédito, disse que vai optar por investir no negócio de bens alimentares, para melhor rentabilizar o montante.

Criados mais 13 mil postos de trabalho

O Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE) tem dado cada vez mais esperança a jovens que procuram pelo primeiro emprego, tendo criado, desde 2019, mais de 13 mil postos de trabalho, em 17 províncias do país, segundo o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social.

Pedro Filipe, que falava, ontem, no município do Amboim, acrescentou que o PAPE, até ao momento, foi lançado, oficialmente, nas províncias do Uíge, Moxico, Cuando Cubango, Luanda, Huíla, Namibe, Bié, Huambo, Cuanza-Norte, Malanje, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Benguela, Cunene, Cabinda, Zaire e,

agora, no Cuanza-Sul, onde foram assinados seis contratos de estágio profissional, com empresas locais, que vão garantir 136 vagas a recém-formados, bem como entregues ferramentas de trabalho a vários jovens. Pedro Filipe garantiu que o PAPE vai continuar a beneficiar e contemplar jovens de vários pontos do país, lembrando que a meta é atingir 83.500 empregos directos e cerca de 250.000 indirectos.

"Estamos engajados e empenhados para que tais metas sejam atingidas e que muitos dos nossos concidadãos possam se inserir no mercado de trabalho, exercendo actividades úteis para a sociedade e gerando rendimento para si e suas famílias", garantiu o secretário de Estado.

O governante realçou que, para se atingir os resultados do PAPE, foi realizado um trabalho aturado, que se centrou, essencialmente, na análise e selecção das candidaturas, com visitas de diagnóstico aos empreendedores, capacitação técnica de curta e média duração, formação nos domínios do empreendedorismo e gestão de negócios, formalização dos negócios e inscrição no sistema de protecção social obrigatória, no sentido de permitir que os beneficiários desenvolvam as suas actividades de forma rentável e sustentável.

Com a implementação do PAPE, sublinhou, a redução do desemprego no país e em particular na província do Cuanza-Sul será efectuada, o que vai permitir melhorar a vida dos cidadãos.

Pedro Filipe anunciou que foram adoptadas pelo Executivo diversas medidas com vista a reduzir os despedimentos, preservar empregos, facilitar o emprego produtivo e em serviços essenciais, bem como manter, sobretudo, os cidadãos ligados ao mercado de trabalho.

## 2.3 BNA ajusta operações de micro finanças

*Jornal Economia & Finanças*  
16 De Julho de 2021

O Banco Nacional de Angola (BNA) colocou em consulta pública, desde ontem até ao próximo dia 12 de Agosto, dois projectos de actos normativos sobre as instituições de microfinanças.

Conforme anunciou na sua página de Internet, os projectos em questão visam ajustar o regime respeitante à prestação de serviços financeiros, essencialmente em operações de reduzida e média dimensões, designadamente, operações de crédito

e/ou a captação de pequenos depósitos, tornando a regulamentação mais proporcional aos seus riscos, modelo de negócio, natureza e nível de complexidade, bem como os requisitos mínimos de funcionamento a que estão expostas as instituições de microfinanças.

As alterações introduzidas às regras operacionais traduzem-se na adequação das actividades permitidas, respectivos rácios de solvabilidade e a composição dos fundos próprios regulamentares, o capital social, classificação e provisões das operações.

Segundo detalha, os contributos para esta consulta pública devem ser remetidos até ao próximo dia 30 de Agosto de 2021 para o e-mail [drotabna.ao](mailto:drotabna.ao) com a seguinte indicação em assunto: "Resposta à Consulta Pública Projecto de actos normativos sobre Instituições de Microfinanças".

## 2.4 Metade da população adulta é bancarizada

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2021*

*Texto: Kílssia Ferreira*

Pelo menos 50 por cento da população adulta do país tem acesso a uma conta bancária, com a outra metade estando de fora do sistema financeiro formal, avançou, ontem, em Luanda, o secretário de Estado para a Juventude, Fernando João.

O secretário de Estado que falava no encerramento de uma acção formativa para "Multiplicadores em Gestão de Finanças Pessoais e Familiares", dirigida a líderes de organizações juvenis, estudantis e religiosas, considerou que os dados apresentados impõem o desafio de promover a educação financeira no seio da família, adolescentes e jovens.

O conhecimento nesse domínio, acrescentou, representa uma ferramenta da inclusão financeira com potencial para elevar o bem-estar económico e social dos angolanos no contexto actual do país.

O secretário de Estado para a Juventude disse ainda, que a educação financeira tem um papel decisivo na contribuição para melhoria do desempenho das finanças pessoais, elevação da cultura financeira dos cidadãos, o aumento dos níveis de bancarização, promoção do consumo consciente e incremento do hábito das poupanças.

Fernando João, realçou que os jovens terminaram o 1º Ciclo de Formação de Multiplicadores em Gestão de Finanças Pessoais e Familiares, promovido pelos

Ministérios da Juventude e Desporto e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, bem como pelo Banco Nacional de Angola (BNA), "são, a partir de hoje, activistas e colaboradores do projecto, sendo formadores e mentores de outros jovens."

O BNA e os dois departamentos ministeriais encerram o ciclo de formação com o lançamento de uma campanha de sensibilização para a abertura de contas simplificadas e Bankita, com estas últimas a exigirem, apenas, a apresentação da cópia do Bilhete de Identidade, uma fotografia tipo passe e 100 kwanzas.

Para contas simplificadas são necessários cinco mil kwanzas, enquanto para a abertura de uma conta simplificada para fins comerciais, com Terminal de Pagamento Automático (TPA) são necessários 20 mil kwanzas e uma declaração da Administração Municipal, além dos documentos já referidos.

## 2.5 Microcrédito beneficia mais de 300 cooperativas

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2021*

*Texto: Ana Paulo*

Um total de 313 cooperativas beneficiaram de microcrédito, das quais 234 foram financiadas em 2020 e 79 neste ano, de acordo com dados mais recentes do Ministério da Economia e Planeamento (MEP).

A meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022) é de 470 cooperativas. Falta concretizar as restantes 157, conforme cálculos do Jornal de Angola.

Ainda hoje, o MEP realiza o webinar sobre "Factores Críticos de Sucesso do Modelo de Cooperativismo", com a prelecção do especialista Bonifácio Espírito Santo, formador/investigador ao abrigo do PRODESI.

O secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, disse no briefing de terça-feira que, na semana passada, mais 61 novos produtores nacionais foram registados no Portal de Divulgação da Produção Nacional (PPN), dos quais 38 na província da Lunda-Norte, 20 na Lunda-Sul e os restantes pelas demais províncias em números menores.

Desde a sua operacionalização, o PPN, comporta já 12.964 produtores nacionais e a província da Huíla lidera a lista dos registos com cerca de 2.318 operadores. A província do Bié segue-se com 1.587,

Huambo com 1.582, Malanje com 1.301, Cunene com 805, Luanda com 1.000, Benguela com 641, Lunda-Sul com 601, Bengo com 427, Cuanza-Norte com 583, Uíge com 330, Cuanza-Sul com 521, Cabinda com 258, Zaire com 241, Lunda-Norte com 270, Namibe com 238, Moxico com 133 e Cuando Cubango com apenas 128 operadores registados.

Quanto às inscrições por categoria, a de cereais comanda a lista no Portal com cerca de 7.293 produtores. Seguem-se leguminosas e oleaginosas (5.787), raízes e tubérculos (5.840), hortícolas (4.745), frutas (2.273), indústria alimentar (919), agricultura diversa (741), pescas (604), indústria diversa (314), turismo (184), indústria de construção (208), indústria de higiene e limpeza (126), indústria de recursos naturais (111), apicultura (83), salinicultura (58), indústria de vidro (33) e indústria de têxtil, vestuários e calçados (32).

Em relação ao registo por produtos, destacam-se 11 prioritários no sector primário, casos do milho (6.849), feijão (5.262), banana (1.364), soja (792), citrinos (705), cana-de-açúcar (420), arroz (370), cacusso (339), pesca marítima (295), café (328), ovos (225), abacate (198), palmeira de dendém (50) e algodão (12).

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 As verdades e inverdades do mercado de trabalho formal

*Jornal Expansão*  
2 De Julho de 2021

Em Março de 2020 quando o Instituto nacional de Estatística (I E) divulgou o Inquérito sobre Despesas, Rendimentos e Emprego em Angola (IDREA 2018-2019) ficou-se a saber que no período em referência a oferta total de trabalho para a produção de bens e serviços era de 12,7 milhões de trabalhadores. O número total de empregados era de 9,1 milhões de trabalhadores, sendo que 73% (6,6 milhões de trabalhadores) era informal. O número de postos gerados pelo lado formal da economia era de 2,5 milhões.

Mais recentemente, através da divulgação do Inquérito ao Emprego em Angola (IV Trimestre de 2020 e I Trimestre de 2021), verifica-se que a oferta laboral representa 15,6 milhões de trabalhadores, o número total de empregados para 10,8 milhões de trabalhadores, cerca de 81% (8,7 milhões de trabalhadores) está na informalidade. Já o lado formal da economia emprega 2,1 milhões de trabalhadores. Da comparação entre os dois períodos 2018/2019-2020/2021, retiram-se cinco conclusões tenebrosas:

1" Ocorreu uma destruição de 400 mil postos de emprego no sector formal da economia. De um universo de 2,5 milhões de postos de emprego no primeiro período, o sector formal da economia abarca actualmente 2,1 milhões de trabalhadores. Trata-se de uma redução de 16% na quantidade de postos de emprego formal, acima do número de trabalhadores de toda a função pública;

2! O emprego informal regista um crescimento assustador de 32%, coincidentemente, um incremento correspondente ao número de postos de emprego gerados pelo sector formal da economia (2,1 milhões de trabalhadores);

3! Sem a ajuda do sector informal da economia, actualmente, a taxa geral de desemprego seria de 86,5% e a de emprego 13,5%. O lado informal da economia emprega 4 vezes mais do que o lado formal, ainda assim, o primeiro regista um aumento igual ao dobro do segundo;

4! O excessivo peso do emprego informal permite tudo, inclusive maquilhar a taxa geral e oficial de

desemprego. Os postos de emprego destruídos no formal têm sido compensados, mais do que proporcionalmente, por postos de emprego no informal, resultando assim em divergências com a tendência do PIE;

5" A capacidade de absorção laboral calculada para este período é -13,8%. Isto quer dizer que por cada 100 novos jovens que integram a população economicamente activa (a partir dos 15 anos de idade) o sector formal não absorve (expulsa em termos líquidos), passam para a informalidade. De acordo com o relatório mais recente do INE sobre o emprego, a agricultura é o sector que mais emprega e representa 56,3% do emprego total, o que equivale a 6,1 milhões de postos de trabalho. Sucede que o emprego total do sector formal da economia é constituído por apenas 2,1 milhões de postos de trabalho, se deste número subtrairmos os funcionários públicos, restam apenas cerca de 1,7 milhões de postos de trabalho. Dos 1,7 milhões de postos de emprego formal quantos são pertencentes ao sector agrícola? Quantos são pertencentes ao Sector Empresarial Público? Quantos são pertencentes aos outros sectores formais da economia? Isto quer dizer que acima de 90% dos empregos gerados pela agricultura resultam de uma actividade agrícola informal.

Face ao efeito totalmente dominante do emprego informal sobre as estatísticas oficiais do emprego/desemprego, o que se espera imediatamente do INE ou do Governo é uma estimativa oficial do PIE informal, é o mínimo. Pelo comportamento ultra crescente do emprego informal até parece que está a decorrer um boom económico na economia informal, como se não houvesse interligação com o lado formal da economia!

Do comportamento que se vislumbra das estatísticas oficiais sobre o emprego, queda forte dos postos formais e crescimento exponencial do emprego informal e precário, facilmente se extraem conclusões sobre o estado do sector não petrolífero da economia angolana: continua frágil e distante da diversificação. O mau momento que o sector petrolífero vive, redução substancial da produção e igualmente do preço, torna o peso do sector não petrolífero na economia relativamente maior, mas é mera aparência.

Se houvesse maior produção interna, a inflação não estaria a acelerar-se tal como vem sucedendo ultimamente, não obstante a relativa estabilidade cambial. Barreiras artificiais que têm sido impostas às importações e que contribuem para maior escassez não ajudam, políticas como a dos big-bags (importação a granel) é para serem revertidas o quanto antes.

Entre outros factores, a desvalorização cambial contribui mais na redução das importações, é ilusório justificar-se esta redução com um aumento na produção interna. Entretanto, a liberalização cambial, é o maior e o mais eficiente incentivo à produção que alguma vez já se deu em Angola. Que nunca mais se retome o câmbio administrativo!

Quanto mais se fala em sucesso de certos programas, mesmo sabendo-se que tal sucesso não existe, pior. Anão ser que se queira capitalizar com os empregos precários que têm sido gerados pelo sector informal, pois, ao nível do formal os dados evidenciam encerramento de empresas e despedimentos forçados.

### 3.2 Desordem ensombra mercado da Mabunda

*Jornal Manchete*

*8 De Julho de 2021*

*Texto: Manuel Ngongo (Fotos):*

*Aristides Zua*

A construção do mercado da mabunda, no então município da Samba, agora reduzido a distrito urbano, teve lugar, para atender o grito de socorro da população e evitar a venda desordenada na praia que deu nome ao mercado.

Erguido pelo governo provincial de Luanda, a administração do mercado, com o beneplácito de algum sector da administração do distrito da Samba e da comissão administrativa de Luanda, estão a permitir que o mercado não arrecade, dos vendedores, o suficiente para a manutenção do referido mercado, o que faz com que haja, no interior do mesmo, fungos, verdetes, águas paradas, entre outros problemas, levando os populares a abandonar as bancadas, para realizar suas vendas na parte externa do mercado em pleno "convívio" com os amontoados de lixo.

A constatação foi feita por uma equipa de reportagem do jornal Manchete que, no local, constatou que o mercado continua às moscas, em contraste com centenas de vendedores de produtos diversos a exercer sua actividade fora do mercado. Alguns desses vendedores, no entanto, transferiram-se para um outro mercado de iniciativa privada na mesma zona.

Em relação aos rumores que aludem ao facto do mercado funcionar à margem da lei, Arménio Alexandre Lopes, 'seu proprietário, entende que se fosse verdade, "o ministério do comércio, a secretaria de estado da economia, representantes do ambiente,

inclusive a presidente da comissão administrativa de Luanda, não se fariam presentes no acto da inauguração':

Lembra, por outro lado que, o local onde foi erguido o mercado era uma fábrica de congelação de peixe. No seguimento de um incêndio que destruiu aquela infraestrutura, Arménio aproveitou avançar com a construção do mercado, num investimento que diz ter custado mais do que o montante inicialmente previsto.

"Tudo isso está legalizado, porque eu não iria gastar dinheiro para fazer algo ilegal. Tenho a minha licença desse empreendimento, é um mercado próprio, tenho os meios de captura e não tenho nada a ver com o mercado do Estado", afirma. Quanto a influência que terá exercido sobre as vendedoras para a sua transferência para o mercado privado' realçou que "as peixeiras são da Aquapescas, vendem no meu estabelecimento e não pagam nada. Eu trabalho com mais de duzentas quitandeiras, que recebem o produto na empresa, a crédito, vendem mesmo aqui no meu mercado esó depois é que me pagam':

Arnrénio realça a exigência que administração do mercado impõe em relação a higiene e sanidade, quer no interior como na parte externa do seu mercado, que conta com participação directa de todas quitandeiras. Realça igualmente o bom relacionamento com as instituições locais do Estado, onde afirma haver respeito mútuo. "Eu respeito e eles me respeitam. Só teres uma ideia, em muitas ocasiões disponibilizo os meus camiões para a recolha do lixo':

A administração dó distrito

A equipa de reportagem do jornal Manchete, abordou o administrador do distrito da samba, Gabriel Júlio, para se pronunciar sobre um conjunto de questões ligadas ao funcionamento organizacional do mercado em referência, para além das denúncias públicas que dão conta de que Hélder Balsa, administrador cessante, terá feito negócio consigo próprio, fazendo alusão a um eventual envolvimento do mesmo, na cedência de espaços, para actividade mercantil junto ao mercado da mabunda. Sobre o assunto, a administradora adjunta para a área financeira, económica e orçamental, Francisca Mendes remete a confirmação ou não de tais denúncias a uma prévia autorização dos seus superiores hierárquicos, devido a sensibilidade que o assunto suscita.

Conflito de interesses

Este Jornal constatou in loco a maneira como o esquema é montado e colocado em prática ao nível



do mercado da mabunda. Em rigor, as pessoas que coordenam as actividades dentro do mercado são as mesmas que controlam os vendedores que fazem comércio fora do mercado. No fim do dia todos pagam taxas de ocupação de espaços de venda. Contudo, a diferença recai sobre as informações obtidas no local, que reforçam a ideia de descaminho dos valores arrecadados no exterior do mercado. Até antes das mudanças na administração do distrito da samba, a colheita em receitas rondava entre 120 e 250 mil kwanzas diários.

### 3.3 Angola perdeu 537 mil postos de trabalhos formais em 2020 e 'ganhou' 786 mil informais

*Jornal Expansão*

*9 De Julho de 2021*

*Texto: Martins Chambassuco*

O País perdeu 537 mil postos de trabalho no ano passado, com a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos a subir dos 32,0%, em 2019 para os 32,3%, o que significa que 4.857.368 angolanos estavam desempregados durante o período em referência, indicam os dados consolidados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) publicados na semana passada

De acordo com o Inquérito Sobre o Emprego em Angola em 2020, 10.174.459 estavam empregadas, sendo que 80,40% trabalhavam no mercado informal e apenas 19,60% tinham empregos formais, que garante protecção social. Contas feitas, em vez dos 467 mil postos de emprego formais que se terão perdido no ano passado segundo o relatório do INE sobre o emprego no IV trimestre de 2020 publicado no final de Janeiro deste ano - afinal perderam-se 537 mil postos de trabalho formais, uma diferença de 69.618 pessoas.

Após cinco recessões consecutivas, com uma quebra substancial no consumo, é precisamente o mercado formal de trabalho o mais afectado. Já que centenas de empresas têm encerrado actividade. Assim, o mercado informal acaba por ser a única solução que os angolanos têm para garantir o sustento das famílias.

Jovens são os mais afectados pelo desemprego

No ano passado, 56,3% dos desempregados, equivalente a 2.736.632 pessoas, eram jovens entre os 15 e os 24 anos. A taxa de desemprego na área urbana foi de 44,5%, cerca de 3 vezes superior à da área rural (15,8%), com uma diferença de 28,7 pp. Entre os jovens com 15- 24 anos o desemprego foi

estimado em 55,2%, sendo nos homens de 55,4%, e nas mulheres de 55,0%, apresentando uma diferença de 0,4 pp.

Quanto ao mapa dos desempregados, a província da Lunda Sul foi a que registou a maior taxa, com 53,0% e as províncias do, Cuanza Sul e Uíge com os indicadores mais baixos. De acordo com o INE, as mulheres, com 54,8%, lideram o número dos desempregados e têm em média 27 anos.

Especialistas entendem que o aumento dos desempregados, nas zonas urbanas é 'culpa' do quadro macroeconómico negativo que tem diminuído o número de empresas a operar e explicam que a recessão económica que o País vive foi determinante para o agravar do fenómeno do desemprego em Angola.

Recentemente, o economista Alves da Rocha, num artigo de opinião publicado no Expansão, sobre as políticas públicas, dizia que "sem crescimento da produção e da prestação de serviços não se podem criar postos de trabalho" no país. A teoria económica diz-nos que quando o ciclo de crescimento económico está abaixo do crescimento da população um país está a criar pobres. E este é um cenário muito actual em Angola, já que o país está em recessão desde 2016 e com taxas de crescimento da população na ordem dos 3% ano a coordenador do centro de investigação social da Universidade Agostinho Neto, Fernandes Wanda, reconhece ser um facto assente que a taxa de desemprego em Angola é muito alta e afirma que reflecte a situação de crise que o País vive "há já algum tempo." a investigador diz que o INE considera como empregados também aquelas pessoas enquadradas no sector informal da economia (sem a devida protecção social). "Se assim não fosse, o desemprego seria ainda maior", lembra Fernandes Wanda.

Mais mulheres que homens na população com emprego A população com 15 ou mais anos empregada no final do ano passado era de 10.174.459 pessoas, sendo 5.015.364 homens e 5.159.095 mulheres, aqui o número de mulheres empregadas supera os homens. Segundo o INE, em Angola 60,5% da população com 15 ou mais anos é absorvida no mercado de trabalho.

Em 2020, a população empregada esteve na sua maioria a trabalhar no sector primário da actividade económica (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), representando 57,3%, o que corresponde a 5.830.222 pessoas, seguindo-se o sector secundário com 37,0% e terciário com apenas 5,7%. a relatório aponta que as mulheres trabalharam predominantemente nos sectores da agricultura,

produção animal, caça, floresta e pesca (62,5% de mulheres contra 52,0% de homens) e nas actividades de comércio (24,7% de mulheres contra 11,0% de homens). Já os homens trabalharam predominantemente nas actividades administrativas públicas, defesa e segurança social.

A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, 79,5% e 47,8%, respectivamente, apresentando uma diferença de 31,7 pp, superior cerca de duas vezes a favor da área rural. De acordo com o relatório, 80,4% destas pessoas, ou seja, dos 10.174.459, tinham emprego informal, ou seja, estima-se que, cerca de 4 em cada 5 empregados, em 2020, trabalhavam em alguma actividade informal.

A informalidade, segundo os dados, predominou na área rural (93,7%), entre as mulheres (90,0%) e entre os jovens com 15-24 anos (92,2%). O trabalho informal envolveu 8.178.888 pessoas em todo o País. Deste total, mais de 5 milhões de pessoas vive nas zonas rurais e 3 milhões nos centros urbanos. A taxa de emprego informal no sector não agrícola foi cerca de 57,5%, sendo que as mulheres apresentaram a maior taxa com cerca de 76,9%, contra desemprego jovem

Nos últimos dois anos, entre os jovens entre os 15 e os 24 anos, houve um aumento do número de pessoas economicamente activas (+313.122 pessoas), o equivalente a 8,2%, face ao ano anterior, ou seja, mais jovens conseguiram ou procuraram emprego.

Quanto ao número de jovens inactivos, aqueles que não estudam, nem trabalham, nesta faixa etária, reduziu, em 2020, passando de 1.198.725, para 1.097.745 ou seja, menos 100.980 jovens.

Sociólogos e demógrafos explicam que o fenómeno da inactividade nos jovens deve ser considerado "preocupante" já que estuda, num contexto de um País empobrecido e em crise, pode ser um potencial criminoso

. Nos últimos dois anos o País perdeu 719 mil postos de trabalho formais e 'ganhou' 1,2 milhões de trabalhos informais. À falta de soluções no mercado formal, os angolanos viram-se cada vez mais para a informalidade, o que acaba também por penalizar o próprio Estado, que perde milhões todos os dias em receitas de impostos. Os números do desemprego são um sinal de que a diversificação económica está ainda por cumprir e que apesar de tanto se falar no aumento da produção nacional, uma grande parte resulta de trabalho informal e não formal.

Este relatório surge poucas semanas depois de o INE ter publicado outro sobre o desemprego no I trimestre de 2021 onde apontava a uma diminuição da taxa de desemprego para 30,5%, recebendo várias críticas por ter retirado população desempregada para a inactividade, o que permitiu desagregar os números.

### 3.4 Emprego informal dispara e estagnação da economia agrava mercado de trabalho

*Jornal Expansão*  
9 De Julho de 2021

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) indica, no Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA), que no ano passado a taxa do emprego informal rondou os 80,4% do total da população empregada e os especialistas garantem que o problema está na crise económica e financeira agravada com a pandemia da Covid-19.

O INE indica que mais de 8 milhões de pessoas estão na actividade informal, em consequências da forte contracção da economia que continua a pesar no fomento do mercado de trabalho nacional, agravando cada vez mais as taxas de desemprego.

Os dados do INE apontam ainda que, em 2020, a população empregada foi de 10.174.459, dos quais, 919.246 pessoas no sector público, 1.399.524, no privado, 3.573.512 no trabalho familiar sem remuneração, 4.266.214 por conta própria e 15.962 nas cooperativas, embaixadas, igrejas e outras organizações internacionais.

Nos empregos formais, o sector público é o maior empregador, tendo em conta as características do trabalho privado em Angola.

O investigador Fernandes Wanda, admite que para reduzir a informalidade do mercado de trabalho "o Executivo precisa de resolver o problema que é o alto número de empresas a aguardar pelo início das suas actividades devido a dificuldades financeiras, falta de água e luz".

No seu entender, é preciso financiar a actividade empresarial em Angola. Reconhece, por outro lado, que o maior impulsionador da actividade económica num País em desenvolvimento, como Angola é, sem dúvidas, o Estado. "Significa que a solução para a crise de crescimento também passa por uma mudança na forma como a contratação pública de bens e serviços é feita. Uma melhoria na qualidade da despesa pública teria um impacto significativo na saúde financeira das empresas e

consequentemente na capacidade de estas crescerem e gerarem mais empregos", lembra o investigador. Várias fontes reconhecem que nas condições actuais de forte contracção económica, com um crescimento anémico e recessão económica, há bastantes reservas sobre a concretização da meta da criação de 500 mil novos empregos, prometidos pelo Presidente da República, bem como a "reconversão progressiva do sector informal de trabalho e o seu enquadramento na economia formal".

Uma fonte do Executivo adianta que a actividade económica deve ser contextualizada. "As diversas políticas públicas para estimular o emprego têm encontrado entraves peculiares num ambiente económico de muitos desafios, tal como o actual". Esta fonte garante que nas condições actuais, "é impossível promover o crescimento económico, sem o qual, qualquer medida de política pública torna-se ineficiente."

Mas não está fácil a retoma ao crescimento económico que permitiria a criação de empregos, isto porque o país vem de cinco recessões, entrou em 2021 com uma queda do PIE na ordem dos 4,0%, segundo o ministro da Economia, e agora o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a previsão de crescimento para 2021, passando de 0,4% para uma recessão de 0,1 %, que a concretizar-se será a sexta em seis anos. H.C.

### 3.5 Diferencial entre mercado formal e informal estabiliza abaixo dos dois dígitos

*Jornal Expansão*

*30 De Julho de 2021*

*Texto: Joaquim José Reis*

A moeda nacional já apreciou 1,8% face ao dólar e 6,1% face ao euro desde o início do ano, quebrando um ciclo de forte desvalorização iniciado em 2018 com a alteração à política cambial, que visou flexibilizar a taxa de câmbio.

Três anos e meio depois da reforma cambial levada a cabo pelo Banco Nacional de Angola (BNA), o diferencial, ou gap, entre as taxas no mercado formal e no informal está hoje abaixo do objectivo de 20% anunciado pelo banco central na altura da liberalização. No início de 2018, esse gap era de 159% no dólar e de 167% no euro e passou, respectivamente, para 7% e 8% no final de Julho.

No entanto, esse ajustamento resulta mais da depreciação no mercado formal do que nas ruas. Em Janeiro de 2018, cada dólar valia 165,9 Kz no formal e

430 Kz nas ruas da capital do país. Hoje, cada dólar vale 639 Kz no formal, o que representa uma depreciação do Kwanza em 74%, enquanto nas ruas vale 685 Kz, traduzindo-se numa quebra de 37% no valor do Kwanza. A mesma tendência aconteceu com a moeda europeia já que, em três anos e meio, o Kwanza depreciou 75% face ao euro no mercado formal e 39% face ao informal.

Depois de em 2020 a descida nos preços do petróleo provocada pela quebra da procura (um dos efeitos da pandemia em todo o mundo) ter pressionado o Kwanza face às principais moedas estrangeiras, uma vez que reduziu o acesso a divisas, o cenário mudou desde o início de 2021. A subida dos preços do barril nos mercados internacionais e a fraca procura interna provocada pela queda do consumo, que reduziu a pressão sobre as importações, estão na base deste desempenho do Kwanza face às moedas estrangeiras.

O relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a quinta avaliação ao cumprimento do programa de financiamento a Angola refere que o processo de flexibilização da moeda tem estado a funcionar bem, pois "facilitou consideravelmente o ajustamento a choques no início de 2020". A instituição multilateral acrescenta que o aumento da oferta de divisas nos últimos tempos "devido à melhoria dos preços do petróleo e a intervenções reduzidas do BNA" tem permitido a estabilização do Kwanza. Ainda assim, e para prevenir 'tentações', o relatório refere que o FMI e as autoridades angolanas acordaram que o banco central só poderá intervir para limitar uma "volatilidade excessiva" do Kwanza. De resto, está 'obrigado' a permitir que o Kwanza atinja o seu ponto de equilíbrio, seguindo as regras de mercado,

Segundo especialistas contactados pelo Expansão, a evolução do Kwanza desde o início deste ano sugere que o ajustamento essencial da moeda nacional terá sido concluído, e de agora em diante devemos esperar menos volatilidade. Significa isto que o Kwanza está hoje perto do seu ponto de equilíbrio?

Para o economista Wilson Chimoco, a moeda nacional até já está subavaliada. "Hoje a taxa de câmbio do Kwanza está muito acima do seu ponto de equilíbrio. Em situações normais, a taxa de câmbio do Kwanza face ao dólar nunca deveria superar a barreira dos 500 Kz. O que se está a passar não tem de ver com desequilíbrios nos mercados de bens, mas sim uma desestruturação do sector não petrolífero. Portanto, uma maior e melhor organização do sector não petrolífero que reduza as necessidades de financiamento em moeda estrangeira e desvie a relevante procura, de bens e serviços, para os

produtos nacionais, as taxas de câmbio tenderão a ajustar-se", revela.

Já o investigador Fernandes Wanda admite que o ponto de equilíbrio deve estar muito próximo. "Mas nota que o contexto é outro. Afinal, não podemos negar que a procura por divisas foi afectada pelas restrições nas viagens ao estrangeiro e nas importações", refere.

Reforma cambial já está, falta a económica

E se a reforma cambial demorou quase três anos e meio para cumprir o objectivo de fazer cair o 'gap', agora a 'bola' está do lado das políticas económicas que têm quase obrigatoriamente de cumprir o desafio da diversificação económica para garantir a estabilidade ou até a apreciação do Kwana. "Os países que conseguiram transformar as suas economias (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, até a China), usaram a política cambial para promover a produção interna e as exportações. O Executivo em Angola tem sido incapaz de fazer o mesmo. Hoje, o BNA também concorda que a inflação se deve a fraca oferta (e quebra nas importações): redução da oferta interna que não foi suficientemente compensada por importações", admite Wanda.

Wilson Chimoco concorda:

"A política cambial tem de estar ao serviço da industrialização e do desenvolvimento do País, e não da preservação da solvabilidade externa do País. E isso passa por uma maior articulação entre a capacidade de produção interna e as necessidades de financiamento em moeda estrangeira, o que pode ser feito através da contínua melhoria do ambiente de negócios, redução da corrupção e repatriamento ilícito de capitais, maior liberalização na importação de divisas, moderação da política monetária e maior organização do processo de exportações de produção não petrolífera".

### 3.6 Já é mais barato comprar divisas no informal que na banca comercial

*Jornal Expansão*  
30 De Julho de 2021

Se até há pouco tempo os clientes bancários recorriam ao mercado informal para garantir acesso a moeda estrangeira, já que uma transferência bancária para o exterior demorava vários meses a concretizar, agora fazem-no porque já é mais barato comprar dólares ou euros nas ruas do que banca

E a 'culpa' é das taxas e comissões que os bancos comerciais cobram para a concretização destas transferências, conforme constatou o Expansão com base em recibos de clientes de transferências já realizadas no mês de Julho.

Por exemplo, numa transferência de 1.500 euros realizada a 12 de Julho por um banco de média dimensão, cada euro transferido ficou a 833,5 Kz (inclui taxas e comissões), quando nas ruas de Luanda estava a ser vendido a 815 Kz. Como no mercado formal cada euro valia 762,0 Kz, significa que cada euro no banco custou 9,38% a mais que o valor da taxa de câmbio diária, enquanto nas ruas de Luanda custou 6,95% a mais. Contas feitas, cada euro ficou 18,5 Kz mais barato no mercado informal do que no formal.

Assim, comprar moeda estrangeira no mercado informal já fica mais barato que recorrer a transferências bancárias para o exterior do país, depois de a moeda nacional ter valorizado 16% face ao dólar e 13% face ao euro desde o início do ano no mercado paralelo.

O custo que os clientes pagam de comissões e taxas varia consoante os bancos e o volume de euros que pretenda transferir, numa lógica em que quanto mais transferir mais barato vai ficar. Só que a desvalorização cambial iniciada em 2018 acabou por fazer diminuir as possibilidades e necessidades que os clientes bancários têm.

Ou seja, se antes um cliente conseguia enviar, por exemplo, 2.000 euros por mês para o exterior do país, hoje já só conseguirá enviar metade desse valor. E há ainda os casos das famílias que têm os jovens a estudar fora do país que hoje conseguem enviar apenas uma pequena parte do valor que enviavam anteriormente. E quanto menos enviarem, 'mais cara' fica a transferência

Para o economista-chefe da consultora Eaglestone, Tiago Dionísio, este é um fenómeno surpreendente. "Algum preço vai ter de se ajustar, ou na rua, ou os bancos vão ter de reduzir essas comissões", disse, admitindo, no entanto, que a banca garante que o acesso a moeda estrangeira é feito de uma forma segura, ao contrário do que acontece nos mercados informais de divisas.

Um consultor que solicitou anonimato considerou ao Expansão que o cenário actual compromete, em parte, os objectivos da reforma cambial que visavam acabar com esta prática de o país ter duas taxas de câmbio a formal e a informal. Neste sentido, defende que os bancos terão mesmo de rever as taxas e

comissões até para "contribuírem para o sucesso das reformas desenvolvidas no país".

O Expansão apurou que o Banco Nacional de Angola vai em breve 'apertar' os bancos sobre as comissões cobradas em pequenas transferências, como as de salário e as particulares.

J.J.R.

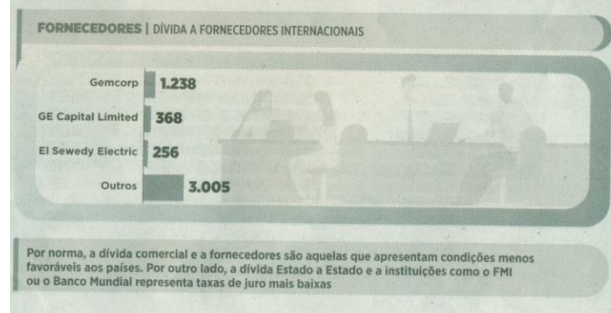
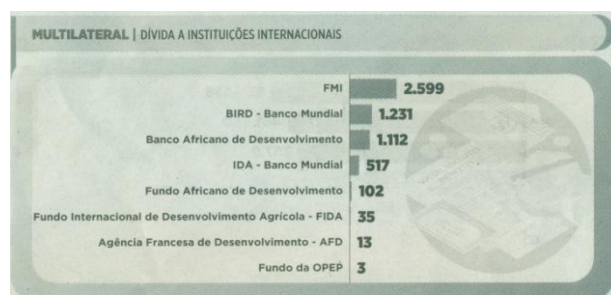
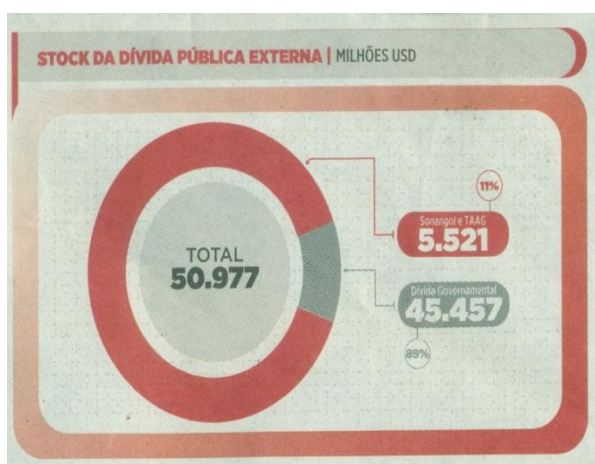
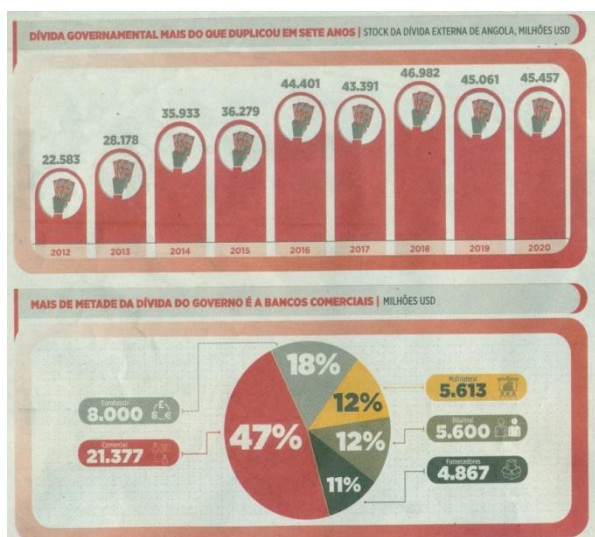
## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 A dívida interna e externa angolana ao raio – X...

*Jornal Expansão*  
2 De Julho de 2021

A 30 de Dezembro de 2020, a dívida interna e externa rondava aos 69 mil milhões USD. Nos últimos anos, o recurso à emissão a dívida titulada para compensar as quebras das receitas petrolíferas mudou o panorama dos credores do Estado e a banca comercial nacional é hoje a maior credora do Estado depois de ter ultrapassado a china em 2019.

Credores externos da dívida governamental



### 4.2 Orçamento participativo apreciado em 64 municípios

*Jornal de Angola*  
19 De Julho de 2021

A directora nacional para o Orçamento do Estado (DNOE), Nicola Nvuayi, garantiu, na última quinta-feira, na “1ª Mesa-Redonda sobre a Participação do Cidadão no Ciclo do Orçamento Geral do Estado em Angola”, que o projecto orçamento participativo está numa fase piloto, mas que já terá sido apreciado em 64 municípios.

Ao que fez saber Nicola Nvuayi, os Decretos Presidenciais 235/19 e 234/19 instituem os eixos em que os projectos devem ser seleccionados.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais do Ministério da Administração do Território (MAT), Márcio Daniel, a quem coube o discurso de abertura do evento, sublinhou que a componente participativa do cidadão, em termos do texto Constitucional e das demais Leis do Ordenamento Jurídico angolano, está "muito bem salvaguardada".

O nosso país, continuou Márcio Daniel, no que à participação efectiva dos cidadãos na governação diz respeito, é um "verdadeiro Ferrari da cidadania, basta olhar para a alínea L, do artigo 21º da Constituição da República de Angola, que estabelece entre as funções fundamentais do Estado a de defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil nos problemas nacionais".

"Entretanto, se do ponto de vista legal e formal, o país está muito bem orientado, do ponto de vista material, substancialmente, ainda temos muito espaço para melhorar", esclareceu.

O governante avançou ainda que a democracia não é apenas representativa, é também e democrática, participativa e que é a conjugação equilibrada desses dois predicados que faz a essência do princípio democrático.

Na mesma ocasião o Representante da Unicef em Angola, Ivan Yerovi, ressaltou que o Minfin tem a responsabilidade de reger e coordenar as finanças do Estado, mas é com a participação activa de cada cidadão que se pode alcançar os melhores resultados, seja no planeamento, na execução ou na fiscalização.

### 4.3 A reforma orçamental do Estado (parte 2)

*Jornal Expansão*  
23 De Julho de 2021

Na parte 1 defendemos que, com o nível de juros actual e a redução prevista das receitas petrolíferas, necessitaríamos de reduzir a despesa em cerca de 50%, subindo, simultaneamente os impostos, também em 50%, para podermos alcançar o equilíbrio orçamental com juros situados em cerca de 3,5% do PIE. Poderemos reduzir menos a despesa mas teremos de aumentar mais os impostos; ou aumentar menos os impostos, mas teremos de reduzir ainda mais a despesa; ou reduzir menos a dívida e os juros, mas teremos, então, de reduzir muito mais a despesa ou aumentar muito mais os impostos ou fazer as duas coisas simultaneamente. A proposta que apresentamos parece-nos a mais equilibrada. Detalhemos um pouco mais.

#### 4. A redução da despesa

Começemos pela despesa que mais facilmente pode ser eliminada

No OGE 21 existem 771 mil milhões de Kwanzas de despesas de capital e reservas: transferências de capital para bancos e empresas, 261 mil milhões; aumento de participações em bancos e empresas, 292 mil milhões; outras despesas de capital, 89 mil milhões e reservas, 129 mil milhões.

Começemos pelos 218 mil milhões de outras despesas de capital e reservas, ou seja, de algo que não se sabe o que é. E nossa opinião que não pode haver despesas sem um destino claro e inequívoco; nesta fase de emergência exige-se absoluto rigor na distribuição da despesa!

O restante das despesas enumeradas persegue o mesmo fim: capitalizar e valorizar as empresas, deficitárias, mal geridas e muitas vezes falidas. Independentemente da forma-aumentos de capital ou transferências de capital- esta despesa tem sempre o mesmo conteúdo: é despesa fiscal. Trata-se da execução da política fiscal do Governo, que deve ser o conceito que determina o saldo fiscal, e não do financiamento da política fiscal, que deve ser o conceito definidor da despesa financeira: movimentos da dívida e investimentos financeiros de curto prazo para valorizar excedentes de tesouraria.

Temos assinalado uma grande falta de transparência na execução desta despesa que tem grande relevância nos orçamentos mas nunca tem qualquer expressão nos relatórios de execução do que resulta: uma aparente melhoria da execução orçamental; a apresentação do saldo fiscal como positivo; uma evidente contradição entre os saldos fiscais apresentados, que são positivos, e o aumento facial da dívida.

O cerne da questão é que esta despesa é usada para manter ou valorizar empresas (especialmente bancos) fortemente deficitárias. Pretende-se que seja um bom negócio vender por 80 uma empresa que hoje vale 20, esquecendo-se sempre de referir o gasto necessário para o fazer. Se o gasto for inferior a 60, é sim um bom negócio; se for superior ou muito superior, é um mau ou um péssimo negócio, respectivamente! Ora, nos últimos anos, temos andado a gastar cerca de 500 mil milhões anuais neste tipo de despesa.

Não temos dados transparentes, mas, pelo que se vai ouvindo, pela análise dos balanços das empresas deficitárias e pelo crescimento da dívida, houve, desde Janeiro de 2018 a Dezembro de 2020, cerca de

1,5 biliões, gastos com este propósito! E continua no OGE21 com 553 mil milhões adicionais! Será que é um bom negócio? Será que vamos vender essas empresas pelos 2 biliões mais o seu valor no final de 2017? Não teria sido preferível ter vendido pelo valor real de mercado sem gastos adicionais? Na nossa opinião já se gastou em excesso e deve por-se cobro imediato a estes gastos, vendendo as empresas pelo seu valor actual. Aliás já é tarde demais! Não nos parece haver mais tempo e muito menos dinheiro para continuar a privar o País de educação, saúde ou apoio social urgentes, destinando montantes deste volume para salvar o que não aparenta ter salvação!

Portanto, na nossa opinião, estes 550 mil milhões devem crescer aos 220 mil milhões de despesa sem destino, perfazendo uma redução imediata de 770 mil milhões, ou 9,5% da despesa primária

Também não sabemos qual o montante dos subsídios aos combustíveis, mas rondará os 1,3 e 1,5 biliões, segundo o MinFin e a Sonangol. Consideramos, em consonância com o que o Executivo tem dito, que estes subsídios devem ser retirados paulatinamente; não concordamos com o constante protelar do processo, provavelmente à espera do momento ideal que nunca virá. O processo tem de iniciar-se de imediato e o desenho do processo deve ser claro.

Do nosso ponto de vista, devia ter-se iniciado em 2018 e terminado em 4 anos. Para que se possa alcançar um equilíbrio orçamental saudável em 2032, torna-se agora necessário que a eliminação dos subsídios aos combustíveis se faça em 2 anos e não em 4 como inicialmente prevíamos; e, a cada dia que passa, o choque terá de ser ainda mais brutal!

Defendemos que parte destes gastos se mantenham, embora não sob a forma de subsídios a preços. Na verdade, nas actuais condições, é importante manter um forte apoio ao serviço de transporte de pessoas (taxistas, autocarros) e bens (camionistas) e à produção com uso de energia proveniente de geradores, pelo menos até que a situação social melhore, permitindo o pagamento de tarifas mais caras, o estado das estradas e a proliferação dos mercados rurais deixe de justificar o apoio aos camionistas, e as infraestruturas de distribuição de electricidade cubram as zonas onde estão situadas empresas que usam geradores. Assumimos que este apoio represente 1/4 do valor actual dos subsídios aos combustíveis, podendo assim a despesa ser reduzida, adicionalmente, em 14%.

Somando a este montante os quase 9,5% anteriores, temos 23,5% da despesa.

Os "investimentos" públicos representam, no OGE 21, 4,4% do PIE não-petrolífero. Pensamos que, para que se alcance o equilíbrio orçamental em 2032, a despesa primária não deva ser superior a 13,2%, dos quais 11,2% de despesa corrente e 2,2% de investimentos. Ora a rubrica de investimentos é actualmente composta de inúmera despesa desnecessária, destinada a apetrechar com melhores condições uma elite burocrática que já possui condições supérfluas, e a inaugurar obras de fachada que, não tendo a despesa corrente necessária para o seu funcionamento e manutenção, rapidamente se tornam inúteis e "descartáveis", mesmo quando são muito necessárias: hospitais, estradas, escolas, etc.

Por isso dizemos: "o investimento deve cingir-se a hospitais, estradas, escolas, esquadras de polícia, tribunais e infra-estruturas de água, electricidade e saneamento e, apenas residualmente, a tudo o mais; e não se pode fazer um investimento sem o dotar da despesa corrente adequada. Mais ainda; não se podem fazer mais investimentos sem primeiro dotar com a despesa corrente adequada o que já existe e está em condições de funcionar"(1).O investimento pode e deve reduzir-se imediatamente para 2,2% do PIE, em consonância com a expectativa de distribuição da despesa de longo prazo, onde a despesa corrente representa 4/5 e o investimento 1/5 da despesa primária total.

A redução do investimento corresponde a cerca de 700 mil milhões (8,6% da despesa), o que, somado aos anteriores 23,5%, perfaz cerca de 32% da despesa primária efectiva (2) no OGE 21.

Dissemos que o equilíbrio em 2032 implica uma redução de 50% na despesa actual, o que significa que são necessários mais 18%, ou seja, cerca de 1,5 biliões: para o conseguir exige-se uma rigorosa e urgente reforma orçamental que promova a redistribuição da despesa orçamental e a sua eficiência!

Na parte 3 analisaremos esta questão bem como a necessidade de aumento da receita fiscal. 1 Relatório Anual de 2020 do CINVESTEC

2 Efectiva porque parte dela está registada como despesa financeira que efectivamente, não é.



#### 4.4 Cunene: Aprovada proposta de gastos em 2022

*Jornal de Angola*  
24 De Julho de 2021

A proposta de Orçamento Geral de Estado para o Cunene em 2022 é de 44 378 milhões de kwanzas, mais cinco mil milhões que o que está em execução no ano em curso, noticiou a Angop, ontem, com base no documento.

Desse valor, está previsto o emprego de 1 400 milhões de kwanzas em investimentos públicos e 1 231 milhões em despesas de apoio ao desenvolvimento, com a maior parte a ser absorvida em despesas com o pessoal, de acordo com o documento aprovado na IV Reunião Ordinária do Governo Provincial do Cunene.

A agência cita o director do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Cunene, Pelágio Pukulukeni, a afirmar que 44 projectos estão inscritos para execução no próximo ano, 20 dos quais são novos, destacando-se a construção de duas assembleias autárquicas municipais, reabilitação e ampliação de administrações municipais, obras reconduzidas do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), bem como a construção, reabilitação e apetrechamento de mais de 10 escolas.

Para além dos projectos reconduzidos do PIIM, frisou os restantes estão relacionados com a inclusão de projectos do PIP paralisados desde 2014 por razões financeiras.

Durante a reunião foi igualmente analisado o plano de construção de infra-estruturas sociais na fronteira, a regularização jurídica dos projectos habitacionais do Estado, bem como uma proposta de regulamento e procedimento de cedência de lotes para autoconstrução dirigida na urbanização da Caxila III.

## 5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Luanda soma e segue com o 4º governante em quatro anos de JLO

*Jornal Expansão*  
2 De Julho de 2021

João Lourenço soma e segue com a famosa dança das cadeiras com nomeações e exonerações do seu consulado, que já dura quase quatro anos, desde que assumiu os destinos do País. Desta vez foi Joana Lina a deixar o cadeirão máximo do Palácio da Mutamba e, no seu lugar o Presidente da República, nomeou esta quarta-feira, 30 de Junho, Ana Paula Chantre Luna de Carvalho.

A nova governadora de Luanda foi ministra do Ordenamento do Território e Habitação de 2017 a 2020 e, em Maio do ano passado, com o emagrecimento do Estado, foi 'rebaixada' e nomeada secretária de Estado para Ordenamento do Território.

A província de Luanda parece ser um lugar 'não apetecível' por muitos, tudo por conta da difícil missão de comandar os destinos da capital, tendo em conta os interesses e a interferência do poder central. Ou seja, em 'Luanda todo mundo manda'. Assim, Ana Paula Carvalho já é a 23ª governante a dirigir os destinos de uma província com mais de 8 milhões de habitantes e, a terceira senhora, quase 46 anos de independência, num território. E rio com inúmeros problemas por resolver, começando com saneamento básico que tem sido o 'calcanhar' de Aquiles de todos aqueles inquilinos que passam pelo palácio da Mutamba. Luanda é o centro das decisões políticas e administrativas do País, mas os problemas conjunturais, como a difícil e complicada mobilidade, a falta de qualidade na prestação dos serviços de saúde pública, distribuição de água potável e energia às populações, entre outros, têm contribuído de forma negativa para o pouco tempo de estadia dos inquilinos no palácio da Ingombota.

Joana Lina com governação difícil e contestada Na sua estadia de 13 meses no cadeirão do GPL, Joana Lina Ramos Baptista Cândido, teve um consulado difícil e com duras críticas da sociedade civil, sendo que a situação agudizou-se em Janeiro deste ano depois da decisão dos contratos com as operadoras de recolha de resíduos sólidos em Dezembro de 2020.

A ex-governadora foi também cusada por alguns analistas de falta de transparência no processo de selecção das empresas que, neste momento, têm a responsabilidade da limpeza da capital até ao final do ano.V.P.

### 5.2 Mosaiko encoraja participação nas autárquicas

*Jornal de Angola*  
5 De Julho de 2021

Um projecto de sensibilização sobre a importância das autarquias foi lançado, sexta-feira, na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, pela ONG Mosaiko-Instituto para a Cidadania, em parceria com a People in Need (PIN).

Denominada "Vamos Votar!", a iniciativa visa sensibilizar as autoridades tradicionais, mulheres e jovens para uma participação massiva em processos democráticos, como as eleições autárquicas.

Para o coordenador do Projecto de Educação Eleitoral Autárquico (PEEA) do Mosaiko, Carlos Guerra Caquarta, citado pela Angop, o objectivo é atingir um maior envolvimento de todos os cidadãos com idade para votar nas primeiras eleições autárquicas em Angola.

Disse que durante a implementação do projecto, os cidadãos serão fortalecidos com conhecimentos e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

### 5.3 Joana Lina Empurrada para fora do GPL por «jogos de interesse»

*Novo Jornal*  
9 De Julho de 2021  
Texto: Antunes Zongo

Joana Lina, recentemente exonerada do cargo de governadora da província de Luanda, poderá ter sido alvo de cabala criada por indivíduos poderosos nas estruturas do Executivo, por alegados "jogos de interesse", sobretudo relacionados com o mercado de recolha de resíduos. A informação foi prestada ao Novo Jornal por altos quadros do Governo da capital que lamentam, inclusive, o modo indiferente como a ex-governante passou a ser tratada pelo Presidente da República.

A proliferação do lixo em Luanda é o factor que tem sido usado para se 'macular' a imagem de Joana Lina, sendo que, nalguns círculos, a ex-governadora é tida

como culpada pelo surto de malária, que, segundo a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, está a ressurgir por causa do lixo.

Para diferentes quadros do GPL, "não é justo" atribuir-se responsabilidades à ex-governadora, pelo facto de as empresas contratadas para limpar Luanda terem abdicado das suas obrigações por causa da dívida do Executivo, um passivo, entretanto, já encontrado por Joana Lina.

Face à decisão unilateral das empresas em paralisar as actividades, a recém-exonerada reagiu rescindindo os contratos e promoveu novo concurso para a recolha de lixo na capital, tendo afastado a possibilidade de as empresas anteriores participarem.

Ao anunciar a abertura do novo concurso, Joana Liana fez saber que as dívidas com as empresas rondavam os 273,6 mil milhões de kwanzas, num contrato feito em dólares, cujo pagamento na moeda nacional deve ser realizado de acordo com o câmbio do dia. Além disso, algumas empresas apenas recebiam o dinheiro dos contratos e terceirizavam as suas empreitadas.

Em reacção à rescisão dos contratos, as empresas retiraram os seus contentores das ruas, o que obrigou a que se depositasse no chão todo o lixo produzido.

Comissão Interministerial para o Lixo

Incomodado com a situação do lixo

"Só você sabe, só você sabe o valor das suas histórias. O valor das suas feridas, por isso jamais aceite as máscaras dadas pelo mundo, por isso jamais seja o não tinha dinheiro disponível para pagar as novas empresas que exigiam uma dotação financeira inicial. Entre o paga-não-aga, João Lourenço criou uma Comissão Interministerial para lidar com o lixo, liderada por Carolina Cerqueira, ministra de Estado para o sector Social.

A nova realidade, segundo altos quadros do GPL, não agradou nenhum pouco a Joana Lina, que, percebendo da redução de competências, terá desabafado em reunião com o Presidente da República nos seguintes termos: "Se Vossas Excelências assim determinam, assim será". Não tardou, a comissão ora criada realizou uma mega-campanha de limpeza na qual chamou as empresas afastadas por Joana Lina, sendo que, até ao momento, não se conhecem os detalhes dos acordos, se orais ou escritos, que mantêm essas empresas no mercado.

Joana Lina despede-se com discurso "carregado de mágoa" Alguns observadores consideram que o

discurso de Joana Lina, proferido durante a cerimónia de passagem de pasta, 42 horas depois da sua exoneração, esteve carregado de mágoa e desilusão. Mas, no entender desses analistas, a ex-governadora não tem razões para mágoa, "porque foi incompetente".

Durante o seu discurso de despedida, na passada sexta-feira, dia 2, Joana Lina justificou a dificuldade que teve em governar Luanda com o facto de a sede da administração do Estado estar implantada na capital, sendo que, segundo a mesma, muitas das resoluções encontradas sobre determinado problema chocaram com vários interesses.

Antes de terminar o discurso, Joana Lina leu uma mensagem de um dos seus filhos, em que esse apelou a ela para que "jamais aceite ser o que eles querem", sem, no entanto, indicar quem são "eles".

Para o escritor e psicanalista clínico Ribeiro Tenguna, não há dúvidas de que Joana Lina e o filho se referiam ao Presidente João Lourenço e a outras estruturas que se sobrepõem ao Governo da província de Luanda (GPL).

Ao NJ, Ribeiro Tenguna admitiu que a influência do Presidente e de outras estruturas nalgumas vezes invade o espaço da governadora, tendo recordado um episódio em que Bento Bento, depois de exonerado do cargo de governador de Luanda, enalteceu o facto de ter sido substituído por um general, considerando que havia na capital muitos poderes paralelos ao Governo local.

"Mas, isso não iliba Joana Liana da sua incompetência, facto que torna incompetente até a pessoa que a nomeou, porque ela nada fez de relevante no Huambo, de onde saiu", destacou Ribeiro Tenguna.

Já o político Serafim Semeão, coordenador da comissão instaladora do PRA JA-Servir Angola na Huíla, e o jurista e analista Hélder Chiuto, também não pouparam nas críticas à ex-governadora e consideram-na, igualmente, por incompetente, alegando que a sua nomeação foi uma "falta de visão extraordinária de quem de direito".

## 5.4 PR agenda dividir cinco províncias em véspera das eleições

*Novo Jornal*

*9 De Julho de 2021*

O Presidente da República, João Lourenço, criou, esta quarta-feira, 7, uma Comissão Multisectorial com competências para a alteração da divisão político-administrativa de cinco províncias.

As circunscrições-alvo de estudo da comissão recém-criada são as províncias do Kuando Kubango, Lunda-Norte, Malanje, Moxico (a de maior dimensão, com 223.023 quilómetros quadrados) e Uíge.

Em despacho, o Presidente da República justifica a medida com o objectivo de criar maior aproximação entre as entidades administrativas e os cidadãos.

A comissão, que dispõe de orçamento próprio, tem a prerrogativa de propor a alteração da Lei da Divisão político-Administrativa e os limites territoriais entre as províncias objecto de seu trabalho.

A comissão tem, entre outras, a tarefa de inventariar o equipamento 'administrativo, económico e social relevante e os principais investimentos públicos em curso ou em preparação em cada uma das províncias sob sua análise.

Coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, a comissão integra também o ministro da Administração do Território, que é o coordenador-adjunto, do Interior, das Finanças, da Economia e Planeamento, da Justiça e Direitos Humanos, dos Transportes, das obras Públicas e Ordenamento do Território, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

.A.Z

## 5.5 Moradores recebem consultas jurídicas

*Jornal de Angola*

*11 De Julho de 2021*

Vários residentes na Centralidade do Kilamba, em Luanda, beneficiaram, ontem, de serviços de consultas jurídicas gratuitas, registo civil, atribuição do Bilhete de Identidade, registo predial, mediação e conciliação de conflitos e justiça tradicional.

A iniciativa, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, por via da Direcção Nacional para a

Resolução Extrajudicial de Litígio, reuniu parceiros públicos e privados ligados ao aconselhamento do cidadão.

Entre os parceiros destacam-se o Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL), Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC) e a Inspeção Geral do Trabalho.

A lista de parceiros inclui, também, o Centro de Arbitragem Industrial de Angola, Centro de Resolução de Litígios Harmonia e membros do Conselho Provincial de Luanda da Ordem dos Advogados de Angola. No foco da acção está a promoção do acesso ao direito como via de prevenção de conflitos.

No local de aconselhamento, diante da Administração do Kilamba, foram fixadas brigadas de registo civil e de emissão do Bilhete de Identidade, a título excepcional, afirmou a secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania. Ana Celeste Januário, que representou o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, esclareceu, à imprensa, que foram unidas diferentes instituições que desempenham o mesmo tipo de trabalho. A intenção, disse, é permitir que, gratuitamente, os interessados possam ser encaminhados de acordo com a inquietação de cada um.

Explicou que o cidadão é livre de escolher a via para ver o assunto pessoal resolvido, através dos tribunais, como pode recorrer a muitos dos serviços que hoje tem à disposição.

Mirian Machado, chefe de departamento da Direcção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígio, sublinhou que o objectivo é, também, o de elevar a cultura jurídica das comunidades. Um trabalho que deve se feito "por via de palestras, acções de formação, programas elucidativos", afirmou.

A acção relativa a género deverá ocorrer no próximo sábado, na urbanização KK5000, com a mesma equipa de trabalho.

Enquadrado na jornada de acesso ao Direito e à Justiça, a iniciativa também teve o objectivo celebrar o 10º aniversário da Centralidade do Kilamba, assinalado ontem.

Os meios de resolução extrajudicial de litígios são mecanismos que visam realizar uma justiça acessível, célere e próxima do cidadão, e apresentam-se como poderoso auxiliar na administração da Justiça.

## 5.6 Orçamento participativo apreciado em 64 municípios

*Jornal de Angola*  
19 Julho de 2021

A directora nacional para o Orçamento do Estado (DNOE), Nicola Nvuayi, garantiu, na última quinta-feira, na “1ª Mesa-Redonda sobre a Participação do Cidadão no Ciclo do Orçamento Geral do Estado em Angola”, que o projecto orçamento participativo está numa fase piloto, mas que já terá sido apreciado em 64 municípios.

Ao que fez saber Nicola Nvuayi, os Decretos Presidenciais 235/19 e 234/19 instituem os eixos em que os projectos devem ser seleccionados.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais do Ministério da Administração do Território (MAT), Márcio Daniel, a quem coube o discurso de abertura do evento, sublinhou que a componente participativa do cidadão, em termos do texto Constitucional e das demais Leis do Ordenamento Jurídico angolano, está “muito bem salvaguardada”.

O nosso país, continuou Márcio Daniel, no que à participação efectiva dos cidadãos na governação diz respeito, é um “verdadeiro Ferrari da cidadania, basta olhar para a alínea L, do artigo 21º da Constituição da República de Angola, que estabelece entre as funções fundamentais do Estado a de defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil nos problemas nacionais”.

“Entretanto, se do ponto de vista legal e formal, o país está muito bem orientado, do ponto de vista material, substancialmente, ainda temos muito espaço para melhorar”, esclareceu.

O governante avançou ainda que a democracia não é apenas representativa, é também e democrática, participativa e que é a conjugação equilibrada desses dois predicados que faz a essência do princípio democrático.

Na mesma ocasião o Representante do Unicef em Angola, Ivan Yerovi, ressaltou que o Minfin tem a responsabilidade de reger e coordenar as finanças do Estado, mas é com a participação activa de cada cidadão que se pode alcançar os melhores resultados, seja no planeamento, na execução ou na fiscalização.

## 5.7 Entidades administrativas independentes têm regime

*Jornal De Angola*  
22 De Julho de 2022  
*Texto: Adelina Inácio*

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, a proposta de Lei sobre o Regime Geral das Entidades Administrativas Independentes, que, no plano institucional, introduz um novo modelo de prestação dos serviços públicos.

Com o diploma, aprovado com votos favoráveis do MPLA, UNITA, PRS e FNLA e abstenções da CASA-CE, o Executivo tem agora os serviços descentralizados nos princípios do rigor técnico e da neutralidade da actuação administrativa.

O deputado João Pinto afirmou que o MPLA aprovou favoravelmente a proposta para cumprir o programa de Governo 2017-2022 que visa instituir “uma administração independente, para atingir os resultados de uma administração que siga o padrão internacional e com vocação técnica para regulamentar os sectores económicos, sociais e a defesa dos direitos fundamentais”.

As entidades administrativas independentes, esclareceu, não terão legitimidade democrática, mas serão designadas pelo Executivo, podendo essa designação ser partilhada com a Assembleia Nacional. Aos tribunais caberá a fiscalização da legalidade.

A deputada Mihaela Weba disse que a UNITA votou a favor por entender que o diploma visa concretizar a criação de entidades locais administrativas independentes, enquanto instituições não sujeitas aos poderes de direcção, orientação ou controlo do Executivo.

A UNITA, prosseguiu, entende, ainda, que às entidades administrativas independentes compete a regulação das actividades económicas, a defesa dos serviços de interesse geral, protecção dos direitos e interesses dos consumidores, bem como a promoção e defesa da concorrência dos sectores privados, corporativos e sociais.

Para a parlamentar, a aprovação deste diploma preenche um vazio há muito reclamado pela sociedade, o de eliminar a duplicidade de escrituras administrativas reguladoras de certos sectores sujeitos à superintendência ministerial.

André Mendes de Carvalho "Miau", da CASA-CE, indicou as razões para a coligação se ter absterido na votação. O deputado defende que não se pode limitar ao Presidente da República a iniciativa legislativa da criação das entidades administrativas independentes.

Miau entende que se os órgãos dos conselhos de administração dessas entidades são nomeados pelo Presidente da República devem tomar posse perante ele e não na Assembleia Nacional.

Passaporte angolano

Ainda ontem, O Parlamento aprovou a Lei do Passaporte Angolano e o Regime de saída e Entrada dos Cidadãos Nacionais, com 173 votos a favor.

Agostinho Van-dunem disse que o MPLA votou a favor do diploma para apoiar o Executivo nos esforços que realiza para tornar os documentos de viagem mais seguros e com maior credibilidade internacional.

Este objectivo, segundo o deputado, só é possível com a adesão de Angola aos mecanismos de segurança do Sistema Integrado de Informação e no âmbito da Organização Internacional da Aviação Civil, bem como das recomendações da Associação Internacional dos Transportes Aéreos.

O Parlamento, ao ter aprovado o diploma, permite ao Executivo aumentar o número de países onde os cidadãos angolanos podem circular sem necessidade de obter visto nos passaportes ordinários. "Com aprovação deste diploma, ficou esclarecida a utilidade que se deve dar aos passaportes diplomáticos e de serviço, como sendo de função, disciplinando, assim como a sua concessão em razão do interesse público", esclareceu.

O deputado Araújo Pena, da UNITA, disse que o partido votou a favor por considerar que é importante colocar ao serviço dos cidadãos e da comunidade internacional, documentos de viagem com alto nível de segurança.

André Mendes de Carvalho, da CASA-CE, disse que a coligação votou a favor porque está de acordo com o texto e o espírito da Lei. Defendeu, no entanto, a continuidade da reflexão sobre a matéria dos passaportes.

"Angola não é obrigada a dar a um estrangeiro passaporte, mas se lhe concede, tem de lhe garantir protecção", defendeu.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Obras de complexo residencial arrancam nos próximos dias

*Jornal de Angola*

*5 De Julho de 2021*

*Texto: Lourenço Bule*

As obras de um complexo residencial para albergar técnicos dos sectores Administrativo, Saúde e Educação, no município do Cuito Cuanavale, província do Cuando Cubango, orçadas em 1,3 mil milhões de kwanzas, arrancam nos próximos dias, a cargo da construtora chinesa “Sethdallas”.

Os trabalhos, segundo o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Ministério da Administração do Território, Rui Lourenço, que orientou o acto de consignação, comportam dois edifícios com dois andares, parque de estacionamento e um campo multiuso.

“É a primeira infra-estrutura das várias que vão ser erguidas no município do Cuito Cuanavale, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM)”, sublinhou.

Rui Lourenço informou que as obras vão permitir a criação de 200 empregos directos para habitantes do município, acrescentando que o Ministério da Administração do Território vai construir e apetrechar infra-estruturas do género em diferentes municípios do país.

“São projectos inscritos no PIIM, com vista à criação de condições para funcionários de diversos sectores”, disse, adiantando que está prevista a execução de nove projectos no Cuando Cubango, que visam a reabilitação e ampliação das administrações municipais, construção de assembleias municipais e de infra-estruturas para os serviços das Autarquias.

### 6.2 Famílias de ex-militares recebem residências

*Jornal de Angola*

*11 De Julho de 2021*

*Texto: Venâncio Victor*

Sete famílias de ex-militares beneficiam, ainda este ano, de residências do tipo T3, no município de Cunda-dya-Base, 175 quilómetros a nordeste da

cidade de Malanje, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza.

As obras das residências, a cargo da empresa FADS, terminam no mês de Setembro e vão custar 34,6 milhões de kwanzas.

As casas, que estão a ser construídas com material local, nomeadamente barro de terra comprimida, foram elogiadas pelo vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Angelino Quissonde, por serem menos onerosas que as convencionais.

O governante visitou as obras à margem do lançamento da primeira pedra para a construção de um edifício residencial administrativo para acomodação dos quadros da administração municipal, no quadro do PIIM.

Angelino Quissonde destacou a participação da comunidade no fabrico do material de construção que disse garantir, também, maior conforto térmico durante o período nocturno.

Enalteceu a visão da administração municipal do Cunda-dya-Base e de Marimba, estimulando as restantes a seguirem o exemplo.

No Cunda-dya-Base, o vice-governador de Malanje colocou a primeira pedra do complexo residencial administrativo, avaliado em 1,2 mil milhões de kwanzas. As obras vão durar 18 meses e estão a cargo da empresa BCEG.

O governante visitou os trabalhos de terraplanagem que ligam as comunas de Milando e Lemba, bem como as obras de construção de duas escolas na sede municipal.

### 6.3 Kilamba precisa de bilião e meio de kwanzas para manter serviços

*Jornal de Angola*

*11 De Julho de 2021*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

A Cidade do Kilamba precisa de um orçamento anual de um bilião e meio de kwanzas, para ter uma gestão mais eficiente e com todos os serviços a funcionar, segundo informou o seu administrador distrital.

Murtala Marta, que falava ao Jornal de Angola, em torno das festividades do 10º aniversário do Kilamba, que se assinala hoje, considerou que o orçamento actual da cidade é insuficiente para atender as necessidades locais.

A última verba que a Administração recebeu foi de cerca de 300 milhões de kwanzas, dos quais 250 milhões serviram para pagar os salários do pessoal e o resto é que foi para a gestão, o que não é suficiente.

Mas, o administrador considera ser possível arrecadar os valores pretendidos, para garantir uma melhor gestão da centralidade, caso as receitas forem, de facto, alocadas, com o pagamento, pelos moradores de vários serviços disponíveis e, ainda, são grátis.

"Se os moradores passarem a pagar uma taxa de ocupação anual de dez mil kwanzas do parque de estacionamento, que tem 44.000 lugares, podemos ter um valor aproximado de 440 milhões de kwanzas", realçou o responsável.

O administrador disse que o orçamento da centralidade pode melhorar, igualmente, se o Ministério das Finanças alocar à gestão da cidade o pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU), que é da responsabilidade da Administração Local do Estado.

Murtala Marta revelou que a Administração arrecadou, desde o início do ano, com os emolumentos pagos pelos serviços disponíveis, 25 milhões de kwanzas, um valor também considerado insuficiente para suprir as necessidades.

O responsável apontou que os serviços de manutenção da energia eléctrica, água, iluminação pública, poda de árvores, arranjo dos jardins e limpeza da cidade têm orçamentos muito altos.

#### Principais serviços disponíveis

Constituída por 1.800 edifícios, 25 mil apartamentos, com cerca de 230 mil habitantes, num rácio de cinco pessoas por cada família, a Cidade do Kilamba, em termos de serviços, tem 24 escolas, 26 creches e mais de 300 unidades comerciais, que comportam restaurantes, lojas de conveniência e diversos.

Apesar das dificuldades que a Administração enfrenta na gestão do Kilamba, Murtala Marta considera que a radiografia que se faz dos dez anos de existência é positiva.

"Temos constrangimentos com algumas infra-estruturas, mas a cidade tem crescido significativamente".

O responsável reconheceu que há, ainda, algumas estruturas que deviam ser postas ao serviço da cidade, desde à altura da sua concepção, como hospital ou postos médicos, mercados, morgue, entre outros, por fazerem falta ao dia-a-dia do cidadão.

Murtala Marta acrescentou que a empresa gestora dos terrenos infra-estruturados tem vendido espaços para empresas que pretendem fazer investimentos públicos e privados. Com isso, a região pode estar mais atractiva e perder-se a ideia de que "o Kilamba é uma cidade dormitório, até porque já há pessoas que trabalham e vivem nela".

O administrador apontou que a cidade tem ainda Serviços de Identificação, Cartório, Notário, Registo Predial, AGT, serviços de proximidade (lojas de conveniência, restaurantes, farmácias e consultórios médicos privados).

#### Kilamba além da cidade

Murtala Marta considera que o Kilamba tem se tornado, cada vez mais, numa cidade metrópole em pequena escala. Desde a última Divisão Administrativa, em 2016, a região ascendeu à categoria de distrito, sendo que, neste momento, conta com mais três bairros ou zonas peri urbanas.

Assim, além da sede e do KK5000, estão, também, alocados ao Distrito Urbano do Kilamba, que pertence ao município de Belas, os bairros do Bita Santo António, Bita Progresso e Bita Vila Flor.

Com a junção destes territórios, Murtala Marta considerou que a situação da gestão da Administração começa a ficar apertada, tendo em conta que a melhoria das condições de vida da população dessas zonas carecem de serviços de saneamento básico, hospitais, escolas, energia, água, estradas, entre outros.

"Temos um plano para desenvolver estas zonas, do ponto de vista urbanístico, porque são zonas virgens, no sentido de evitarmos a desigualdade social", destacou o administrador do Kilamba.

#### As grandes preocupações

Uma das grandes preocupações a nível do Kilamba, disse, tem a ver com a recolha dos resíduos sólidos, dada às insuficiências da operadora "Chay Chay".

Realçou que, desde a criação da cidade, o índice de doenças comuns sempre foi baixo, mas, neste período, com a fraca recolha do lixo, tem se registado doenças como a febre tifoide e malária.

Murtala Marta esclareceu que o problema da iluminação pública na centralidade requer um investimento muito alto e esta situação agrava-se, cada vez mais, porque os cidadãos não colaboram com a preservação dos equipamentos.



O administrador garantiu que a manutenção dos equipamentos é feita de forma regular, mas, ultimamente, os esforços têm sido para concertar o que os cidadãos estragam ou vandalizam. "Há pessoas que desligam, cortam e queimam a caixa de comando e cabos: Isto atrasa no desenvolvimento da cidade. Por estas razões, não temos recursos para manter a 100% a iluminação pública", disse.

Além do projecto de iluminação pública, explicou a projecção da luz ambiente, que, por vezes, dá a sensação de que a cidade está escura. Por esta razão, em alguns quarteirões, os moradores montam outras luzes para garantir maior claridade e manter as zonas mais seguras.

"Pedimos que sejam denunciados as pessoas não identificadas a mexer nos bens públicos, tanto eléctricos como hidráulicos", apelou o administrador, que garantiu trabalhos sobre a imagem das principais avenidas, repondo a sinalização e o tratamento das zonas verdes.

Saúde deficiente

Em relação à rotura numa das linhas de esgoto do Quarteirão A, o administrador assegurou que "a situação está a ser revista e a obra pode arrancar nesta semana", uma vez que a empreitada está já sob responsabilidade do Governo Provincial de Luanda.

Murtala Marta considerou que a segurança da cidade está controlada, apesar de alguns altos e baixos, devido à falta de meios de locomoção para os agentes da Ordem Pública.

No que toca aos cuidados sanitários, o responsável admitiu que o Centro de Saúde do Kilamba ainda não oferece condições necessárias, para proporcionar um atendimento mais adequado aos cidadãos. Mesmo assim, a unidade atende pacientes de outras zonas adjacentes à centralidade, incluindo o município de Viana.

O referido centro tem uma maternidade, que, entre Janeiro e Junho deste ano, realizou 170 partos. A capacidade de internamento desta área é de 20 camas.

Outro problema apontado pelo administrador é a falta de equipamentos, principalmente, o de laboratório para realização de exames de vária ordem. Em relação à assistência medicamentosa, disse que a situação nunca chegou a ser boa, porque "os pacientes que acorrem ali são sempre acima da média".

Programa de actividades

Para celebrar o 10º aniversário do Kilamba, fundada a 11 de Julho, pelo ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a Administração reservou diversas actividades até o dia 31 deste mês.

De acordo com o programa, hoje, haverá um encontro entre o Ministério da Justiça e Direitos Humanos e os cidadãos, dia em que serão apresentadas as novas comandantes das esquadras do Kilamba.

O programa reserva, ainda, a entrega de certificados aos presidentes e coordenadores das comissões de moradores, bem como homenagem a individualidades e parceiros prestadores de serviços.

Hoje, além da missa campal, que acontece na Paróquia do Santíssimo Redentor, vai ser lançado o projecto "O Meu Pomar", no quarteirão X.

## 6.4 Moradores recebem consultas jurídicas

*Jornal de Angola*  
11 De Julho de 2021

Vários residentes na Centralidade do Kilamba, em Luanda, beneficiaram, ontem, de serviços de consultas jurídicas gratuitas, registo civil, atribuição do Bilhete de Identidade, registo predial, mediação e conciliação de conflitos e justiça tradicional.

A iniciativa, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, por via da Direcção Nacional para a Resolução Extrajudicial de Litígio, reuniu parceiros públicos e privados ligados ao aconselhamento do cidadão.

Entre os parceiros destacam-se o Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (CREL), Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC) e a Inspeção Geral do Trabalho.

A lista de parceiros inclui, também, o Centro de Arbitragem Industrial de Angola, Centro de Resolução de Litígios Harmonia e membros do Conselho Provincial de Luanda da Ordem dos Advogados de Angola. No foco da acção está a promoção do acesso ao direito como via de prevenção de conflitos.

No local de aconselhamento, diante da Administração do Kilamba, foram fixadas brigadas de registo civil e de emissão do Bilhete de Identidade, a título excepcional, afirmou a secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania. Ana Celeste Januário, que representou o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, esclareceu, à imprensa, que foram unidas diferentes instituições que desempenham o mesmo tipo de trabalho. A intenção, disse, é permitir que, gratuitamente, os interessados possam ser encaminhados de acordo com a inquietação de cada um.

Explicou que o cidadão é livre de escolher a via para ver o assunto pessoal resolvido, através dos tribunais, como pode recorrer a muitos dos serviços que hoje tem à disposição.

Mirian Machado, chefe de departamento da Direcção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígio, sublinhou que o objectivo é, também, o de elevar a cultura jurídica das comunidades. Um trabalho que deve se feito "por via de palestras, acções de formação, programas elucidativos", afirmou.

A acção relativa a género deverá ocorrer no próximo sábado, na urbanização KK5000, com a mesma equipa de trabalho.

Enquadrado na jornada de acesso ao Direito e à Justiça, a iniciativa também teve o objectivo celebrar o 10º aniversário da Centralidade do Kilamba, assinalado ontem.

Os meios de resolução extrajudicial de litígios são mecanismos que visam realizar uma justiça acessível, célere e próxima do cidadão, e apresentam-se como poderoso auxiliar na administração da Justiça.

## 6.5 Gestora de terrenos apoia obras no Kilamba

*Jornal Economia & Finanças*

*16 De Julho de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) financia com 80 milhões de kwanzas as obras de reparação do canal de águas residuais da Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, garantiu, ontem, o presidente do Conselho de Administração.

Pedro Cristóvão disse à imprensa no acto público designação das obras à empreiteira Mínuila, que promete em dois meses, no máximo, regularizar o actual quadro.

Segundo justificou a entrada da EGTI deve-se ao facto de ser parte interessada no processo de gestão da Centralidade, porquanto o processo de infra-estruturação dos terrenos para venda aos potenciais interessados deverá também utilizar o canal de drenagem de águas. Logo, continua, faz sentido apoiar-mos na ausência de orçamento na administração. No entender da administração de Belas, que superintende a Centralidade, o mau uso por parte dos moradores dos colectores e esgotos também estão a contribuir para a rápida degradação dos canais de evacuação das águas residuais.

O administrador Miguel de Almeida disse ser preocupação do município e da própria administração da Centralidade do Kilamba devolver a dignidade e referência que a cidade sempre ostentou, num desafio em que contam com a contínua participação dos moradores.

Miguel de Almeida reconheceu algumas dificuldades originadas pela escassez de verbas para a pronta resposta dos problemas da cidade, mas referiu, o exemplo do acordo com a EGTI, como uma mecanismo de que o Governo continuará a recorrer para garantir a exequibilidade dos diferentes projectos.

## 6.6 Edifício autárquico começa a ser erguido

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2021*

*Texto: Victorino Matias | Dundo*

As obras de construção do Complexo Residencial Administrativo e Autárquico do município do Lóvua, província da Lunda-Norte, iniciaram na sexta-feira, com o lançamento da primeira pedra, numa cerimónia orientada pelo vicegovernador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Lino dos Santos

O complexo, a ser erguido no âmbito da preparação e implementação das autarquias, vai acolher funcionários públicos colocados no município do Lóvua. Com dois pisos, o edifício contará com 20 apartamentos de tipologias T1 e T2.

As obras estão inseridas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e vão custar mais de mil milhões de kwanzas.

O complexo será implantado numa área de 1.752 metros quadrados. A obra, a cargo da empresa chinesa "BCEG", será executada em 18 meses, a partir da data do lançamento da mesma.

A empreitada vai envolver mais de 90 trabalhadores, maioritariamente jovens locais que ganharam o seu primeiro emprego.

O complexo contará com um parque de estacionamento para 24 viaturas, quadra polidesportiva, áreas técnicas para gerador, tanque de combustível e uma vedação de rede metálica.

O representante do Ministério da Administração do Território, Josemar Soares, explicou que a construção do complexo visa, essencialmente, proporcionar melhores condições de alojamento aos técnicos da administração do Estado.

Josemar Soares lembrou que o Ministério da Administração do Território já procedeu à consignação de infra-estruturas idênticas nos municípios do Cambulo, Caungula e Capenda-Camulemba. "Todos os esforços estão a ser envidados pelo Executivo no sentido de se construir empreendimentos do género em todos os municípios, mas priorizando as localidades com maiores dificuldades habitacionais, como é o caso do Lóvua", esclareceu.

O vice-governador da Lunda-Norte para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Lino dos Santos, pediu ao empreiteiro para cumprir os prazos contratuais, com vista à conclusão das obras, visto que o Estado já efectuou o pagamento dos primeiros 15 por cento do valor contratual.

Referiu que além de resolver os problemas de habitação, a infra-estrutura vai dar uma nova imagem à sede municipal do Lóvua.

## 6.7 Arquitecto contra as fraudes

*Jornal Economia & Finanças*

*23 De Julho de 2021*

*Texto: André Sibi*

O Bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola, Celestinho Chitonho, disse ao Jornal de Economia & Finanças que o país deve criar uma base de dados dos materiais de construção fabricados no mercado nacional.

A meta é criar condições para que os arquitectos angolanos possam recomendar os materiais de construção civil produzidos no mercado nacional. De acordo com o responsável, as recomendações internacionais exortam estes procedimentos à execução das obras. Esclareceu que no 'mercado angolano, os arquitectos são obrigados a recomendar materiais de construção do mercado internacional

porque o país não dispõe de uma base de dados daquilo que é fabricado a nível local.

Para o responsável, a importação de materiais de construção do mercado internacional gera fuga de divisas e ofusca a produção nacional. "Por que razão uma simples porta, fechadura é importada quando seriam os angolanos a fornecer estes materiais às centralidades?",

Não é possível saber tudo quanto se produz no país, senão a criação de uma base de dados para dar resposta a esta necessidade.

"Temos muitos técnicos 'que não sabem que a província da Huíla fabrica mármore' disse.

Lembrou que durante a construção das centralidades os pedreiros, carpinteiros, pintores e demais profissionais pouco ou nada aproveitaram na venda de equipamentos as empresas construtoras.

O sector da construção civil movimenta milhões de kwanzas, se for bem aproveitado pode tirar muitos angolanos da linha de pobreza e reconstruir empresas fortes no segmento de produção e comercialização de materiais de construção.

A título de exemplo, apontou a Centralidade do Kilamba com aproximadamente 17 mil habitantes que seria um grande nicho de mercado, disse.

Apelou para um maior rigor na fiscalização das obras, de modo a evitar fraudes, assim como a introdução dos números de ordem na placa de informação da obra para desencorajar os falsos arquitectos que, dia e noite, se apresentam à população como técnicos credenciados para exercer a profissão.

## 6.8 Auto- construção · dirigida 100 famílias beneficiam de lotes de terra no Dundo

*Jornal Economia & Finanças*

*23 De Julho de 2021*

Cem famílias beneficiaram de lotes de terra, no Distrito Urbano do Mussungue, cidade do Dundo, na província da Lunda Norte.

Na ocasião, o administrador municipal do Chitato, Lázaro Celestino, disse que o projecto de auto-construção dirigida, denominado "Minha Casa Meu Lar", visa a distribuição de lotes em três reservas fundiárias, nomeadamente na localidade de Caitatonha na Estrada Nacional 225, Mandandje Estrada Nacional 180A e a de Nachiri, na futura

Estrada Internacional que interligará Angola e a RDC.

Sendo que a administração municipal do Chitato irá apoiar os beneficiários, com chapas de zinco e outros meios para construção das suas residências. Cada reserva tem a previsão de 500 lotes de terrenos para diferentes tipologias, que irá beneficiar principalmente as populações que vivem em zonas de alto risco, nas proximidades de linhas de água, debaixo de linhas de transporte de alta e média tensão, à beira das estradas, nas áreas com ravinas em progressão.

#### MAIS-VALIA

Por seu turno, Celso da Rocha, um dos beneficiários manifestou sua satisfação, elogiando a administração municipal do Chitato e em geral o governo provincial da Lunda Norte que pelo projecto colocaram no centro das atenções as populações que vivem em áreas consideradas de risco. Celso da Rocha aproveitou também o momento para solicitar o acompanhamento técnico, bem como o apoio material necessário para as populações mais vulneráveis e sinistradas.

O acto simbólico de entrega de títulos para concessão de terrenos, na reserva fundiária de Caitatanha foi testemunhado pelo governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangalill.

## 6.9 Retoma de entrega de habitações não contempla novas vendas

*Jornal Expansão*  
30 De Julho de 2021

A anunciada retoma do processo de entrega de habitações na centralidade do Capari, província do Bengo, pelo Fundo de Fomento Habitacional (FFH), não contempla a abertura de novas vendas, apurou o Expansão junto de fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

As 496 habitações disponíveis no bloco 8 estão reservadas para a entrega a instituições públicas e privadas contempladas na cota reservada a venda dirigida, que não foi concluída em processos de venda anteriores porque foram vandalizadas.

Depois de restauradas, as habitações encontram-se em condições de serem entregues pela Imogest, que trabalha para retomar processo de entregas.

O processo será extensivo a outros imóveis que não tinham sido entregues por questões técnicas, problemas que deixaram de existir com a conclusão

da Central da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), segundo o presidente do FFH, Hermenegildo Gaspar. Com a conclusão de algumas infraestruturas na centralidade do Capari espera-se que as cerca de mil habitações desocupadas sejam entregues, pondo fim à vandalização a que estiveram sujeitas nos últimos anos, situação que 'obrigou' o Estado a efectuar mais gastos na sua recuperação.

Entrega no Zango Zero sem data

O Governo não avança pará qualquer data para a recomeço da venda de habitações do Programa Nacional de Habitação na capital e defende-se com a justificação da falta de infraestruturas em algumas centralidades com imóveis concluídos e que nalguns casos estão a ser danificados.

Em Luanda, o Zango Zero, em Viana, tem disponível cerca de 700 apartamentos entre T3 e T4, que vão ser atribuídos aos jovens, de uma forma pouco clara que privilegia algumas organizações juvenis. Nesta localidade, o vandalismo das habitações é uma realidade e à semelhança do que aconteceu na centralidade do Capari, os imóveis terão de ser reabilitados antes da entrega.

Aliás, esta centralidade é das poucas na capital com imóveis disponíveis, mas a falta de infraestruturas está a condicionar a sua entrega, asseguram as autoridades, cenário vivido noutras zonas do País.

F.D.

## 6.10 Primeiro Metro de Superfície de Luanda vai ter 4 linhas

*Jornal de Angola*  
Dia 6 De Julho de 2021  
Texto: Edna Dala e André Sibi

O projecto de construção do Metro de Superfície de Luanda, cujas obras devem iniciar no próximo ano, contempla quatro linhas, com um total de 149 quilómetros, anunciou, ontem, o ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu

Em declarações à imprensa, depois da cerimónia de abertura da conferência internacional sobre o projecto, o responsável destacou que o Metro de Superfície de Luanda, que numa primeira fase vai ligar a Centralidade do Kilamba ao Porto de Luanda, oferece benefícios na requalificação urbana da capital do país.

A Linha Amarela, a primeira a ser construída, vai sair do Kilamba, passando pelo traçado BRT, Estádio 11 de Novembro, Sapu, Estalagem, Grafanil, Estrada de

Catete, Unidade Operativa até à Tourada. Deste ponto vai prosseguir até à zona do Aeroporto, descendo para o Prenda até ao Zamba 2. Daí segue para a Nova Marginal até chegar ao Porto de Luanda.

A Linha Vermelha será instalada no separador central da Avenida Fidel Castro, numa rota de aproximadamente 60 quilómetros, de Cacucaco para o Benfica, enquanto a Linha Verde vai ligar Cacucaco ao Porto de Luanda.

A Linha Azul vai sair do Zamba 2, conectar com a Linha Amarela, passando pela Nova Marginal, até ao Benfica.

O director nacional para a Economia das Concessões do Ministério dos Transportes, Eugénio de Lima, esclareceu que o traçado previsto está dentro do alinhamento do Plano Director Metropolitano de Luanda e do Plano Director Nacional do Sector dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias.

Em entrevista ao Jornal de Angola, no final da conferência internacional sobre o "Projecto Metro de Superfície de Luanda e os Desafios da Mobilidade", Eugénio de Lima garantiu que o projecto não será mais um fiasco, a julgar pela modalidade de financiamento adoptada pela Comissão Interministerial, que não vai onerar o Estado. Outra vantagem é o parceiro tecnológico escolhido, a Siemens, que dispõe de uma grande capacidade tecnológica para atender as necessidades dos angolanos.

O director-geral da Siemens Mobility Angola, Leopoldino Sobral, disse que o país vai receber 35 veículos de superfície eléctricos rebaixantes de cabina dupla (que permite até aos cadeirantes subir à vontade) com capacidade para carregar entre 350 e 400 pessoas, pode ir tanto para um sentido como para outro, sem necessidade de manobra.

De modo a assegurar a manutenção das máquinas, disse, estão em formação, em Berlim, na Alemanha, sete jovens angolanos, de diferentes especialidades, entre tripulantes e assistentes técnicos. Prevê-se, igualmente, a criação de um centro de formação a nível local para a transferência de conhecimentos aos angolanos.

#### Arranque do projecto

O ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu, esclareceu que a intenção é, até ao final deste ano, criar-se todas as condições, incluindo a constituição da Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) e seus investidores, para o arranque do projecto em 2022 e assegurar que até 2023 se conclua a primeira fase.

Para partilhar o risco, disse, o projecto será desenvolvido num regime de Parceria Público Privada (PPP), envolvendo agentes que garantam uma execução rigorosa das várias componentes associadas ao investimento.

O ministro dos Transportes recordou que até ao momento foram desenvolvidos trabalhos que permitiram estabelecer dois Memorandos de Entendimento, que se constituem como base para o desenvolvimento da parceria e para a construção do Sistema do Metro de Superfície, abrangendo não só a componente tecnológica, como também a de formação, com um parceiro de experiência comprovada e de renome internacional, que é a Siemens.

Segundo Ricardo de Abreu, com a publicação do Despacho Presidencial nº 42/21, de 15 de Abril, criaram-se os mecanismos jurídicos legais necessários que permitiram o lançamento do projecto, ainda durante este ano, como forma de ter um sistema em operação, no menor espaço de tempo possível.

"Tal como a construção do sistema, que será executado de forma faseada, deverá o modelo de Parceria Público Privada ser feito de acordo com as quatro fases de implementação da rede básica do Metro de Superfície", sublinhou.

Ricardo de Abreu garantiu que o Projecto Metro de Superfície de Luanda vai revolucionar e solucionar parcialmente todas as grandes dificuldades de mobilidade urbana em Luanda.

Confrontado se estão já acauteladas questões de expropriações nas zonas em que vão passar as linhas, Ricardo de Abreu esclareceu que esta questão está relacionada com a requalificação urbana e melhoria das condições de vida das populações ali onde o traçado vai passar.

"Não há esse risco excessivo de pensarmos que as pessoas vão ser afastadas das suas zonas de residência, mas podem sim melhorar a sua qualidade de vida", sublinhou.

O ministro sublinhou que caberá aos privados, em parceria com o Estado, assegurar os melhores mecanismos legais ou regulamentares para que o processo seja feito em segurança e beneficiar quem for deslocado do sítio onde actualmente reside.

A conferência contou, ainda, com a presença do ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, da governadora de Luanda, Ana Paula de Carvalho, de quadros seniores de diversos departamentos

ministeriais e outros especialistas nacionais e internacionais.

Estado vai definir linhas mestras e orientadoras do projecto

Ricardo de Abreu esclareceu que a definição das linhas mestras e orientadoras do Projecto do Metro de Superfície de Luanda vai permanecer com o Estado angolano, a quem caberá, ainda, determinar o corredor para o traçado da via, o plano de expropriações, os requisitos técnicos e operacionais do sistema (exigência do material circulante, bilhética, tipo de estações, cruzamentos com a rodovia, entre outros). Cabe, ainda, ao Estado, definir os detalhes dos projectos de engenharia, os tarifários e a matriz de risco entre a concessionária SPV e as autoridades, bem como o estudo de impacto ambiental.

O Estado vai ter, também, a responsabilidade de estabelecer um regime de benefícios aos entes privados por via da isenção de impostos, benefícios fiscais, expropriações em articulação com as várias entidades e instituições públicas.

O ministro recordou que o investimento foi concebido para responder às dimensões sociais, económicas e ambientais de Luanda, revestindo-se a sua implementação de carácter urgente face à situação que se vive actualmente, bem como as estimativas de crescimento demográfico.

Com o projecto, disse, o Executivo pretende servir os habitantes de Luanda com um transporte de elevada capacidade, qualidade e agilidade, permitindo ganhos de tempo e aumento de conforto nas deslocações, quebrando assim algumas das actuais barreiras à deslocação das populações e aproximando as zonas mais distantes.

Ao intervir na abertura da conferência, Ricardo de Abreu disse que as projecções demográficas apontam para um crescimento populacional em Luanda dos actuais 8 milhões para 12 milhões de habitantes em 2030.

Ricardo de Abreu realçou que a ineficiência de mobilidade na cidade de Luanda e no país pode ter um impacto negativo de aproximadamente 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma boa rede de transportes públicos, salientou, permite mover um número considerável de pessoas e diminuir o número de viaturas em circulação, com uma considerável redução de emissão de dióxido de carbono e outros efeitos de-correntes do excesso de circulação de viaturas.

## 6.11 3ª Fase Com uma extensão de 58 quilómetros, percurso Cacucaco-Benfica será o mais longo da rota

*Novo Jornal*

*9 De Julho de 2021*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

O troço mais longo da rede por onde vai passar o Metro de Superfície de Luanda será construído na terceira fase, contará com uma extensão de 58 quilómetros, entre o município de Cacucaco e o Benfica, atesta o documento consultado pelo Novo Jornal.

Contas feitas apontam que só 58 quilómetros do perímetro em causa irão consumir 39% dos 149 quilómetros de toda a extensão da linha por onde vai passar o Metro de Superfície de Luanda.

Do lado inverso consta que o "eixo" mais curto, que sairá de Cacucaco ao Porto de Luanda, não vai ultrapassar 26 quilómetros, representando 17% dos 149 Km (ver as tabelas ao lado).

Parceiro alemão

Desde então, a companhia alemã Siemens Mobility foi a escolhida para construir o Metro de Superfície de Luanda, no âmbito de uma Parceria Público-Privada (PPP), com o início previsto para 2019. Volvidos dois anos, a 7 de Fevereiro de 2021, em Luanda, o director-executivo da Siemens Mobility, Michael Peter, e o ministro dos Transportes de Angola, Ricardo De Abreu, assinaram um memorando de entendimento que certifica a parceria.

Angola terá uma participação minoritária no projecto, que ronda os 30%, sendo que a outra parte, os alemães, poderão ficar com 70%. A linha do Metro de Superfície, que consta das prioridades do Executivo angolano, vai ter uma extensão de 149 quilómetros.

Para além do Metro de Superfície, o Plano Director de Luanda, já aprovado pelo Executivo, prevê dois sistemas de Metro de Superfície, designadamente o Bus Rapid Transit (BRT) e o Veículo Rápido sobre Trilhos (carris), abreviadamente VLT.

O primeiro é utilizado para sistemas de transporte urbano com autocarros, que são alvo de consideráveis melhorias na infra-estrutura, nos veículos e nas medidas operacionais que resultam em qualidade de serviço mais atractiva.

Ao discursar, segunda-feira, 05, na abertura do Workshop sobre os "Desafios e as Soluções para o

MSL", Ricardo D'Abreu referiu que o projecto será desenvolvido num regime de Parceria Público-Privada, envolvendo agentes que garantam a execução rigorosa das várias componentes, associadas ao investimento.

"Fica sobre o cunho do Governo angolano a exigência do material circulante, bilhética, tipo de estações, cruzamentos com a rodoviária, entre outros aspectos", disse, adiantando que a primeira fase do projecto está orçada em três mil milhões de dólares.

O metro consta das prioridades do Governo, no sentido de conseguir maior mobilidade e reduzir o congestionamento de Luanda, e prevê-se que a infraestrutura cubra os principais eixos da cidade, isto é, do Porto de Luanda a Cacucaco, Avenida Fidel Castro-Benfica, Porto de Luanda-Largo da Independência e Centralidade do Kilamba-Largo da Independência.

## 6.12 Bilheteira do Metro de Superfície prevê facturar mais de mil milhões USD

*Novo Jornal*

*9 De Julho de 2021*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

A bilheteira do Metro de Superfície de Luanda prevê facturar anualmente mais de mil milhões de dólares, transportando mais de 398 milhões de passageiros durante os 365 dias de cada ano, uma vez que o custo total de cada bilhete ficará na ordem dos 2,7 dólares, correspondentes a 1.738 kwanzas à taxa média de câmbio actual, indicam cálculos do Novo Jornal baseados em dados do estudo da demanda económica do projecto.

O documento, de 32 páginas, a que o NJ teve acesso, detalha que, efectivamente, a venda de bilhetes será subsidiada até 1,20 dólares, sendo que cada passageiro terá de pagar os outros 1,50 dólares que totalizam, deste modo, os 2,7 USD do tarifário real.

No conjunto dos seis preços de bilheteira de referência para o Metro de superfície de Luanda, o do nosso País só será inferior ao da capital sul-africana, Joanesburgo, que está avaliado em 3,10 dólares, contra os nossos 2,7 USD (ver gráfico abaixo), enquanto o tarifário inferior é o do Porto, em Portugal, estimado em 1.33 dólares, assinala o estudo com referência ao mês de Janeiro do presente ano.

O projecto será edificado em quatro fases, terá um investimento global de mais de três mil milhões de

dólares, dos quais 900 milhões USD, correspondentes a 30% do valor total, serão cedidos pelo Estado, enquanto os restantes mais de dois mil milhões de serão garantidos pela empresa alemã Siemens Mobility.

Segundo o ministro dos Transportes, Ricardo D'Abreu, a primeira fase do mega projecto estará concluída em 2025 e ligará o Porto de Luanda à Centralidade do Kilamba, num troço de 37 quilómetros, prevendo-se que irá beneficiar pelo menos três milhões de habitantes. O projecto terá uma extensão total de 149 quilómetros. O início da primeira fase tem data prevista para o primeiro semestre do próximo ano.

Ricardo D'Abreu, que falava na abertura da conferência internacional sobre o projecto, disse que, até final do presente ano, o propósito é criar todas as condições, incluindo a constituição da Sociedade de propósitos Específicos (SPE) e os seus investidores, para o início do projecto em 2022 e assegurar que até 2025 a primeira fase seja concluída.

Serão gastos 850 milhões de euros até 2025

O enquadramento financeiro do documento em nossa posse aponta que, na primeira fase, que vai até 2025, serão gastos 850 milhões de euros, sendo que, em Dezembro do presente ano, serão disponibilizados os primeiros 100 milhões, como a parte inicial.

A segunda tranche, avaliada em 200 milhões de euros, vai ser cedida até Setembro do próximo ano, seguindo-se mais 200 milhões até Setembro do ano posterior, restando 350 milhões de euros que devem ser aplicados em dois períodos diferentes até Setembro de 2025.

Contas feitas, na ocasião, pelo director para Economia das Concessões do Ministério dos Transportes, Eugénio de Lima, mostram que o projecto está orçado entre 24 e 28 milhões de dólares por quilómetros.

O projecto Metro de Superfície de Luanda foi anunciado há mais de 10 anos. O ministro dos Transportes diz que, com a publicação do Despacho Presidencial n.º 42/21, de 15 de Abril, se criaram os mecanismos jurídicos legais necessários que permitiram o lançamento do projecto, ainda durante este ano, como forma de ter um sistema em operação, no menor espaço de tempo possível.

O plano Metro de Superfície de Luanda tem como coordenador o ministro dos Transportes, coadjuvado pelo homólogo da Construção e Obras Públicas. A ministra das Finanças atende pelos recursos

financeiros, enquanto o da Economia e Planeamento responde pela parte relacionada com o Gabinete para as Parcerias Público-Privadas (GPPp). Já o ministro da Energia e Águas cuida das infra-estruturas integradas do perímetro por onde vai passar o Metro.

jose.mauricioenovejornal.co.ao

### 6.13 Metro de superfície de Luanda tem agora a Siemens como parceira

*Jornal Expansão*  
9 De Julho de 2021

Parece que será desta. A construção do metro de superfície de Luanda pode arrancar ainda este ano, depois dos estudos desenvolvidos entre o Ministério dos Transportes e a Siemens Mobility, tendo como base dois memorandos assinados entre as duas entidades onde se define as responsabilidades e a contribuição de cada um. Ao Estado angolano caberá definir o corredor para o traçado da via, o plano de expropriações, os requisitos técnicos e operacionais, a bilhética, o tipo de estações, entre outros aspectos. Para a multinacional alemã ficarão as questões ligadas às soluções tecnológicas, equipamentos e formação de pessoal.

Este é um projecto novo, diferente dos apresentados anteriormente e prevê dois sistemas de Metro de Superfície, designadamente o Bus Rapid Transit (BRT) e o Veículo Rápido sobre Trilhos (carris), abreviadamente VLT.

No lançamento do projecto sobre o Metro de Luanda e os Desafios da Mobilidade, o ministro dos Transportes explicou que este novo projecto em nada tem a ver com anteriormente programado tendo em conta que será executado no modelo de Parceria Público- Privado (PPP).

De acordo com o projecto, o metro vai ter uma extensão de 149 quilómetros (km) e, vai cobrir os principais eixos da cidade. A primeira fase que é a linha amarela, vai ligar a centralidade do Kilamba ao Porto de Luanda, numa extensão de 37 km, e deverá estar concluída até 2023.

As fases seguintes vão ligar as zonas do Porto de Luanda/Cacuaco (linha verde), Benfica Av. Fidel Castro/Cacuaco (linha vermelha) e Benfica/Nzamba 2 (linha azul). o titular dos Transportes garantiu que estão a preparar as condições para o lançamento do concurso público para a realização das diversas obras que são necessárias para concretizar deste projecto

Segundo o governante há um conjunto de empresas que farão parte do projecto e a Siemens é o parceiro tecnológico.

"As projecções feitas pela equipa multisectorial, indicam que a obra está avaliada em três mil milhões USD e o investimento para a execução da empreitada será garantido maioritariamente pelas instituições do sector privado", confirmou.

Víctor Panzo

### 6.14 Bitá-Cacati um bairro vizinho da centralidade do Kilamba onde falta quase tudo

*Novo Jornal*  
30 De Julho de 2021  
Texto: Dulcineia Lufua

Localizado por detrás das centralidades do KK 5000 e Kilamba, no município de Belas, o bairro Cacati, no distrito do Quenguela, não está à vista de todos. Longe do asfalto e do movimento de vai-vém de viaturas, existe um bairro cuja realidade contrasta com o luxo dos prédios, escolas, hospitais, água e energia eléctrica dessas urbanizações.

À entrada do bairro, apenas se observam centenas de árvores, quintalões não habitados e uma longa via sem asfalto, com grandes quantidades de areia que, no tempo chuvoso, deixam intransitável a via que dista a mais de cinco quilómetros das centralidades da estrada que dá acesso à via expressa.

Quanto aos serviços sociais, os moradores do Cacati contaram ao Novo Jornal que vivem diversas dificuldades, tais como falta de água potável, luz, mercados, segurança pública, assistência médica e medicamentosa. As estruturas colectivas que existem são um estabelecimento escolar do ensino primário, com sete salas de aula, um posto policial e um centro de saúde, esse último inaugurado pela antiga governadora de Luanda, Joana Lina, em Junho de 2020, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), mas que funciona das 8h às 16h, por falta de energia eléctrica.

Moradores revelaram que, por falta de emprego, a maior parte da população sobrevive de serviço de moto-táxi e outros biscates temporários, sobretudo na desmatção de terrenos recém-adquiridos.

"Só consegue sobreviver aqui quem é visionário", desabafa José Machado, morador da zona há mais de sete anos.



De corpo franzino e descalço, José estava à porta da casa de chapa, preparando folhas de kizaca, que serviriam para o jantar. O jovem afirma que a água para o consumo é acarretada em tanques enchidos por cisternas, em que um "bidon" de 25 litros é comercializado por 100 kwanzas.

"Com a falta de emprego, nem sempre conseguimos este tal 100 Kz para comprar água. Como podem ver, a ENDE também nos esqueceu. Não temos energia da rede eléctrica, usamos velas ou candeeiros a petróleo para a iluminação no período nocturno", lamenta.

Para carregar os telemóveis, explica, é um 'Deus nos acuda', pois os moradores têm de se deslocar a outros bairros Ou esperar que os vizinhos liguem os geradores.

Rosa Nhama, que também vive na zona há mais de quatro anos, sentada sobre um remendo de pano por baixo de uma árvore, junta-se à conversa, acrescentando na lista de preocupações com que se debatem os moradores.

"Tudo aqui é difícil e distante. Para comprarmos um tomate, temos de chegar até ao mercado do Bita Progresso e é distante, e, para isso, os motoqueiros cobram até 200 Kz", desabafou a mulher, acrescentando que muitas crianças estão fora do sistema de ensino porque o bairro só possui uma escola.

Os pequenos, explicou Rosa Nhama, caminham mais de cinco quilómetros para o alcance das zonas de lazer e para pedir comida nas centralidades, visto que em casa não têm o que comer.

Ajovem mãe, de 26 anos, à espera do seu terceiro filho, esclareceu ainda que, face à situação, alguns moradores optaram por enviar os filhos à casa de familiares, noutras zonas de Luanda.

Centro de mais de 90 milhões Kz com partos à luz de vela

O único centro de saúde está avaliado em mais de 90 milhões Kz e, segundo o seu responsável, Joaquim Rodrigues, não tem água potável ligada à rede pública nem energia eléctrica. Os partos e as suturas são realizados, muitas vezes, à luz de vela ou de lanternas.

O centro foi feito para atender 24/24, mas a falta de luz faz que entremos às 5 e encerremos às 16 horas, deixando muitos pacientes por atender", explicou. O responsável contou que, no mesmo dia em que a nossa equipa de reportagem esteve no local (terça-feira, 27), uma mulher deu à luz no portão do centro,

pois ainda estava encerrado. Até à nossa saída do local, a mulher e o filho passavam bem.

Joaquim Rodrigues disse, igualmente, que a unidade possui um grupo gerador, mas dificilmente é ligado por falta de verbas para a aquisição de combustível.

"A esquadra da Polícia ao lado também depende do nosso gerador. Quando conseguimos combustível, os oficiais aproveitam para imprimir os processos. A população do Cacati passa mal. Há necessidade de se fazer algo com urgência", reitera.

A unidade de saúde atende diariamente a 120 pacientes com casos de diarreias agudas, malária, doenças respiratórias, doenças de pele e desnutrição, essa última, conforme Joaquim Rodrigues, assola a localidade. Três a quatro casos são atendidos por dia no centro.

"Estas crianças são provenientes do interior do bairro e apresentam quadro grave de desnutrição. Muitas vezes, os pais trazem as crianças com fome e alegam que estão doentes, mas, após tomarem sopa, distribuída diariamente, a doença passa. Há muita fome no bairro Cacati, e isso é preocupante", afirma.

Do leque das dificuldades do centro, com 27 profissionais, descreve o responsável, consta também a falta de reagentes para o laboratório, bem como um alpendre para acomodar os utentes que vêm de vários pontos do distrito do Quenguela.

## 7. TERRA

### 7.1 O doloroso Drama de 450 Famílias «atiradas» em casebres de chapa

*Novo Jornal*

*09 de Julho de 2021*

*Texto: Tereza Fukiady e Tiago Maria*

Lixo e abundante cheiro nauseabundo dão as boas-vindas a quem visita o bairro Cassaca 2. Os casebres com chapas (maioritariamente de cor vermelha) já corroídas pelo tempo e as escassas tampas de antenas parabólicas brancas chamam a atenção aos mais atentos que circulam pela estrada que liga o Zango ao Calumbo.

O bairro está localizado entre capins e embondeiros, junto ao Centro de Quarentena. O grande amontoado de lixo e a falta de condições sanitárias transformaram a zona em quase uma lixeira a céu aberto, onde os moradores usam o local para se livrar de quase tudo: latas, restos de comida e até fezes de pessoas (por falta de latrinas) e de animais. Aqui, convivem em condições precárias mais de 450 famílias - provenientes do Zango 3 - que aguardam para a Administração Municipal de Viana cumprir com a promessa de realojamento em casas com melhores condições. Os casebres e as tendas foram erguidos pelos próprios moradores após serem "abandonados" no meio do mato.

O drama destas famílias começou em 2016, quando foram surpreendidas por máquinas e um grande aparato militar que 'atropelou' e destruiu tudo quanto havia pela frente: casas, cabanas e plantações. Madalena da Silva é uma das lesadas que há cerca de seis anos viram tudo quanto tinham ser esmagado pelo tractor e hoje clama por 'socorro'. A viúva, de 47 anos, é mãe de sete filhos, dois deles falecidos no bairro, devido às condições precárias em que viviam.

Com doenças e prostituição Paulo Daniel é um dos primeiros moradores do bairro, tendo-se aqui mudado antes mesmo da chegada dos desalojados do Zango 3. O também coordenador adjunto faz um retrato doloroso da vida das famílias "abandonadas" pelo Estado a mais de 30 quilómetros do centro de Luanda. "As condições alocadas são péssimas e dolorosas. Aqui há de tudo: doença, fome e prostituição. É doloroso". O coordenador-adjunto explica que, por diversas vezes, a comissão até tentou ajudar, mas sem sucesso. Já recorreram não só à Administração Comunal do Calumbo como à de

Viana e ao Governo da província de Luanda (GPL), mas as promessas não passaram de 'falácias'.

O bairro dispõe de uma única escola do primário ao secundário, sendo essa estrutura insuficiente para todas as crianças do bairro, cujos pais, maioritariamente, não dispõem de condições financeiras. O único hospital fica a vários quilómetros da zona. O bairro até dispõe de um chafariz que, no entanto, passa vários dias sem jorrar água pelas torneiras.

Conforme Paulo Daniel, a fome assola muitas famílias, havendo mesmo registos de mortes. O bairro regista, igualmente, altos números de delinquência e prostituição por parte de jovens e até menores de idade. A zona vive também uma grande onda de gravidez precoce em raparigas de 12 ou 13 anos. Autoridades renovam promessa

Em declarações ao Novo Jornal, uma fonte da Administração Municipal de Viana confidenciou que já foram identificadas perto de quatro mil casas para acolher não só os moradores do bairro Cassaca 2, mas também os outros desalojados que se encontram a viver em condições deploráveis naquele município, como é o caso, por exemplo, dos desabrigados da Ilha de Luanda, que vivem em tendas e casebres no Zango 3 há mais de 10 anos.

Ament Segundo a fonte, o cadastramento das famílias começou em Janeiro deste ano, pelo que, por enquanto, não é possível avançar datas para a finalização do processo que vai culminar com a alegada entrega definitiva das casas. Embora o processo esteja supostamente avançado, a fonte explica que a resolução deste problema depende também de uma resposta positiva por parte do GPL.

Em Janeiro, o administrador municipal de Viana colocou, entre as prioridades, a resolução dos problemas das populações que se encontram a viver em casebres. Fernando Eduardo Manuel, que chegou mesmo a visitar o bairro da Cassaca 2, ouviu as preocupações dos moradores e prometeu resolver o "mais rápido possível o problema.

### 7.2 Realojadas centenas famílias no Mayé Mayé

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2021*

*Texto: Kílssia Ferreira*

Quinhentas e três famílias, que viviam em situação de vulnerabilidade nas proximidades do antigo Mercado Roque Santeiro, começaram a ser realojadas, ontem,

no projecto habitacional Mayé Mayé, localizado nos arredores da Centralidade do Sequele, Distrito Urbano de Cacuaco, em Luanda.

O director nacional de Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Adérito Carlos Mohamed, disse ao Jornal de Angola que o processo de entrega das casas, de tipologia T2 e T3, vai terminar amanhã.

O responsável assegurou que, os novos inquilinos da Centralidade Mayé Mayé terão parte das despesas de água e energia eléctrica subvencionadas, pois os contratos com as entidades fornecedoras não vão ultrapassar aos 17 mil kwanzas, por serem desfavorecidos.

António Vindel, 63 anos, pai de oito filhos, recebeu quatro casas de tipologia T2. "Esperei por este momento mais de seis anos", disse à nossa reportagem, visivelmente satisfeito.

Isabel Filipe, antiga peixeira do Mercado do Roque Santeiro, mãe de seis filhos, disse que esperou oito anos pela nova casa. "Finalmente, com o apoio do Executivo, deixei de viver numa zona de risco", frisou.

### 7.3 EGTI garante financiar obras com 80 milhões

*Jornal de Angola*

*15 De Julho de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) financia com 80 milhões de kwanzas as obras de reparação do canal de águas residuais da Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, garantiu, ontem, o presidente do Conselho de Administração.

Pedro Cristóvão disse à imprensa no acto público de consignação das obras à empreiteira Minuila, que promete em dois meses, no máximo, resolver o problema.

Segundo justificou a entrada da EGTI deve-se ao facto de ser parte interessada no processo de gestão da Centralidade, porquanto o processo de infra-estruturação dos terrenos para venda aos potenciais interessados deverá também utilizar o canal de drenagem de águas. Logo, continua, faz sentido apoiarmos na ausência de orçamento na administração.

No entender da administração de Belas, que superintende a Centralidade, o mau uso por parte dos

moradores dos colectores e esgotos também estão a contribuir para a rápida degradação dos canais de evacuação das águas residuais.

O administrador Miguel de Almeida disse ser preocupação do município e da própria administração da Centralidade do Kilamba devolver a dignidade e referência que a cidade sempre ostentou, num desafio em que contam com a contínua participação dos moradores. Miguel de Almeida reconhece existir dificuldades face à escassez de verbas.

### 7.4 Gestora de terrenos apoia obras no Kilamba

*Jornal Economia & Finanças*

*16 De Julho de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) financia com 80 milhões de kwanzas as obras de reparação do canal de águas residuais da Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, garantiu, ontem, o presidente do Conselho de Administração.

Pedro Cristóvão disse à imprensa no acto público designação das obras à empreiteira Minuila, que promete em dois meses, no máximo, regularizar o actual quadro.

Segundo justificou a entrada da EGTI deve-se ao facto de ser parte interessada no processo de gestão da Centralidade, porquanto o processo de infra-estruturação dos terrenos para venda aos potenciais interessados deverá também utilizar o canal de drenagem de águas. Logo, continua, faz sentido apoiar-mos na ausência de orçamento na administração. No entender da administração de Belas, que superintende a Centralidade, o mau uso por parte dos moradores dos colectores e esgotos também estão a contribuir para a rápida degradação dos canais de evacuação das águas residuais.

O administrador Miguel de Almeida disse ser preocupação do município e da própria administração da Centralidade do Kilamba devolver a dignidade e referência que a cidade sempre ostentou, num desafio em que contam com a contínua participação dos moradores.

Miguel de Almeida reconheceu algumas dificuldades originadas pela escassez de verbas para a pronta resposta dos problemas da cidade, mas referiu, o exemplo do acordo com a EGTI, como uma mecanismo de que o Governo continuará a recorrer

para garantir a exequibilidade dos diferentes projectos.

## 7.5 Gestora de terrenos apoia obras no Kilamba

*Jornal Economia & Finanças*

*16 De Julho de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) financia com 80 milhões de kwanzas as obras de reparação do canal de águas residuais da Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, garantiu, ontem, o presidente do Conselho de Administração.

Pedro Cristóvão disse à imprensa no acto público designação das obras à empreiteira Minuila, que promete em dois meses, no máximo, regularizar o actual quadro.

Segundo justificou a entrada da EGTI deve-se ao facto de ser parte interessada no processo de gestão da Centralidade, porquanto o processo de infra-estruturação dos terrenos para venda aos potenciais interessados deverá também utilizar o canal de drenagem de águas. Logo, continua, faz sentido apoiar-mos na ausência de orçamento na administração. No entender da administração de Belas, que superintende a Centralidade, o mau uso por parte dos moradores dos colectores e esgotos também estão a contribuir para a rápida degradação dos canais de evacuação das águas residuais.

O administrador Miguel de Almeida disse ser preocupação do município e da própria administração da Centralidade do Kilamba devolver a dignidade e referência que a cidade sempre ostentou, num desafio em que contam com a contínua participação dos moradores.

Miguel de Almeida reconheceu algumas dificuldades originadas pela escassez de verbas para a pronta resposta dos problemas da cidade, mas referiu, o exemplo do acordo com a EGTI, como uma mecanismo de que o Governo continuará a recorrer para garantir a exequibilidade dos diferentes projectos.

## 7.6 Desminados em todo o país mais de um milhão de hectares

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2021*

*Texto: Carlos Paulino*

Ao todo 1.163.600 hectares de superfície foram desminados em todo o território nacional desde 2002, anunciou, sábado, no município do Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Faustina Alves.

A governante, que falava num encontro de sensibilização e educação sobre o risco de minas, explicou que foram desminados 3.218 quilómetros de linhas de caminho-de-ferro, 109.847 de estradas e 350.804 quilómetros de linhas de transmissão de energia eléctrica de alta, média e baixa tensão.

O processo de desminagem permitiu ainda limpar 1.374 quilómetros de condutas de água e canais de irrigação, 10.006 quilómetros de extensão de fibra óptica e 52.159 quilómetros de linhas sísmicas.

Faustina Alves disse que paulatinamente o país tem retomado a normalidade, salientando que mais cinco milhões de angolanos internamente deslocados foram reassentados e 600 mil refugiados regressaram ao país. A retoma paulatina à normalidade também permitiu a reunificação da família angolana, um ganho que inspira o trabalho do sector.

Acidentes com minas

Faustina Alves referiu que no primeiro semestre deste ano foram sensibilizados 25.795 populares sobre o perigo de minas, dos quais 12.656 crianças e 13.139 adultos.

"Apesar deste enorme esforço, foram registados, em sete províncias, 12 acidentes que causaram 32 vítimas, das quais 16 crianças, em que duas perderam a vida", informou a ministra, salientando que dos 12 acidentes, quatro ocorreram no Cuando Cubango, tendo sido a província com o índice mais elevado de acidentes com minas e outros engenhos explosivos.

Segundo Faustina Alves, os dados estatísticos exigem que a actividade de sensibilização seja cada vez mais dinâmica e abrangente, de forma a se alcançar o maior número possível de cidadãos. "Cada cidadão deve ser um activista na sensibilização e educação sobre o risco de minas em casa, nas escolas e nas comunidades, onde os sobas e regedores devem redobrar a atenção, para prevenirmos os acidentes que podem causar ferimentos, amputação ou mesmo mortes em consequência da detonação de minas e outros engenhos explosivos", apelou.

Faustina Alves disse que a sensibilização e educação sobre o risco de minas deve ser tarefa do Estado, parceiros sociais e comunidades. "Muitos engenhos explosivos têm formatos atraentes, sobretudo para crianças. Ao passo que os adultos recolhem com o intuito de vender o metal, outros por curiosidade tentam abrir os engenhos para retirar o mercúrio que não existe e isto também tem causado muitos acidentes que resultam na sua maioria em mortes", disse.

O Executivo, com o envolvimento da Comissão Executiva de Desminagem, continua firme no cumprimento das suas obrigações em ver o país livre de minas, atribuindo recursos financeiros e apoio técnico para o cumprimento do estabelecido no artigo 5º da Convenção de Ottawa e declarar Angola sem minas até 2025, lembrou a ministra, que encorajou os sapadores a prosseguirem com a actividade, para a salvaguarda da vida dos cidadãos e respectivos bens.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Elisal deve Kz 2,9 mil milhões à AGT e INSS

*Jornal de Angola*

*6 De Julho de 2021*

*Texto: Isaque Lourenço*

Os auditores da Crowe fixaram em 2,9 mil milhões de kwanzas os juros de mora que a gestão da Empresa de Limpeza e Saneamento (Elisal EP) deverá pagar à Administração Geral Tributária (AGT) e ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) por atraso nos prazos de liquidação dos impostos devidos, segundo parecer emitido no Relatório & Contas de 2020,

Contudo, lê-se no anexo às demonstrações financeiras, que não existem valores acautelados para fazer face a juros e multas devidos pelos atrasos no pagamento.

"Da análise ao cumprimento e reconhecimento das obrigações fiscais, relativas a contribuições para a Segurança Social e outras responsabilidades aplicadas à Empresa, constatámos que esta não tem como normal procedimento efectuar o pagamento de impostos dentro dos prazos legais. Assim, da análise aos valores em mora para com a Administração Geral Tributária e Instituto Nacional de Segurança Social, concluímos que não foram efectuados pagamentos de impostos no exercício de 2020", escrevem os auditores da Crowe.

A auditora constatou a existência de documentos de suporte das operações realizadas, que não cumprem com o Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes, pelo que a AGT poderá vir a fazer correcções à matéria colectável deste exercício e exercícios anteriores, acrescidos de situações passivas de tributação autónoma de imposto.

Ainda de acordo com o balanço, a Elisal apresenta 22.135 milhões de kwanzas em "Contas a pagar", distribuídos pelas rubricas de Fornecedores, Pessoal e Outros Credores.

Em relação à solicitação de confirmação individual, sob certa base de amostragem, foi apurado um valor de 16.479 milhões, que representa 75 por cento dos valores a pagar, exceptuando as dívidas ao Estado e outros entes públicos.

Quanto aos resultados transitados, a operadora de limpeza reconheceu em resultados transitados uma

variação patrimonial no valor de 23.308 milhões de kwanzas, justificada por regularizações em contas de balanço, para as quais não foram disponibilizados documentos de suporte que permitissem formar uma opinião sobre essas regularizações.

O balanço da Empresa de Limpeza e Saneamento compreendia, em 31 de Dezembro de 2020, um total de 71.514 milhões de kwanzas, um capital próprio de 29.592 milhões, incluindo um resultado líquido de 8.131 milhões.

### 8.2 Dívida da Elisal para com o INSS foi paga este ano de forma integral

*Jornal de Angola*

*8 De Julho de 2021*

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) declarou, em nota enviada, ontem, ao Jornal de Angola, ter pago integralmente a dívida para com a Segurança Social ao longo do ano em curso, viabilizando a entrada de trabalhadores para a reforma, ao contrário do que acontecia nos últimos três anos.

A declaração foi emitida em resposta a uma notícia deste jornal, baseada num relatório de contas da companhia pública relativo a 2020, onde o auditor externo, a Crowe, refere uma dívida ao INSS e à AGT a 31 de Dezembro de 2019 situada em 2,9 mil milhões de kwanzas.

O valor da dívida pago ao Instituto Nacional da Segurança Social (INSS), apontou a ELISAL, de 1 185 milhões de kwanzas, em operações que, tendo ocorrido este ano, não estão reflectidas no relatório e contas de 2020.

A companhia também revelou ter assinado um acordo com o Ministério das Finanças para a regularização dos atrasados para com a Administração Geral Tributária (AGT), permitindo o pagamento das dívidas tributárias e não tributárias, por compensação de créditos.

### 8.3 Macro-drenagem facilita mobilidade

*Jornal Economia & Finanças*

*9 De Julho de 2021*

*Texto: Adérito Velo.*

Os projectos ou estudos que estão a ser desenhados para melhorar a mobilidade urbana de Luanda devem

ter em conta uma solução de macro-drenagem, bem como um novo reordenamento do território..

Segundo o engenheiro. António Venâncio, contactado pela JE, a propósito da implementação da Metro de Superfície de Luanda, cujo projecto foi debatido no início da semana, na capital da país, disse que mexer na topografia de Luanda ou implantar projectos da dimensão de um Metro de Superfície implica estudos multidisciplinares apurados.

O também mentor do projecto "Ria Luanda", uma iniciativa de macro-drenagem que está a ser amplamente divulgada e apresentadas às autoridades públicas e privadas, disse que apesar de a sua equipa não ter ainda estudado o projecto do Metro de Superfície, não. é tarefa de solução fácil.

"As discussões técnicas que o projecto solicita para que antes de qualquer trabalho na superfície da cidade, sejam definidas e implantadas todas as infra-estruturas subterrâneas, com singular destaque para as infra-estruturas hidrotécnicas e sanitárias", adianta e Revela que sem estes estudos prévias, a obra e qualquer obra à superfície pode sofrer grandes constrangimentos na seu aspecto' funcional, prejudicando. a sua viabilidade técnica e económica.

"Todas as minhas dúvidas serão entretanto' sanadas, logo que tenha conhecimento mais detalhada da projecto da Metro de Superfície", aponta. Par enquanto', disse, as mentes da ideia da "Ria Luanda" continuam a trabalhar na sentida de fazer chegar ao "tapa da Direcção. da país as promenores técnicas e a ideia geral que nos anima sobre esta peça estruturante fundamental para a requalificação geral da Cidade de Luanda, incluindo. a criação de condições propícias para receber mas grandes investimentos privados ou públicos na província de Luanda".

Implementação do projecto

O ministra das Transportes, Ricardo D'Abreu, disse, na abertura da Workshop sobre os "Desafios e as soluções para o. Metro de Superfície de Luanda", que a projecto será desenvolvido num regime de Parceria Pública-Privada, envolvendo agentes que garantam a execução rigorosa das várias componentes, associados ao investimento.

O projecto terá um traçado de 149 quilómetros (km), senda que, numa primeira fase, a metro de superfície vai ligar a Centralidade da Kilamba ao Parta de Luanda, numa extensão de 37 km, cujas obras poderão inicia na próxima ano. Foram definidas linhas mestras orientadoras da projecto, cabendo ao Estado angolano, definir o corredor para o traçado

via, a plana de expropriações, os requisitos técnicos e operacionais,

O Plana Director de Luanda prevê, também, dois sistemas de Metro de Superfície, designadamente a Bus Rapid Transit (BRT) e o Veículo. Rápido sobre as Trilhas.

## 8.4 Operadores de limpeza vão apresentar relatórios semanais

*Jornal Economia & Finanças*

*23 De Julho de 2021*

*Texto: Xavier António*

A governadora da província de Luanda, Ana Paula de Carvalho, orientou as operadoras de recolha de lixo a apresentarem o ponto de situação semanal e o envio de planos de trabalho ao Governo da Província de Luanda (GPL).

Esta decisão saiu de um encontro de trabalho realizado ontem, entre o GPL e as operadoras de recolha e gestão de resíduos sólidos urbanos.

Em comunicado, o GPL esclarece que a medida visa conferir um melhor acompanhamento das operações, cujo procedimento deve ser validado pelas administrações municipais.

O documento a que o Jornal de Economia e Finanças teve acesso, assegura, igualmente, que as operadoras devem ter atenção, no dia-a-dia, o horário de deposição do lixo, bem como a sensibilização dos municípios

"A recolha selectiva é outro dos aspectos apontados pela governadora de Luanda que, em seu entende permite que uma quantidade reduzida de resíduos sólidos sejam levados aos pontos de transferência", lê-se no comunicado.

Em relação à contentorização em Luanda, avança o comunicado existe um plano de distribuição contentores nos municípios.

## 8.5 SIC responsabiliza administrações e cidadãos no vandalismo a sarjetas

*Novo Jornal*

*23 De Julho de 2021*

*Texto: Sebastião António*

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Serviço de Investigação Criminal (SIC) responsabiliza os cidadãos e as administrações municipais pela crescente onda de vandalização das tampas de sarjetas das estradas de Luanda, argumentando que as duas franjas têm, respectivamente, os papéis de "principal observador" e o dever de "verificar antecipadamente" as zonas onde são subtraídos aqueles importantes meios no escoamento de águas.

Em declarações ao Novo Jornal, Manuel Halaiwa considera que o fraco registo de denúncia destes actos de vandalismo fez que "o número fosse aumentando". O responsável entende, por isso, a necessidade de haver denúncia por parte de "quem vela pela cidade", reforçando que "a administração local deve verificar e comunicar", embora não retire a responsabilidade ao cidadão, pois, sublinha, esse último "é o principal observador, de forma comum".

"Do ponto de vista administrativo, é a administração que vai olhando para estas coisas de forma pontual e, havendo alguma dificuldade, entramos em cena para identificar horários em que essas pessoas subtraem esses materiais", concluiu Manuel Halaiwa, cujas ideias são 'escrutinadas' por alguns dos cidadãos ouvidos pelo NJ, que até concordam com as críticas às administrações, mas recusam a partilha da responsabilidade.

Por exemplo, Jorge Gaspar, morador do distrito urbano da Samba, considera haver "pouca probabilidade de se encontrar alguém a retirar tampas nas sarjetas", por estas práticas terem, normalmente, lugar na calada da noite. Esse estudante mostra-se, por isso, indignado com a administração, acusando-a de "nada fazer", apesar da problemática de sarjetas desta- padas do domínio público.

As queixas do estudante Jorge Gaspar são reforçadas pelo automobilista Paulo Santos, que revela que as sarjetas destapadas já abriram espaço para o luto de famílias, visto que ele mesmo presenciou, há quatro anos, a morte de um rapaz que brincava de patins numa estrada da zona do São Paulo, em Luanda.

"Ele [o referido o rapaz] vinha com patins e pendurou-se num carro. Isso [o acidente] aconteceu

em 2017, mas, até agora, a sarjeta continua aberta. Isso é muito complicado", lamenta o automobilista, adiantando que as "administrações têm parte da responsabilidade disso". De acordo com Paulo Santos, "os polícias de trânsito também não deveriam ficar apenas na cobrança de taxas, pois passam pelas mesmas estradas".

«É um risco para todos nós», diz a CACL

Confrontado pelo NJ sobre as queixas e acusações dos cidadãos da capital ouvidos por este semanário, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Comissão Administrativa Cidade Luanda esquivou-se ao assunto. Franciso Alexandre nada mais adiantou para além de reconhecer o perigo que essas sarjetas destapadas representam para a sociedade em geral. O responsável lamentou, igualmente, que o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) não esteja ainda operacional em todas as zonas da cidade de Luanda.

"Isso representa um risco para todos nós, até porque pode provocar capotamento de viaturas", recordou, no entanto, Franciso Alexandre, antes de sublinhar que o extraviado de tampas das sarjetas "é um acto de vandalização aos bens públicos".

"Governo coloca as tampas hoje, e amanhã são roubadas. Não há dinheiro que suporte. Aliás, as tampas são caras", lamentou o responsável, reforçando tratar-se de "casos de Polícia".

sebastiao.antonio novojornal.co.ao

## 8.6 Empresa de Águas vai perdoar dívidas aos consumidores sem fontes de receita

*Jornal de Angola*

*1 De Julho de 2021*

O Conselho municipal, para emitirem atestados de pobreza aos clientes que estão sem condições para pagar o consumo de água, por falta de recursos financeiros.

O órgão colegial tomou esta medida devido a dívida elevada, calculada em mais de 60 por cento da facturação, contraída por habitantes nas comunidades.

O presidente do Conselho de Administração da EASB, Menezes Chamãle, disse que o certificado de vulnerabilidade visa regularizar a dívida das famílias desfavorecidas que não têm fontes de rendimento para pagarem o consumo de água.



"Com este sistema vamos conseguir obter receitas que garantam saúde financeira à empresa", admitiu.

Segundo Menezes Chamãle, o sistema de abastecimento de água na província do Bié, com uma capacidade para bombear dois mil e 160 metros cúbicos por hora, beneficia 27 mil famílias, mas apenas 40 por cento destas pagam o consumo.

## 8.7 Consumo de água imprópria preocupa PRS

*Jornal de Angola*  
5 De Julho de 2021

O secretário provincial do Partido de Renovação Social (PRS) no Huambo, Soliya Selende, afirmou que a falta de água potável na comuna da Calenga, município da Caála, "é uma situação preocupante que afecta a vida das populações", apelando a intervenção das autoridades.

Soliya Selende, que falava à imprensa, no final de uma visita para auscultar e inteirar-se das principais dificuldades que a população enfrenta, disse haver um aumento de casos de doenças contagiosas devido ao consumo de água imprópria.

"Não é a primeira vez que cidadãos reclamam da falta de água potável. Continuam a consumir água imprópria tirada numa elevação, correndo o risco de perderem a vida, ao escalar o local", lamentou o político, acrescentando que a população apontou, ainda, outras dificuldades, como a falta de medicamentos e o fornecimento regular de energia eléctrica.

O político considerou que os programas do partido governante, o MPLA, não "devem ser somente ditos em discursos", mas, sim, "aplicados na prática" visando beneficiar e atender os anseios da população.

O PRS no Huambo, sublinhou, "não vai parar de falar das acções que retardam o progresso do país".

## 8.8 Projecto visa reduzir impacto da seca na província do Cunene

*Jornal de Angola*  
9 De Julho de 2021  
Texto: César Esteves

O impacto da seca na província do Cunene pode reduzir, consideravelmente, a partir de Dezembro deste ano ou Fevereiro do próximo ano, revelou, ontem, ao Jornal de Angola, em Ondjiva, o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

O impacto da seca na província do Cunene pode reduzir, consideravelmente, a partir de Dezembro deste ano ou Fevereiro do próximo ano, revelou, ontem, ao Jornal de Angola, em Ondjiva, o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

Manuel Quintino, que falava na véspera da chegada do Chefe de Estado àquela parcela do território nacional, referiu-se ao programa do Executivo que visa a construção de um vasto sistema de transferência de água, a partir do rio Cunene, na zona de Cafu, para abastecer as localidades de Cuamato, Namacunde e Ndombondola.

Esta empreitada, enquadrada nas obras estruturantes de combate à seca no Sul do país, faz parte de um leque de três projectos de combate aos efeitos da estiagem, aprovados para a província do Cunene.

De acordo com dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, a província tem 102.970 famílias afectadas pela seca e fome, o que perfaz 514.800 pessoas. Curoca, Cahama e Ombadja são os municípios da província mais afectados.

As obras para a transferência de água, a partir do rio Cunene, estão numa execução física de 38 por cento. O Presidente João Lourenço vai constatar, amanhã, o andamento da empreitada, durante a visita de dois dias à província.

O primeiro lote do projecto compreende a construção de um sistema de captação de água, a partir do rio Cunene, sistema de bombagem, conduta pressurizada e do canal, a céu aberto, a partir da localidade de Cafu, até à zona de Cuamato. Consta desta operação a construção de dez chimpacas.

O lote dois compreende a construção do canal adutor, a partir de Cuamato até Ndombondola, bem como de outro, adutor, que vai sair de Cuamato até Namacunde. Aqui está prevista a construção de 20 chimpacas, mas no total devem ser preparadas mais 30, para o abeberamento do gado. Chimpaca é o termo usado, na zona Sul do país, para referir um reservatório de água.

Numa primeira fase, vai abrir-se, do rio Cunene, um caudal de dois metros cúbicos (dois mil litros) por segundo, mas a ideia é que, mais lá para frente, tão logo as condições hidrológicas do rio Cunene permitam, se retirem seis metros cúbicos (seis mil litros) por segundo.

A rede de canais adutores vai dispor de uma extensão, aproximada, de 160 quilómetros. Instalado numa área de cinco mil hectares, este primeiro projecto, o único em execução neste momento, vai abarcar os municípios de Cuanhama, Ombadja e

Namacunde. Quando concluído, vai beneficiar 235 mil habitantes e 250 mil bovinos.

O projecto número 1, incluindo o lote 1 e 2, está orçado em 135.748.374,7 dólares, estando o lote 1 avaliado em USD 165.701.274,85 e o 2 em 70.047.009,85. Até Abril deste ano, as obras do lote 1 registaram uma execução financeira de 29 por cento e o 2 de 28 por cento. A empreitada, iniciada em 2019, está a cargo da construtora Sinohydro Corporation Limitada, Sucursal em Angola.

O director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos esclareceu que este projecto não surge para acabar com a seca nas zonas afectadas, mas para mitigar os seus efeitos na vida das populações.

"A seca é uma calamidade natural que pode surgir em cada dois ou quatro anos", realçou Manuel Quintino, para quem os projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca, aprovados para a província do Cunene, não podem ser vistos como panaceia.

O responsável disse que o primeiro projecto deve estar concluído em Dezembro deste ano ou, na pior das hipóteses, em Fevereiro do próximo. Manuel Quintino sublinhou que esta empreitada conta com o financiamento único do Governo de Angola.

#### Reserva hídrica

O director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos disse haver um conjunto de soluções que vão concorrer para a criação de uma reserva hídrica.

Tendo em conta que só se está, por enquanto, a aproveitar a água do rio, o engenheiro defendeu o uso da água subterrânea. Disse haver, "no Cunene e não só, um aquífero com forte potencial de água, partilhado com a Namíbia". Referiu que o país vizinho, por razões históricas e ter sido protectorado da Alemanha, já começou a utilizar esta água na rede pública, no norte do país. O processo teve o apoio técnico e financeiro do Instituto Federal da Alemanha, que trata das pesquisas das águas subterrâneas.

Manuel Quintino revelou que o país também poderá usar esta água, "mais lá para frente". Através do Instituto Geológico de Angola, disse, foi assinado um protocolo de cooperação com a instituição alemã, para a realização do mesmo estudo feito na Namíbia.

Um dos fins deste estudo, referiu, passa por aferir a qualidade da água para o consumo. "Acredito que será, também, injectada na nossa rede pública, concretamente na bacia do Cunene e Cuvelai", disse Manuel Quintino, prevendo que, "com aquele estudo,

haverá mais água disponível para as populações, gado e agricultura".

O projecto número dois de combate aos efeitos da seca na província do Cunene, ainda sem execução, consiste na construção da barragem de Calucuve, também conhecida pela 128, e o canal adutor associado, que parte da Mupa até Ondjiva. Chefe de Estado reúne com governadores

Uma nota da Casa Civil do Presidente da República refere que, na linha da resposta do Executivo aos desafios colocados pela seca, o Chefe de Estado preside, em Ondjiva, a uma reunião com os governadores das quatro províncias fortemente afectadas por aquele fenómeno natural: Cunene, Cuando Cubango, Huíla e Namibe.

Outras acções a desenvolver pelo Presidente João Lourenço na deslocação ao Cunene são audiências a figuras representativas da sociedade civil, nomeadamente autoridades tradicionais, religiosas, empresários e jovens.

#### Previsão de construção de três barragens no Namibe

A província do Namibe também foi contemplada nas obras estruturantes de combate aos efeitos da seca. Estão em curso, naquela circunscrição, a elaboração do estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental, para a construção de seis barragens de retenção de água e o lançamento do concurso público para a recuperação e desassoreamento de 43 barragens de alvenaria e represas de retenção de água, nos municípios da Bibala, Camucuiu, Moçâmedes e Virei. O concurso está em fase de conclusão.

O director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos esclareceu que, na mesma altura em que se prepararam os termos de referência para a província do Cunene, foram preparados os do Namibe.

Manuel Quintino disse terem sido apurados seis estudos de base, que poderão evoluir para a construção de igual número de barragens. "São barragens associadas a canais que vão fornecer água para agricultura, gado e a população", destacou. Trata-se da barragem do Bero 1, Curoca 2, Bentiaba, Inamangando, Giraul e o Carujamba.

Os concursos destas empreitadas ainda não foram lançados, mas Manuel Quintino referiu que podem acontecer a qualquer momento, dependendo das condições financeiras.

## 8.9 Seis em cada 10 pessoas em Angola não têm água em casa

*Novo Jornal*

*11 De Julho de 2021*

*Texto: Teresa Fukiady*

No País, em 2020, pelo menos seis em cada 10 pessoas não tinham instalações para lavar as mãos em casa devido à falta de acesso à água, conclui um relatório-conjunto da Organização Mundial da Saúde e do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

De acordo com o relatório, no ano passado, em 28 países, pelo menos um quarto da população não lavou as mãos por falta de instalação em casa. Angola aparece nesta lista como o oitavo pior, com 58% da população nessa condição, num ranking (os tais 28) em que o Rwanda aparece na 'cauda' da tabela, com 86% da população.

O documento ressalva, no entanto, que, nalguns destes países, os inquéritos não tiveram em conta os instrumentos portáteis de lavagem de mãos e podem ter subestimado, significativamente, o acesso à lavagem das mãos com recurso àqueles meios, como os eventuais casos do Rwanda e do e Swatini (este último é o 13.0 na lista dos 28).

A pesquisa analisa também o número da população com serviços básicos de higiene. Neste quesito, diz o relatório, em 2020 apenas 27% da população angolana usou serviços básicos de higiene.

No país, a problemática de acesso à água não é nova. Por exemplo, um estudo de 2019 divulgado em Junho de 2020 pela Afrobarometer (uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária que fornece dados quantitativos sobre a vivência e avaliação dos africanos da democracia, da governação e da qualidade de vida) indica que, em Angola, só três em cada 10 angolanos têm água canalizada nas suas residências ou no quintal enquanto quatro em cada 10 angolanos precisam de sair das suas casas para ter acesso a uma casa de banho ou latrina.

O estudo do Afrobarometer revela ainda que 13% dos angolanos obtém água para o consumo doméstico do chafariz ou poço com tubo ou manivela e que os moradores das zonas urbanas têm quatro vezes mais possibilidades de usufruir de água canalizada no interior das suas residências ou quintais do que os moradores das zonas rurais.

Embora se desconheçam os dados oficiais sobre o acesso à água potável no País, o Plano de Desenvolvimento Nacional (2018/2022) prevê que,

até 2022, 85% da população tenha acesso à água nas zonas urbanas e 80% nas áreas rurais.

Dois mil milhões sem água potável O relatório-conjunto da OMS e UNICEF refere que dois mil milhões de pessoas no mundo - uma em cada quatro pessoas não têm acesso à água potável, ao mesmo tempo que metade da população mundial 3,6 mil milhões de pessoas não conta com serviços de tratamento de resíduos.

Ainda de acordo com o documento, pelo menos um terço da população mundial, na ordem das 2,3 mil milhões de pessoas, não tem casas de banho com sistemas de saneamento adequados para efectuar a sua higiene básica e diária.

Por conseguinte, os dados indicam que, em 2020, três em cada 10 pessoas no mundo não tinham meios ou recursos para fazer um dos principais gestos, segundo os especialistas, que ajuda a prevenir infecções da Covid-19: lavar as mãos com água e sabão.

Denominado Progresso sobre água potável, saneamento e higiene domiciliar 2000-2020, o relatório indica, entretanto, que o acesso a estes serviços básicos está a progredir em todo o mundo, mas a um ritmo excessivamente lento, pelo que se antevê que a percentagem de pessoas com essas carências poderá diminuir apenas um ponto percentual por ano.

Por isso, a manter-se este ritmo, em 2030, ano estabelecido pela ONU para medir a concretização dos objectivos de desenvolvimento, o mundo ainda terá 1,6 mil milhões de pessoas sem água potável, 1,9 mil milhões sem instalações de higiene (uma em cada cinco pessoas no mundo) e 2,8 mil milhões (um terço da população mundial) sem serviços de saneamento básico.

A OMS e o UNICEF apelam, por isso, para a aceleração do desenvolvimento destes serviços básicos em zonas geográficas fortemente carenciadas, passo esse que deve ser feito, segundo as organizações, num ritmo quatro vezes superior ao actual.

O relatório indica que 80% das pessoas que não dispõem destes serviços básicos vivem em zonas rurais. A África Subsaariana é a região no mundo que apresenta as maiores deficiências, uma vez que apenas 54% da respectiva população tem acesso à água potável, uma percentagem que cai para 25% em áreas que a ONU denomina como "contextos frágeis", como é o caso de zonas marcadas por conflitos.

## 8.10 Sociedade civil do Cunene apresenta preocupações

*Jornal de Angola*

10 De Julho de 2021

Texto: Adelaide Mualimusi

A carência de água e de alimentos, a necessidade de abertura de vias intermunicipais e comunais, bem como de uma universidade na província do Cunene fizeram parte das inquietações que as autoridades tradicionais, religiosas e académicos apresentaram, ontem, em Ondjiva, ao Presidente da República.

Os membros da sociedade civil do Cunene foram recebidos, em audiências separadas, pelo Presidente João Lourenço, no quadro de uma visita de trabalho de dois dias a província.

O bispo da Diocese católica em Ondjiva, D. Pio Hipunhaty, disse ter abordado com o Titular do Poder Executivo os projectos estruturantes que estão em curso no Cunene que se acredita virem a acabar com o sofrimento da população, consubstanciadas nas dificuldades de água e alimentos.

"Estou feliz porque o Presidente deu uma grande notícia: a do alargamento do canal para a margem direita do rio Cunene que vai abranger os municípios do Curoca e Cahama que são os municípios mais afectados a nível da província", disse.

O pastor da igreja pentecostal "Bom Deus", Garcia Cafumana, disse ter tido a oportunidade de apresentar as dificuldades da província, como a falta de universidade, vias de comunicação e outros.

O Rei do Cuanhama, Gerónimo Haleigue, disse que a província está de parabéns por ter o privilégio de receber o Presidente da República. A mesma opinião tem o soba grande do Curoca, que espera que o projecto de construção de um canal de água seja materializado, para que não haja dependência total das chuvas.

O empresário Abílio Lubamba apresentou preocupações relativas à agricultura e espera que o Presidente João Lourenço cumpra com o que prometeu de colocar uma linha de crédito para todos os produtores do Cunene, no âmbito do combate à fome e à pobreza, bem como alargar a rede de energia eléctrica às fazendas da localidade da Canganda.

O reitor do Instituto Politécnico de Ondjiva, afecto à Universidade Mandume-ya-Ndemufao, Paulino Soma, disse ter saído do encontro animado, porque o Presidente da República comprometeu-se a

disponibilizar dois autocarros para os docentes, sobretudo os expatriados. João Lourenço também terá prometido "pensar seriamente" na possibilidade de construção de uma infra-estrutura condigna do ensino superior na província.

## 8.11 Consequências da seca no Cunene com dias contados

*Jornal de Angola*

13 De Julho de 2021

Texto: César Esteves

Os primeiros habitantes, vindos de várias partes da província do Cunene, começaram a fazer-se à povoação de Cafu, comuna de Xangongo, município de Ombandja, ainda muito cedo.

Ver pulsar de perto o coração do projecto que surge para combater, "de forma radical", os efeitos da seca na província, bem como saudar o seu mentor, o Presidente da República, João Lourenço, é o grande objectivo. O Chefe de Estado, que visitava a província pela segunda vez, em menos de dois anos, elegeu como um dos pontos da sua agenda de trabalho de dois dias ao Cunene uma visita às obras do projecto, para se inteirar do seu andamento.

O primeiro ponto da empreitada a visitar foi a central de bombagem do Sistema de Transferência de Água a partir do rio Cunene, na zona de Cafu, para abastecer as localidades de Ombandja e Namacunde, que dista 135 quilómetros da cidade de Ondjiva. Esta parte do projecto, que já está a ser preparada para receber o betão de limpeza, é praticamente o coração. É a partir daqui que se vai dar a tomada da água do rio Cunene para o sistema de distribuição.

Duas vias terraplanadas levam para lá. O primeiro é um caminho aberto apenas para a circulação dos equipamentos usados na construção do canal e das chimpacas. Este mede cerca de 30 quilómetros. O outro, de aproximadamente 35 quilómetros, é a estrada terciária que passa pela cadeia do Peu-Peu. Os dois caminhos fazem muita poeira e atravessam matas até chegar a Cafu.

Acreditava-se, por isso, que o Presidente da República fosse evitá-los, optando por se deslocar de helicóptero. Em Cafu, a população, que já se encontrava reunida no terreno, entoava canções de boas-vindas na língua local, ao mesmo tempo que mostrava a riquezas das danças tradicionais.

O casamento entre o som produzido por dois batuques tocados, de forma harmónica, por igual número de senhoras, e as canções entoadas levou as

ministras de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, das Finanças, Vera da Daves, Educação, Luísa Grilo, Juventude e Desporto, Ana Paula do Sacramento, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Inglês, a despir-se das funções para se juntarem ao grupo e exibirem alguns toques. Aqui, chamou atenção o toque das ministras Vera Daves e Ana Paula do Sacramento, pela forma como acompanhavam as canções.

Em meio a este ambiente eufórico, começa a chegar ao local uma caravana de carros empoeirados. Há dúvida em relação aos ocupantes. Não tarda, um homem dirige-se a uma das viaturas, abre a segunda porta lateral e quem desce é o Presidente da República, acompanhado da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço. Muitos não querem acreditar. O Presidente fez o troço do Peu-Peu. Desce da viatura, saúda a população, que corresponde com alegria, e dirige-se a uma tenda montada no local.

Aqui, recebe do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e do director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, Manuel Quintino, explicações pormenorizadas sobre o projecto. Terminado este momento, faz a tão aguardada visita guiada às obras da central de bombagem, com o ministro da Energia e Águas a dar algumas explicações sobre a empreitada.

No final, o Presidente da República regressou pelo caminho aberto apenas para a circulação dos equipamentos em uso na construção do canal e das chimpacas, para ver de perto as obras. Aqui, por duas vezes, desceu da viatura para se inteirar dos trabalhos. Depois deste momento, rumou para a cidade de Ondjiva, de onde, minutos depois, regressou para a capital do país.

O projecto visitado pelo Presidente da República é tecnicamente conhecido como Sistema de Transferência de Água a partir do rio Cunene, na zona de Cafu, para abastecer as localidades de Ombandja e Namacunde. Faz parte de um leque de três primeiros projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca, aprovados para a província do Cunene. É o único em execução neste momento.

Arrancou em 2019 e vai terminar, conforme prometeu o representante da construtora Sinohydro, Li Xun Feng, antes de Fevereiro do próximo ano. Está dividido em dois lotes. O primeiro consiste na construção da captação de água do rio Cunene, do sistema de bombagem, da conduta pressurizada, de um canal a céu aberto, a partir de Cafu até à

localidade de Cuamato, e a construção de dez chimpacas.

O segundo lote consiste na construção do canal adutor a partir da localidade de Cuamato, até Ndombondola, e um canal adutor que vai sair de Cuamato até Namacunde. Consta, igualmente, desta empreitada a construção de 20 chimpacas. Ao todo, vão ser construídas 30 chimpacas.

Cada uma delas vai medir 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de profundidade e a capacidade de armazenamento de água vai variar entre 25 mil metros cúbicos (25.000.000 de litros) e 30 mil metros cúbicos (30.000.000 litros). A rede de canais adutores terá uma extensão aproximada de 160 quilómetros. Está orçado em mais de 135 milhões de dólares. Numa primeira fase, vai retirar do rio Cunene, para abastecer as zonas afectadas pela seca, um caudal de dois metros cúbicos por segundo e, posteriormente, tão logo as condições hidrológicas do rio Cunene permitirem, um caudal de seis metros cúbicos por segundo. Vai beneficiar 235 mil habitantes e 250 mil cabeças de bois.

Os outros dois projectos são a construção da barragem de Calucuve e o seu canal associado, com uma extensão de 111 quilómetros, entre as localidades da Mupa e de Ondjiva, com 44 chimpacas. Outra parte desta empreitada é a construção da barragem do Ndúe e seu canal associado, numa extensão de 75 quilómetros, entre o Ndue e Embundo, e 15 chimpacas. Estes dois projectos não arrancaram na mesma altura que o primeiro, por razões de ordem financeira. Mas, na reunião com a governação local, o Presidente da República anunciou que esta situação já está ultrapassada, devendo, por isso, as obras arrancar em Outubro deste ano.

Nesta mesma ocasião, o Chefe de Estado anunciou um quarto projecto de combate aos efeitos da seca para a província do Cunene. Trata-se das obras da margem direita do Rio Cunene, a reabilitação da represa da Cova do Leão e a transferência de água do rio Caculuvale, para quatro sedes municipais, nomeadamente Cahama, Otchindjau, Oncócuca e Chitado. Estas obras vão arrancar no início do próximo ano. A par destes quatro projectos, o Presidente da República disse que vão ser recuperados, ainda este ano, os diques e açudes existentes na região do Curoca, considerado o epicentro da seca no Cunene.

Isto significa dizer que o sofrimento das populações e dos animais aqui da província do Cunene vai mudar, de forma radical, nos próximos anos. Estimamos que seja a partir de 2023 em diante, na medida em que

estes quatro projectos forem sendo concluídos”, garantiu João Lourenço.

Estas são as primeiras respostas concretas ao problema da seca na província do Cunene, desde a independência de Angola, ou seja, há 45 anos. Até antes destes projectos, o problema da seca na província do Cunene era combatido com furos de água. Foram abertos em toda a província, até aqui, mais de 700 furos, mas foram incapazes de atenuar o sofrimento da população, porque, na sua maioria, eram negativos.

"Estas perfurações têm sido feitas de forma empírica e só estão a gastar dinheiro”, desabafou a governadora, na reunião da governação local, em que participou o Presidente da República.

Em função disso, Gerdina Didalelwa defende furos, mas só depois de um estudo aturado, por empresas com capacidades técnicas e um conhecimento apurado em águas. A província está outra vez a viver uma situação de seca. Estão, neste momento, afectadas 514 mil e 855 pessoas. Nos centros de deslocados espalhados em todos os municípios da província verifica-se um fenómeno nunca antes registado: um total de 4.684 pessoas encontra-se acolhido nestes lugares.

A governadora disse que, no passado, essas pessoas eram assistidas nas próprias residências. Além deste número, há ainda 2.619 pessoas refugiadas na vizinha Namíbia. A governadora revelou que a maioria são crianças, com idades compreendidas entre os cinco e dez anos. "As crianças constituem a maioria em relação aos adultos”, lamentou.

A província conta com um sistema convencional de captação, tratamento e distribuição de água potável desde 2014, com uma extensão de 172 quilómetros e capacidade de 1024 metros cúbicos de água por hora, a partir de Ombadja, propriamente na vila de Xangongo. Conta ainda com um sistema de distribuição de água de Ombala Yo Mungo, inaugurado este ano, que beneficia 2200 pessoas.

O Cunene possui, igualmente, sete mil e 100 ligações domiciliárias, que poderão ser reforçadas com mais um projecto de ligação para as restantes localidades de Ondjiva e outras áreas da província. Apesar disso, a governadora defende a abertura de pelo menos 200 chimpacas em todos os municípios.

Administradora Cristina Namzomunu

Muitos benefícios para a comunidade

A administradora municipal de Namacunde, Cristiana Namzomunu, disse que estes projectos estruturantes

de combate aos efeitos da seca, aprovados para a província do Cunene, vão trazer muitos benefícios às comunidades, sobretudo de Namacunde, por ser uma das mais assoladas pela calamidade natural.

Contou que, neste momento, os habitantes dessa região têm de andar longas distâncias, de um lado para o outro, à procura de água para o consumo familiar. Dependendo da aldeia, povoação ou vila, prosseguiu, há quem chegue a caminhar dez quilómetros para conseguir água. Cristiana Namzomunu disse que essa caminhada é, muitas vezes, feita com o gado.

Olhando para a dimensão deste projecto e o impacto que vai gerar na vida das pessoas, só nos resta agradecer ao Executivo”, realçou.

Para o administrador municipal de Ombadja, Hilário Sikalepo, este projecto significa tudo para o povo de Cunene, de uma maneira geral, e para o da sua zona de jurisdição, de forma particular. O administrador disse não ter dúvida de que se trata de uma iniciativa que vai combater os efeitos da seca na vida das populações das zonas afectadas. Sem precisar o número de cabeças de gado que terão morrido em consequência da seca, na sua zona, sublinhou apenas que os estragos provocados pela calamidade são enormes. "Ceifou até vidas humanas”, desabafou.

Bento Hituka Vali, soba grande da comuna de Xangongo, não esconde a alegria que sente ao ver nascer na província vários projectos de combate aos efeitos da seca. Disse não terem visto, desde o tempo colonial, iniciativas do género na província.

"Razão pela qual aplaudimos muito a iniciativa do Presidente da República”, frisou.

O soba grande salientou que este projecto vai ajudar a aumentar a prática da agricultura na região, impedir o sofrimento do gado, bem como colocar um ponto final às grandes deslocações das populações em busca de água.

O Rei da Ombala Onaluke, comuna do município de Ombadja, Mário Setipamba, disse não haver registo, desde a Independência do país, há 45 anos, de um projecto concreto que resolvesse o problema da seca no Cunene, tal como estes se propõem a fazer.

A chegada destes projectos constitui motivo de alegria para nós. E esta alegria a que me refiro não é apenas da pessoa que está a falar, mas da comunidade que represento”, realçou.

Disse haver pessoas na sua comunidade que, para conseguir água, têm de percorrer mais de 10

quilómetros, acompanhados do gado. "Mas, com a chegada destes projectos, temos a certeza que este sofrimento vai chegar ao fim", vaticinou.

Outras províncias

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, assegurou que o plano de acção de combate aos efeitos da seca não se circunscreve apenas à província do Cunene. Disse que o mesmo integra, também, projectos e acções para as províncias da Huíla e Namibe.

Este plano não compreende apenas projectos estruturantes. Combina projectos estruturantes com acções mais imediatas, como a construção de furos, reabilitação e construção de diques e açudes, chimpacas e outras soluções locais", realçou.

Na província do Namibe, está em curso a elaboração do estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental para a construção de seis barragens de retenção de água, o lançamento do concurso público para a recuperação e desassoreamento de 43 barragens de alvenaria e represas de retenção de água, nos municípios da Bibala, Camucuio, Moçâmedes e Virei.

## 8.12 Banco Mundial garante 1,7 mil milhões de dólares

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2021*

*Texto: Yola do Carmo*

O Banco Mundial garante mobilizar um financiamento de 1,7 mil milhões de dólares, no curto prazo, para apoiar os programas do Governo angolano, segundo fez saber o director-geral para Angola.

Jean Christophe Carret fez estas declarações, ontem, no Ministério das Finanças, em Luanda, à margem da assinatura de quatro acordos, avaliados em 417 milhões de dólares para projectos de energia e águas e outros, dos quais 167 milhões foram desembolsados pela Agência Francesa de Desenvolvimento.

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, em representação do Governo angolano, disse que dos acordos assinados, 250 milhões de dólares estão destinados para a Educação, concretamente o "empoderamento das raparigas e aprendizagem para todos (PAT II)". Para o sector de Energia e Águas, foi acordado um valor global de 417 milhões de dólares, dos quais 250 milhões pelo Banco Mundial e

167 milhões pela Agência Francesa de Desenvolvimento.

De acordo com a ministra das Finanças, além destes financiamentos, há uma garantia por parte do Banco Mundial e o Governo francês, ainda não accionada, para o projecto de Águas do Bita, com o qual se prevê aumentar substancialmente a produção e distribuição de água para a zona Sul de Luanda.

Vera Daves explicou que para o período de amortização dos financiamentos, as regras estendem-se num prazo de 2025 a 2026 na maior parte dos casos, ou seja são projectos de médio a longo prazo com taxas de juros acessíveis que darão espaço para o Governo angolano fazer o serviço da dívida de forma mais tranquila.

Cobertura do défice

Por seu turno, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que com o projecto Bita se vai adicionar mais 250 mil metros cúbicos de água e atender, a grosso modo, cerca de 1 milhão de pessoas residentes na parte Sul de Luanda. Não irá cobrir na totalidade o défice, mas um terço dos problemas de abastecimento da água da capital.

O projecto está a ser preparado há dois anos e vai compreender uma captação de água, sistema de armazenamento e rede de distribuição.

"Queremos ver de forma rápida os projectos a serem executados, porque temos um contrato de mais de mil milhões de dólares, que implica naturalmente ser geridos pelo Ministério das Finanças por ter fechado a estruturação. Esse conjunto de contratos tem a garantia do Banco Mundial com cerca de 500 milhões de dólares, e hoje esse acordo foi assinado", disse.

Conforme acrescentou, em relação ao projecto de electricidade, existem duas componentes: a primeira é o reforço da capacidade institucional do sector para permitir que as empresas operacionais possam operar com maior eficiência e deixarem de ter a dependência do OGE que tem até hoje.

Por outro lado, aumentar o acesso à electricidade, o que implica electrificar as províncias de Luanda, Benguela Huíla e Huambo e ainda as sedes municipais para que, aproximadamente, um milhão de pessoas possam beneficiar de electricidade com a execução.

### 8.13 EPAL desactiva 136 ligações clandestinas

*Jornal de Angola*

17 De Julho de 2021

Texto: Edna Mussalo

Pelo menos 136 ligações clandestinas em bairros de Luanda foram desactivadas, entre quinta-feira e ontem, pela Empresa Pública de Águas (EPAL), revelou o porta-voz da instituição, Vladimir Bernardo.

O porta-voz da EPAL, que falava no termo de uma campanha de desactivação de mais de 30 ligações clandestinas nas imediações do rio Cambamba, entre o Talatona e a Rotunda da Fubú. Vladimir Bernardo realçou que a campanha faz parte do Plano de Combate ao Garimpo de Água, iniciativa levada a cabo, em parceria com a Polícia Nacional e Administrações Municipais, desde Outubro do ano findo, no sentido de se melhorar a distribuição do produto à capital do país.

Quanto às mais de 30 desactivações de ontem, disse que a acção dos garimpeiros afectavam duas condutas, que levam a água para o Centro de Distribuição de Talatona e Benfica 1, o que impedia o normal abastecimento.

O porta-voz referiu serem ligações feitas pela calada da noite e alimentam tanques de grande dimensão, onde é praticada a venda ilegal de água em camiões cisterna, prejudicando, deste modo, o sistema de fornecimento da EPAL e do consumidor.

Vladimir Bernardo lamentou o facto de não serem identificados os responsáveis pela gestão dos referidos tanques, mas acredita tratem-se de moradores dos arredores da conduta. Estes indivíduos, avançou, possuem tanques e clientes idos de vários pontos de Luanda.

"Reconhecemos a existência de outras zonas cinzentas, onde não há o normal fornecimento de água, o que, de alguma forma, alimenta esse tipo de negócio", denunciou o porta-voz.

Vladimir Bernardo realçou que a EPAL, hoje, tem mais força de agir, em função dos mecanismos legais de combate ao garimpo de água.

Segundo o responsável, está em vigor a matéria jurídico-legal do Código Penal, aplicada a esse tipo de prevaricadores, o que considera um caminho andado para pôr cobro ao garimpo de água. "É um trabalho integrado entre a empresa, a Polícia e aos órgãos judiciais, para se prender esses garimpeiros".

### 8.14 "Águas de Portugal" assina contratos no valor de 8,9 milhões

*Jornal Economia & Finanças*

23 De Julho de 2021

O Grupo Águas de Portugal (AdP) anunciou ontem a assinatura de dois contratos com o Ministério da Energia e Águas no valor de 10,5 milhões de dólares.

Num comunicado enviado à Lusa, a AdP refere que estes dois contratos são relativos à assistência técnica para o desenvolvimento de serviços de abastecimento de água e de saneamento e que terão financiamento assegurado pelo Banco Mundial e pelo Banco Europeu de Investimento.

Um dos contratos diz respeito à assistência técnica à Empresa de Água e Saneamento da Huíla (EASH), enquanto o outro tem como objectivo o apoio às cidades de Moçâmedes, Luena e Dundo.

O projecto na Huíla tem uma duração prevista de quatro anos e abrangerá os municípios de Lubango, Chibíla, Matala, Jamba, Cacula e Quipungo, num total de 1,6 milhões de pessoas.

Este contrato envolve a assistência técnica à EASH para a capacitação da empresa nas áreas técnica, financeira e comercial.

Já o projecto no Luena, Dundo e Namibe tem uma duração de três anos e pretende apoiar o Ministério da Energia e Águas na "implementação do respectivo projecto de financiamento, nomeadamente na monitorização e gestão do contrato, na gestão financeira dos projectos e na gestão ambiental e social dos projectos".

O director da AdP Internacional, Cláudio Jesus, considerou que estes contratos são "o fruto de um modelo de relacionamento bilateral entre os Estados que já vem de longa data".

"Isto é fruto de um trabalho continuado, persistente e muito incisivo que o grupo vem fazendo com Angola e com todos os decisores deste sector", disse.

Empresa de Agua no Bié arrecada 312 milhões de kwanzas.



## 8.15 Jornal Economia & Finanças

*23 De Julho de 2021*

*Texto: Delfina Victorino*

Trezentos e doze milhões de kwanzas é o valor arrecadado pela Empresa de Água e Saneamento do Bié, no primeiro semestre do ano em curso com as cobranças do sistema pós-pago.

Segundo o Presidente do Conselho de Administração da empresa, Menezes Chamale, os valores arrecadados são provenientes das cobranças em várias localidades onde possui sistemas de captação de água.

O responsável afirmou que a empresa arrecada mensalmente cerca de 17 milhões de kwanzas, mesmo com a falta de pagamento de alguns consumidores.

Menezes Chamale afirmou ainda que todos os consumidores devem fazer o pagamento da água, independentemente da sua condição financeira.

"O sector das águas não tem autonomia para retirar os consumidores do fornecimento do precioso líquido, independentemente da sua condição financeira", refutando assim uma matéria publicada na imprensa nacional, que sugeria

O corte de água a muitas famílias que enfrentavam dificuldades para honrarem os seus compromissos.

Menezes Chamale esclareceu ainda que há uma tarifa estabelecida para os consumidores do sistema pós-pago em várias classes que variam de 500 a mil e 700 kwanzas, em cada dez mil litros de água consumido de forma estimada.

Actualmente a província controla 30 mil consumidores, com contratos e sem vínculo contratua

Os municípios do Cuito, Cunhinga, Nharêa e Cuemba, são os únicos que possuem sistemas convencionais com a implementação de captação, centro de tratamento e uma rede de distribuição de água, detalhou.

O município possui igualmente o maior número de clientes, com 16 mil e 400 controlados, enquanto o Cuemba possui mil e 400, Cunhinga mil 300 e a Nharêa com 2 mil e 700 que fazem o pagamento regular.

O sector, apesar de enfrentar uma crise na distribuição tem melhorado a gestão.

## 8.16 Dívida do consumo de água próxima dos 14 mil milhões

*Jornal de Angola*

*29 De Julho de 2021*

*Texto: Kayila Silvina*

A elevada dívida contraída pelos clientes à Empresa Pública de Águas e Saneamento do Zaire (EPASZ), avaliada em 13 762 milhões de kwanzas, provoca constrangimentos à gestão do sistema, revelou, ontem, em Mbanza Kongo, o presidente Disonama Nsoki disse que a dívida foi contraída por clientes públicos, singulares ou privados no período de Janeiro à Junho do ano em curso, descreveu pelas dificuldades causadas ao inviabilizar a gestão, bem como por afectar o pagamento regular de salários aos 56 trabalhadores.

Segundo a fonte, a EPASZ leva a cabo campanhas de sensibilização junto dos consumidores, num esforço para a recuperação da dívida, mas vai efectuar cortes no fornecimento de água e aplicar multas aos clientes que não cumprem as obrigações.

Em Mbanza Kongo, onde estão inscritos 7080 clientes, o consumo é pago por uma percentagem ínfima dos que absorvem água da rede pública, com contadores instalados, com o que a empresa tem limitações na concretização de projectos de expansão.

Há projectos de expansão da rede de distribuição de água em curso no Bairro da Juventude, na localidade do Quilemos, que se prevê que se estenda para o condomínio das "100 Casas", no Bairro Bela Vista.

O sistema de abastecimento de Mbanza Kongo, inaugurado em Dezembro de 2019, conta com um tanque de três metros cúbicos (m<sup>3</sup>) que garante a produção diária de 10 500 m<sup>3</sup> de água potável, permitindo, até agora, instalar 11 mil ligações domiciliárias e 722 chafarizes para distribuir o líquido a 7.080 consumidores.

Para os restantes cinco municípios da província do Zaire, nomeadamente Soyo, Nzeto, Tomboco, Kuimba e Nóqui, de acordo com Disonama Nsoki, existem projectos de construção do sistema de abastecimento de água potável, cuja implementação aguarda por financiamento.

No âmbito de tais projectos, segundo avançou Disonama Nsoki, a cidade de Mbanza Kongo vai beneficiar da segunda fase da expansão da rede de distribuição de água, para elevar as ligações domiciliárias para 25 mil.

Para o município do Nzeto, prosseguiu, enquanto se aguarda pelo financiamento da construção de novos sistemas de abastecimento de água, está em construção, pela empresa chinesa Sinohidro, a edificação de uma torre com capacidade de 500 metros cúbicos, sob fiscalização da empresa DAR.

Ao passo que, no município do Soyo, a EPASZ vai construir 120 novos chafarizes e reabilitar 43, com vista a aumentar os postos de distribuição de água potável de forma gratuita.

### 8.17 Angola pede ajuda para combater seca no Cunene

*Novo Jornal*

*30 De Julho de 2021*

A, ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, solicitou, na passada terça-feira, 27, em Roma, Itália, apoio ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para lidar com a problemática da seca na província do Cunene.

O pedido de 'socorro' da governante angolana foi feito durante um encontro na capital italiana, em que Carolina Cerqueira fez uma resenha sobre o combate à pobreza em Angola, assistência social, o programa de transferências monetárias, os investimentos na educação, saúde e habitação social, num contexto difícil devido à pandemia da Covid-19.

Na mesma reunião, a ministra solicitou também a continuação do apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aos programas de agricultura familiar em curso em Angola.

Por sua vez, o presidente do FIDA, Gilbert Houngo, manifestou-se satisfeito com a participação de Angola na FAO e particularmente no FIDA

O responsável prometeu a continuação e reforço do apoio para a realização de programas estruturantes que promovam o desenvolvimento sustentável.

Participaram, igualmente, no encontro as secretárias de Estado das Relações Exteriores de Angola, Esmeralda Mendonça; Pescas, Esperança Costa; bem como a embaixadora de Angola na Itália e junto da FAO, Fátima Jardim.

De referir que o FIDA é uma agência da ONU, com a missão de apoiar as populações rurais a superarem a carência.

Novo Jornal

### 8.18 OMUNGA contra investimento em chimpacas anunciado pelo PR

*Novo Jornal*

*30 De Julho de 2021*

*Texto: Antunes Zongo*

A Associação OMUNGA, com sede em Benguela, manifesta-se contra o projecto de multiplicação de chimpacas, anunciado há duas semanas pelo Presidente da República, João Lourenço, como forma de mitigar o impacto da seca nas populações do Cunene e doutras províncias do Sul do País.

A posição da OMUNGA foi transmitida ao NJ por João Malavindele, director-executivo da entidade, para quem a "melhor solução" para os problemas da seca seria o Governo cumprir com os "compromissos assumidos" no âmbito da "declaração de Malabo", que prevê a atribuição de 10% das despesas públicas ao sector agrícola. Outra "medida também importante", na perspectiva de João Malavindele, passa por o Executivo assumir a "grandeza do problema" e "declarar estado de emergência nas zonas afectadas pela seca", visando "provocar a intervenção de agências internacionais especializadas em apoio humanitário".

De recordar que no passado dia 9 deste mês, o Presidente da República anunciou, no Cunene, a implementação de vários projectos que visam travar a seca naquela circunscrição e regiões do Sul.

Entre os projectos anunciados pelo Titular do Poder Executivo, destaca-se o programa avaliado em 44,3 mil milhões de kwanzas, em execução já há um ano, que prevê a construção do sistema de captação no Rio Cunene, a conduta pressurizada, bem como a concepção de 10 chimpacas.

No entanto, para o director da OMUNGA, as chimpacas (bacias de retenção de água das chuvas) "não são solução" para o presente problema da seca, sendo que pelo "contrário constituem um atentado à saúde humana", dado que são locais em que, além de as pessoas acorrerem para buscar água para o consumo, os animais também lá saciam a sede e deixam os seus excrementos.

"Se o Governo quiser resolver a 'rnaka' da seca, deverá ouvir outras forças vivas da sociedade, como especialistas em técnicas de retenção de águas, bem como académicos", defende o nosso interlocutor.

O responsável da OMUNGA sublinha que a associação que dirige criou com mais quatro associações cívicas (FÓRUM, ACC, ANO, MBANKITA) um consórcio denomina-

"Plataforma-Sul", que visa realizar estudos e apresentar sugestões ao Executivo, mas lamenta que as propostas já apresentadas não têm sido levadas em conta.

Em consequência da seca, várias famílias têm abandonado a província do Cunene à procura de melhores condições na vizinha Namíbia.

## 8.19 Água corrente no Huambo chega a 20 mil habitações

*Jornal de Angola*

*31 De Julho de 2021*

*Texto: Estácio Camassete*

Um total de 20 mil ligações domiciliárias vão ser feitas, pela Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Huambo, em diferentes bairros daquela circunscrição, anunciou ontem o presidente do Conselho de Administração (PCA) da instituição.

Adolfo Elias disse que o projecto, financiado pelo Banco Mundial e iniciado em Novembro do ano passado, vai beneficiar os bairros do Santo António, Tinguita, Aviação, Casseque, Belém do Huambo e Dango, arredores do município sede da província.

O PCA da Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Huambo assegurou que as ligações vão abranger os bairros da Chiva, Vila Graça, Bomba Alta e Calilongue e a zona da Cuca. Adolfo Elias salientou que, no caso urbano da cidade, a distribuição de água potável é de 100 por cento. Por isso, as acções da empresa estão viradas para os bairros da periferia, devido à escassez de fornecimento que anda em torno dos 50%.

A situação, disse, tem deixado muitos desses bairros privados de abastecimento de água potável, daí a necessidade da substituição total da conduta, um processo que já está em curso.

O responsável esclareceu que está a assegurar o fornecimento de água, através de duas centrais de captação, tratamento e distribuição, sendo uma do Cunhoñgamwa, com uma capacidade de 46 mil metros cúbicos, e de Culimahãla, com 1.360.

### Vandalização de condutas

Adolfo Elias denunciou a permanente vandalização e desvio das condutas, por parte das pessoas de má-fé, acções que causam enormes prejuízos financeiros à empresa.

Por outro lado, realçou que cerca de 30 a 40% da água produzida não tem retorno financeiro para a

empresa. "Temos um trabalho permanente de luta contra essas situações".

O PCA da Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Huambo sublinhou que, apesar dessas dificuldades funcionais, tem havido alguma consciência do pagamento do consumo a nível da região.

Por exemplo, avançou que a taxa de dívida acumulada dos consumidores ronda os 450 milhões de kwanzas. A empresa tem na sua base de dados mais de 60 mil clientes, mas apenas 40 mil têm estado a honrar, mensalmente, os compromissos de pagamento.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Luanda, incertezas e novos desafios

*Jornal de Angola*

*5 De Julho de 2021*

*Texto: Adebayo Vunge*

Não posso, antes de mais, escamotear a simpatia natural que nutria pelo então governador Sérgio Luther Rescova, que me desafiou, no início do seu consulado a escrever sobre o que pensava que deveria ser feito em prol de Luanda. Leitor atento, tivemos várias conversas sobre o meu manifesto, vamos salvar Luanda.

Embora muito do que escrevi permaneça actual, a verdade é que surgiram factores «novos». O principal deles é a Covid-19 com a qual o então Governador soube lidar de forma sagaz e pragmática no tocante aos segmentos populacionais mais vulneráveis nos primeiros tempos da pandemia. Essa pandemia veio colocar a nú a urgência do Estado Social. Ou seja, o quanto o Estado pode fazer para evitar que angolanos estejam na mendicidade mais atroz como é o facto de vermos pessoas a alimentarem-se a partir do contentor.

Por isso, acredito que os órgãos da administração local do Estado, a começar, no figurino actual, pelos governadores e em cadeia os administradores municipais, comunais e de distrito deveriam ter uma outra abordagem. E, não acredito que o problema seja a falta de recursos. Afinal, a gestão é isso mesmo. Fazer maravilhas com tão pouco. Portanto, acredito que nas actuais circunstâncias, mesmo com as limitações orçamentais os governadores municipais e os administradores municipais, particularmente em Luanda deveriam fazer um pouco mais e evitarem o nosso olhar de tamanha e cada vez maior precariedade.

Um outro desafio, ainda na componente humana prende-se com o tema das mortes por malária que se assiste particularmente em Benguela e Luanda. Mas olhando principalmente para Luanda, entendo que a edilidade não pode ficar alheia ao assunto. E há frentes que devem ser desencadeadas com celeridade para evitarmos mais dramas. Um dos aspectos que me espanta é a fraca disseminação de informação e ainda mais fraca distribuição de mosquiteiros entre as zonas da periferia mais afectadas, como revelam os

números, uma vez que está lenta a resolução do problema do lixo. Luanda tornou-se caótica.

Ora, esse cuidado com as pessoas deveria ser uma prioridade. Falo em dar de comer a quem tem fome e que anda a deambular pelas ruas e focos de lixo; falo dos cuidados de salubridade e higiene que as populações de Luanda perderam e vivem, em alguns novos bairros periféricos que continuam a surgir como cogumelos, ante a passividade das entidades administrativas, numa condição de verdadeira precariedade.

Prefiro então já nem olhar para a requalificação de alguns bairros de Luanda, como o Bairro Popular, Terra Nova, Marçal, Rangel, Hoji-ya-Henda, Bairro Operário, a exemplo do que vimos ser feito no Mártires de Kifangondo, Tala Hadi (que hoje os moradores chamam de Tala-Alice em analogia ao meu bairro Vila-Alice e como estando até em certa medida com melhor lustro) e Cassenda e com preços mais económicos do que os anunciados para uma tal estrada.

Nos meandros políticos, Luanda carrega hoje a fama de o "cemitério de quadros". Todavia, acredito que, com um pouco de dedicação, comprometimento, visão e estratégia, seja possível fazer-se alguma coisa em prol da província. É importante que cada Governador se preocupe em colocar a sua pedra, deixar o seu legado e procurar resolver pelo menos um problema dos que afligem a província-capital e os seus mais de sete milhões de moradores. O factor demográfico torna num desafio a distribuição de água potável, de energia eléctrica e até a mobilidade.

Como se denota, no nosso actual modelo, embora muitos problemas sejam imputados à edilidade, a sua resolução depende sobretudo da acção de outros sectores. Relativamente às questões dos transportes, essa crónica, hoje, coincide com a realização de uma conferência internacional que irá proceder à apresentação e discussão das soluções de mobilidade para Luanda. Trocado em miúdos: a apresentação do projecto do Metro de Superfície de Luanda cuja implementação irá trazer um outro lustro à cidade. Resolve o problema da mobilidade entre as várias cidades ou pólos de desenvolvimento e resolverá certamente alguns embaraços urbanísticos e arquitectónicos que se regista. O MSL é um projecto, verdadeiramente, transformador. Com o MSL, circular-se-á mais facilmente entre os diferentes pontos da província, nas suas diferentes linhas e ainda que em etapas de disponibilidade de serviço diferentes.

Já não me adianta questionar nomes. Enquanto cidadão da polis, espero francamente que a nova Governadora tenha melhor sorte que os seus antecessores. Essa sorte e todo o trabalho serão vitais para a melhoria das cidades de Luanda que clamam por um novo aspecto a começar da Mutamba; melhorias da iluminação e da segurança em várias zonas onde os delinquentes impõem quase o recolher obrigatório; melhorias do equipamento urbano e das vias para reduzir-se os engarrafamentos que não nos deixam descansados onde, para nosso espanto e indignação, ainda levamos com "nguvulus" e suas sirenes mostrando que afinal ainda há, como no tempo da velha senhora, várias categorias de cidadãos. Até nisso o metro é democrático. Ali não haverá sirenes. Os desafios de Luanda residem, portanto, entre as pessoas e as infra-estruturas.

## 9.2 Registados 334 casos de violência doméstica

*Jornal de Angola*

*12 De Julho de 2021*

*Texto: Júlia da Costa*

O Gabinete Provincial do Huambo da Acção Social, Família e Igualdade de Género registou, desde Janeiro, 334 casos de violência doméstica, dos quais 24 foram encaminhados ao Ministério Público, para o devido tratamento.

Os dados foram avançados ao Jornal de Angola por Maria de Fátima Cawewe, directora da referida instituição, acrescentando que os casos de violência doméstica, com realce à fuga à paternidade e falta de pagamento da pensão alimentar, tendem a aumentar. "Temos recebido mais queixas de mulheres, que enfrentam inúmeras dificuldades".

Os casos de violência doméstica, referiu, estão na base do aumento de crianças nas ruas. "Os pais, a não assumirem as suas responsabilidades, deixam-nas sem alternativas de sobrevivência".

Segundo Fátima Cawewe, os pais de muitas dessas crianças que andam pelas ruas trabalham, mas, infelizmente, a fuga à paternidade tem destruído muitos lares. Em alguns casos, disse, os pais não têm tempo de cuidá-las e elas vão às ruas em busca de sustento.

Acrescentou que o Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género conta com a colaboração de centros de acolhimento, onde são encaminhadas várias crianças retiradas das ruas.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Leilão de madeira arrecada 200 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*  
7 De Julho de 2021

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), na província do Cuando Cubango, arrecadou, com o leilão de 6.914 peças de madeira mussivi, um valor de 200 milhões de kwanzas, segundo dados avançados ao Jornal de Angola pelo chefe de departamento, Domingos Afonso Ndedica.

A madeira apreendida por exploração ilegal, corresponde a 1.667,33 metros cúbicos, tendo leiloado 496,88 metros cúbicos a duas empresas da província do Cuando Cubango e 1.170,45 a uma empresa de Luanda e outra de Malanje.

#### Exportações

Ao todo, 17.457 metros cúbicos de madeira da espécie mussivi, girassonde, muvala e mucussi foram exportados durante a campanha florestal de 2020 na província do Cuando Cubango, com principal destino para a China, Vietname, Namíbia e África do Sul.

O chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Domingos Afonso Ndedica, explicou ao Jornal de Angola que neste momento não consegue quantificar o valor arrecadado com as exportações de madeira porque todos os emolumentos são pagos a partir de Luanda, onde são emitidas as licenças e guias de transladação, cabendo ao IDF passar a custo zero, os certificados de instância, consoante os documentos do Ministério da Agricultura.

Realçou que 57 empresas estiveram envolvidas na transportação dos 17.457 cúbicos de madeira, dos quais 16.037 são da espécie mussivi e 1.420 do tipo muvala, girassonde e mucussi, da província do Cuando Cubango para Luanda, Benguela e Namibe com o fim de exportarem a mercadoria para os principais mercados da China, Vietname, Namíbia e África do Sul.

Domingos Afonso Ndedica recordou que a madeira do tipo mussivi tem sido a mais procurada na província devido ao seu valor económico nos mercados da Ásia. Onde o metro cúbico que os chineses e vietnamitas compram dos garimpeiros de madeira a 35 mil kwanzas pode ser comercializado a 500 ou 600 dólares. As restantes marcas como muvala e mucussi são mais apreciadas na Namíbia e África do Sul.

Sublinhou que a campanha florestal 2020 no Cuando Cubango superou a expectativa, tendo em vista que houve um controlo rigoroso na saída da madeira em forma de prancha e serrada conforme a lei estipula, assim como os madeireiros cumpriram com todos os requisitos legais para o transporte do produto. Domingos Afonso Ndedica informou que na campanha do ano passado não foram emitidas novas licenças de exploração de madeira, apenas foram cedidos certificados de produto de instância para aquelas empresas que ainda tinham concentrado nas matas e nos seus estaleiros vários metros cúbicos explorados em anos anteriores e que não conseguiram vender devido à suspensão da actividade.

Fez saber que neste momento o IDF apenas passa certificado de produto a 14 empresas que têm um volume de madeira do tipo mussivi nos estaleiros de 2.161 metros cúbicos, contra os cerca de 20 mil controlados anteriormente das campanhas de 2016 e 2017. Campanha florestal 2021

Domingos Afonso Ndedica anunciou que cerca de 60 empresas foram cadastra-das na província do Cuando Cubango para a presente campanha florestal 2021 que vai arrancar nos próximos dias e que se prevê cortar 15 mil metros cúbicos de madeira da espécie muvala, girassonde e mucussi. Referiu que uma equipa de engenheiros florestais trabalhou no princípio deste ano na província tendo avaliado as empresas com idoneidade técnica, financeira e administrativa para a obtenção de licenças de exploração de madeira.

"Neste momento, estamos a aguardar as licenças que são emitidas a partir de Luanda, para que as empresas possam começar a cortar a madeira, tendo em conta o atraso no arranque oficial da campanha florestal agendado no passado dia 31 de Maio", disse. Domingos Ndedica fez saber ainda que a partir desta campanha florestal o IDF na província terá o controlo do valor arrecadado na exploração, transportação e exportação da madeira, tendo em vista que foi instalado nas suas instalações uma plataforma que conta com a parceria da Administração Geral Tributária (AGT), para o pagamento destes impostos.

Informou ainda que desde Janeiro deste ano até à presente data foram apreendidos cerca de mil metros cúbicos de madeira, com destaque para o mussivi que foram cortados ilegalmente nos municípios do Cuito Cuanavale e Cuchi. Acrescentou que no ano passado houve a apreensão de pouco mais de 1.200 metros cúbicos de madeira que foram também revertidos a favor do Estado e que serão leiloados. Salientou que o governo do Cuando Cubango está a enviar

esforços junto da direcção central do IDF para que toda a ma-deira apreendida por exploração ilegal possa ser usada nas obras do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) na região.

## 10.2 Governo aumenta produção de mobiliários escolares

*Jornal de Angola*

*10 De Julho de 2021*

*Texto: Lourenço Bule*

A produção de carteiras escolares, portas, janelas e mobiliário diverso, para apetrechar as obras sociais do Estado, construídas na província do Cuando Cubango, vai ganhar outro impulso, com a execução, nos próximos dias, do projecto do governo de dinamização de carpintarias e serrações de madeira.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-Estruturas, Afonso de Antas Miguel, que falava a margem da III reunião do Conselho Alargado do governo local, salientou que a promoção da produção nacional deverá contar com o financiamento do Estado para equipar as carpintarias e as serrações de madeira, com vista à geração de mais empregos.

Adiantou que a medida visa, fundamentalmente, absorver a madeira que é apreendida da exploração ilegal, que a partir de agora passa a ser distribuída nestas serrações e carpintarias para a feitura de equipamentos diversos.

O vice-governador explicou que, doravante, as mobílias, portas, janelas e carteiras escolares e outros artefactos resultantes da madeira apreendida têm como destino prioritário equipar todas as infra-estruturas sociais que estão a ser erguidas na província, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Antas Miguel salientou que a produção local destes equipamentos vai reduzir significativamente a importação de mobiliário urbano, escolar, hospitalar, escritório e outros artefactos para instituições públicas da província, passíveis de serem fabricados localmente.

Indústria é ainda precária

Para o êxito do Programa de Revitalização e Promoção da Indústria Transformadora de Madeira, os empreiteiros escolhidos para execução das obras do PIIM serão obrigados a adquirirem o mobiliário, portas, janelas, carteiras escolares, entre outros equipamentos produzidos localmente. Esta acção vai ajudar no apetrechamento das diferentes infra-estruturas construídas na província.

Salientou que apesar de existirem diversas carpintarias no Cuando Cubango, e não obstante dispor de grandes extensões de recursos florestais, a indústria de transformação de madeira na província é precária e incipiente, uma vez que os operadores do sector, por várias razões, dedicam-se mais ao corte e à venda a compradores asiáticos, sobretudo, chineses e vietnamitas. Por isso, Antas Miguel defende que a concretização deste programa deve contar com o apoio de todos, sobretudo, na denúncia dos casos da exploração ilegal de madeira, uma prática que está a atrair muitos jovens e a provocar danos irreversíveis nas florestas do Cuando Cubango.

Novos pólos agrícolas

O director provincial da agricultura, António Pereira disse que a campanha agrícola 2021/2022, que arranca, brevemente, prevê a preparação de 150 mil hectares de terras aráveis, com recurso a tractores e ao recurso manual, um processo que contará com o envolvimento de 70 mil famílias camponesas.

Disse que, durante o novo ano agrícola, vão ser abertos 15 novos pólos agrícolas comunitários nos municípios de Menongue, Cuchi e Mavinga. Estes serviços juntar-se-ão aos 14 já existentes, com realce para o Perímetro Irrigado do Missombo, que será equipado com um pivô de irrigação e contará com um gabinete técnico autónomo.

António Pereira disse que, nesta referida campanha agrícola, vão ser distribuídas mais de 200 toneladas de sementes diversas, fertilizantes e instrumentos de trabalho, como charruas, enxadas, catanas, machados, entre outros.

O director assegurou que estão a ser preparadas as condições mínimas para a recepção de novos técnicos agrónomos, no sentido de trabalharem nas comunas, com o propósito de monitorarem as culturas e promoverem acções de formação dos camponeses.

Além disso, disse que os técnicos têm a missão de lidarem com os diversos fenómenos naturais que ocorrem na zona, designadamente com a seca, inundações e praga de gafanhotos, para que se garanta o aumento significativo de alimentos.

### 10.3 Consequências da seca no Cunene com dias contados

*Jornal de Angola*

*13 De Julho de 2021*

*Texto: César Esteves*

Os primeiros habitantes, vindos de várias partes da província do Cunene, começaram a fazer-se à povoação de Cafu, comuna de Xangongo, município de Ombandja, ainda muito cedo.

Ver pulsar de perto o coração do projecto que surge para combater, "de forma radical", os efeitos da seca na província, bem como saudar o seu mentor, o Presidente da República, João Lourenço, é o grande objectivo. O Chefe de Estado, que visitava a província pela segunda vez, em menos de dois anos, elegeu como um dos pontos da sua agenda de trabalho de dois dias ao Cunene uma visita às obras do projecto, para se inteirar do seu andamento.

O primeiro ponto da empreitada a visitar foi a central de bombagem do Sistema de Transferência de Água a partir do rio Cunene, na zona de Cafu, para abastecer as localidades de Ombandja e Namacunde, que dista 135 quilómetros da cidade de Ondjiva. Esta parte do projecto, que já está a ser preparada para receber o betão de limpeza, é praticamente o coração. É a partir daqui que se vai dar a tomada da água do rio Cunene para o sistema de distribuição.

Duas vias terraplanadas levam para lá. O primeiro é um caminho aberto apenas para a circulação dos equipamentos usados na construção do canal e das chimpacas. Este mede cerca de 30 quilómetros. O outro, de aproximadamente 35 quilómetros, é a estrada terciária que passa pela cadeia do Peu-Peu. Os dois caminhos fazem muita poeira e atravessam matas até chegar a Cafu.

Acreditava-se, por isso, que o Presidente da República fosse evitá-los, optando por se deslocar de helicóptero. Em Cafu, a população, que já se encontrava reunida no terreno, entoava canções de boas-vindas na língua local, ao mesmo tempo que mostrava a riqueza das danças tradicionais.

O casamento entre o som produzido por dois batuques tocados, de forma harmónica, por igual número de senhoras, e as canções entoadas levou as ministras de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, das Finanças, Vera da Daves, Educação, Luísa Grilo, Juventude e Desporto, Ana Paula do Sacramento, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Inglês, a despir-se das funções para se juntarem ao

grupo e exibirem alguns toques. Aqui, chamou atenção o toque das ministras Vera Daves e Ana Paula do Sacramento, pela forma como acompanhavam as canções.

Em meio a este ambiente eufórico, começa a chegar ao local uma caravana de carros empoeirados. Há dúvida em relação aos ocupantes. Não tarda, um homem dirige-se a uma das viaturas, abre a segunda porta lateral e quem desce é o Presidente da República, acompanhado da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço. Muitos não querem acreditar. O Presidente fez o troço do Peu-Peu. Desce da viatura, saúda a população, que corresponde com alegria, e dirige-se a uma tenda montada no local.

Aqui, recebe do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e do director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, Manuel Quintino, explicações pormenorizadas sobre o projecto. Terminado este momento, faz a tão aguardada visita guiada às obras da central de bombagem, com o ministro da Energia e Águas a dar algumas explicações sobre a empreitada.

No final, o Presidente da República regressou pelo caminho aberto apenas para a circulação dos equipamentos em uso na construção do canal e das chimpacas, para ver de perto as obras. Aqui, por duas vezes, desceu da viatura para se inteirar dos trabalhos. Depois deste momento, rumou para a cidade de Ondjiva, de onde, minutos depois, regressou para a capital do país.

O projecto visitado pelo Presidente da República é tecnicamente conhecido como Sistema de Transferência de Água a partir do rio Cunene, na zona de Cafu, para abastecer as localidades de Ombandja e Namacunde. Faz parte de um leque de três primeiros projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca, aprovados para a província do Cunene. É o único em execução neste momento.

Arrancou em 2019 e vai terminar, conforme prometeu o representante da construtora Sinohydro, Li Xun Feng, antes de Fevereiro do próximo ano. Está dividido em dois lotes. O primeiro consiste na construção da captação de água do rio Cunene, do sistema de bombagem, da conduta pressurizada, de um canal a céu aberto, a partir de Cafu até à localidade de Cuamato, e a construção de dez chimpacas.

O segundo lote consiste na construção do canal adutor a partir da localidade de Cuamato, até Ndombondola, e um canal adutor que vai sair de Cuamato até Namacunde. Consta, igualmente, desta



empreitada a construção de 20 chimpacas. Ao todo, vão ser construídas 30 chimpacas.

Cada uma delas vai medir 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de profundidade e a capacidade de armazenamento de água vai variar entre 25 mil metros cúbicos (25.000.000 de litros) e 30 mil metros cúbicos (30.000.000 litros). A rede de canais adutores terá uma extensão aproximada de 160 quilómetros. Está orçado em mais de 135 milhões de dólares. Numa primeira fase, vai retirar do rio Cunene, para abastecer as zonas afectadas pela seca, um caudal de dois metros cúbicos por segundo e, posteriormente, tão logo as condições hidrológicas do rio Cunene permitirem, um caudal de seis metros cúbicos por segundo. Vai beneficiar 235 mil habitantes e 250 mil cabeças de bois.

Os outros dois projectos são a construção da barragem de Calucuve e o seu canal associado, com uma extensão de 111 quilómetros, entre as localidades da Mupa e de Ondjiva, com 44 chimpacas. Outra parte desta empreitada é a construção da barragem do Ndúe e seu canal associado, numa extensão de 75 quilómetros, entre o Ndue e Embundo, e 15 chimpacas. Estes dois projectos não arrancaram na mesma altura que o primeiro, por razões de ordem financeira. Mas, na reunião com a governação local, o Presidente da República anunciou que esta situação já está ultrapassada, devendo, por isso, as obras arrancar em Outubro deste ano.

Nesta mesma ocasião, o Chefe de Estado anunciou um quarto projecto de combate aos efeitos da seca para a província do Cunene. Trata-se das obras da margem direita do Rio Cunene, a reabilitação da represa da Cova do Leão e a transferência de água do rio Caculvale, para quatro sedes municipais, nomeadamente Cahama, Otchindjau, Oncóua e Chitado. Estas obras vão arrancar no início do próximo ano. A par destes quatro projectos, o Presidente da República disse que vão ser recuperados, ainda este ano, os diques e açudes existentes na região do Curoca, considerado o epicentro da seca no Cunene.

Isto significa dizer que o sofrimento das populações e dos animais aqui da província do Cunene vai mudar, de forma radical, nos próximos anos. Estimamos que seja a partir de 2023 em diante, na medida em que estes quatro projectos forem sendo concluídos”, garantiu João Lourenço.

Estas são as primeiras respostas concretas ao problema da seca na província do Cunene, desde a independência de Angola, ou seja, há 45 anos. Até antes destes projectos, o problema da seca na

província do Cunene era combatido com furos de água. Foram abertos em toda a província, até aqui, mais de 700 furos, mas foram incapazes de atenuar o sofrimento da população, porque, na sua maioria, eram negativos.

"Estas perfurações têm sido feitas de forma empírica e só estão a gastar dinheiro”, desabafou a governadora, na reunião da governação local, em que participou o Presidente da República.

Em função disso, Gerdina Didalelwa defende furos, mas só depois de um estudo aturado, por empresas com capacidades técnicas e um conhecimento apurado em águas. A província está outra vez a viver uma situação de seca. Estão, neste momento, afectadas 514 mil e 855 pessoas. Nos centros de deslocados espalhados em todos os municípios da província verifica-se um fenómeno nunca antes registado: um total de 4.684 pessoas encontra-se acolhido nestes lugares.

A governadora disse que, no passado, essas pessoas eram assistidas nas próprias residências. Além deste número, há ainda 2.619 pessoas refugiadas na vizinha Namíbia. A governadora revelou que a maioria são crianças, com idades compreendidas entre os cinco e dez anos. "As crianças constituem a maioria em relação aos adultos”, lamentou.

A província conta com um sistema convencional de captação, tratamento e distribuição de água potável desde 2014, com uma extensão de 172 quilómetros e capacidade de 1024 metros cúbicos de água por hora, a partir de Ombadja, propriamente na vila de Xangongo. Conta ainda com um sistema de distribuição de água de Ombala Yo Mungo, inaugurado este ano, que beneficia 2200 pessoas.

O Cunene possui, igualmente, sete mil e 100 ligações domiciliárias, que poderão ser reforçadas com mais um projecto de ligação para as restantes localidades de Ondjiva e outras áreas da província. Apesar disso, a governadora defende a abertura de pelo menos 200 chimpacas em todos os municípios.

Administradora Ceistina Namzomunu

Muitos benefícios para a comunidade

A administradora municipal de Namacunde, Cristiana Namzomunu, disse que estes projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca, aprovados para a província do Cunene, vão trazer muitos benefícios às comunidades, sobretudo de Namacunde, por ser uma das mais assoladas pela calamidade natural.

Contou que, neste momento, os habitantes dessa região têm de andar longas distâncias, de um lado

para o outro, à procura de água para o consumo familiar. De-pendendo da aldeia, povoação ou vila, prosseguiu, há quem chegue a caminhar dez quilómetros para conseguir água. Cristiana Namzomunu disse que essa caminhada é, muitas vezes, feita com o gado.

Olhando para a dimensão deste projecto e o impacto que vai gerar na vida das pessoas, só nos resta agradecer ao Executivo”, realçou.

Para o administrador municipal de Ombadja, Hilário Sikalepo, este projecto significa tudo para o povo de Cunene, de uma maneira geral, e para o da sua zona de jurisdição, de forma particular. O administrador disse não ter dúvida de que se trata de uma iniciativa que vai combater os efeitos da seca na vida das populações das zonas afectadas. Sem precisar o número de cabeças de gado que terão morrido em consequência da seca, na sua zona, sublinhou apenas que os estragos provocados pela calamidade são enormes. "Ceifou até vidas humanas”, desabafou.

Bento Hituka Vali, soba grande da comuna de Xangongo, não esconde a alegria que sente ao ver nascer na província vários projectos de combate aos efeitos da seca. Disse não terem visto, desde o tempo colonial, iniciativas do género na província.

"Razão pela qual aplaudimos muito a iniciativa do Presidente da República”, frisou.

O soba grande salientou que este projecto vai ajudar a aumentar a prática da agricultura na região, impedir o sofrimento do gado, bem como colocar um ponto final às grandes deslocações das populações em busca de água.

O Rei da Ombala Onaluke, comuna do município de Ombadja, Mário Setipamba, disse não haver registo, desde a Independência do país, há 45 anos, de um projecto concreto que resolvesse o problema da seca no Cunene, tal como estes se propõem a fazer.

A chegada destes projectos constitui motivo de alegria para nós. E esta alegria a que me refiro não é apenas da pessoa que está a falar, mas da comunidade que represento”, realçou.

Disse haver pessoas na sua comunidade que, para conseguir água, têm de percorrer mais de 10 quilómetros, acompanhados do gado. "Mas, com a chegada destes projectos, temos a certeza que este sofrimento vai chegar ao fim”, vaticinou.

## Outras províncias

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, assegurou que o plano de acção de combate aos efeitos da seca não se circunscreve apenas à província do Cunene. Disse que o mesmo integra, também, projectos e acções para as províncias da Huíla e Namibe.

Este plano não compreende apenas projectos estruturantes. Combina projectos estruturantes com acções mais imediatas, como a construção de furos, reabilitação e construção de diques e açudes, chimpacas e outras soluções locais”, realçou.

Na província do Namibe, está em curso a elaboração do estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental para a construção de seis barragens de retenção de água, o lançamento do concurso público para a recuperação e desassoreamento de 43 barragens de alvenaria e represas de retenção de água, nos municípios da Bibala, Camucuiu, Moçâmedes e Virei.

## 10.4 Crédito de carbono junta UA e petrolíferas na defesa de mangais no País

*Novo Jornal*

*23 De Julho de 2021*

*Texto: Victória Maviluka*

Uma mão cheia de actividades, com «caixa alta» na importância dos mangais no consumo de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), vai marcar a semana de celebração, em África, do Dia Internacional de Conservação dos Ecossistemas de Mangais, tendo Angola sido escolhida para acolher o evento entre 26 e 31 deste mês. O programa comemorativo inclui uma inédita discussão sobre o crédito de carbono, no quadro da exploração petrolífera no País, o que abre portas a uma "importante via de receitas financeiras" ao Estado angolano, avançam fontes do Novo Jornal.

"Como sabemos, as empresas petrolíferas, fruto da sua actividade, estão entre os grandes emissores de dióxido de carbono, e os mangais, os grandes sequestradores de gases efeito estufa. É isso, em termos gerais, que a missão da União Africana vai levar à reflexão de todos", informam as fontes.

Observam que, por" alguma falta de conhecimento" e "insuficiente legislação", Angola não faz parte do grupo de países que participam nos mercados de carbono.

"O nosso País ratificou, recentemente, o acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, mas ainda lhe falta muita legislação sobre ambiente. Aliás, o próprio tema sobre crédito de carbono é quase um assunto novo entre nós. É necessário haver legislação nesse domínio. Por enquanto, o que se vai fazer nesta fase piloto, entre a SONANGOL e a TOTAL, é uma dedução de quanto as petrolíferas vão pagar pela emissão de dióxido de carbono. Esperamos que, com a ajuda da União Africana, Angola reforce o programa de protecção dos mangais e as petrolíferas, particularmente as internacionais, cumpram com uma compensação financeira que já fazem noutros países, no quesito da emissão de dióxido de carbono", sublinham.

Daí que a União Africana, que partilha a organização do evento com a UNESCO, Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA) e a ONG Otchiva, tenha escolhido o tema sobre a Avaliação de Acções de Carbono em Manguê (planta que habita em mangais) e Mercados de Carbono e Comércio para nortear o workshop que será dirigido aos técnicos de departamentos ministeriais, quadros da indústria petrolífera e ambientalistas.

Vice-PR entre os presentes

Rosto que abraçou a causa da defesa dos mangais em Angola, lançando-se ao desafio de restauração de um milhão de mangais em todo o País, Bornito de Sousa, Vice-Presidente da República, é dado como certo na abertura da semana de celebração do Dia Internacional de Conservação dos Ecossistemas de Mangais, a decorrer, pela primeira vez, em solo angolano, na segunda-feira, 26.

"Os ecossistemas de manguê são sumidouros de carbono altamente eficazes, sequestrando grandes quantidades de carbono no solo, folhas, galhos, raízes, etc.

Um hectare de manguê pode armazenar 3.754 toneladas de carbono, é o equivalente a tirar mais de 2.650 carros das estradas por um ano ( ... ). Nos últimos anos, os esforços nacionais para melhorar a gestão dos mangais aumentaram significativamente. O Governo, por meio do gabinete do Vice-Presidente e do MCTA, está comprometido a economizar e a melhorar os recursos de manguê do País", lê-se na nota sobre o evento, a que o NJ teve acesso.

O documento aponta, entre os objectivos do encontro, o reforço da consciência pública sobre a importância dos ecossistemas húmidos em Angola e a capacitação dos técnicos que trabalham nessas áreas.

Peritos de cinco países no workshop

Técnicos da União Africana (UA), oriundos de cinco países (Namíbe, Quênia, RDC, Etiópia e Gâmbia), vão orientar a formação sobre Avaliação de Acções de Carbono em Manguê e Mercados de Carbono e Comércio, a decorrer entre terça, 27, e sexta-feira, 31 de Julho, em Luanda.

Na cerimónia de abertura, estão previstas várias intervenções, como a da UNESCO, do titular do MCTA, Jomo Fortunato, além da leitura da mensagem da comissária da VA, Josefa Sacko, que, entretanto, será feita pelo director africano do Ambiente.

Está também prevista na cerimónia a exposição, pelas Embaixadas da Bélgica e da França em Angola, de vídeos sobre a degradação de mangais nas províncias do Zaire e de Cabinda.

O programa contempla ainda a intervenção do PCA da SONANGOL, Sebastião Gaspar Martins, de quem os organizadores esperam que advogue para a materialização de políticas de créditos de carbono para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> em Angola, tendo as empresas petrolíferas as principais visadas desta pretensão.

alvaro.victoria.novojornal.co.ao

## 10.5 Setecentos mil mangais plantados em Luanda

*28 De Julho de 2021*

*Jornal de Angola*

*Texto: Santos Pedro*

Angola vai plantar, até Dezembro, em todas as orlas marítimas do território nacional, um milhão de ecossistemas de mangais, dos quais 700 mil foram já plantados em Luanda, com a finalidade de proteger e conservar as espécies de plantas naturais e tropicais, que toleram água salgada localizada em áreas costeiras.

A informação foi avançada, terça-feira, em Luanda, pela directora do grupo Otchiva, que trabalha na protecção e preservação de mangais no país, Fernanda Renée, durante as celebrações do Dia Mundial para a Conservação do Ecossistema de Mangal, assinalado dia 26.

Fernanda Renée disse ao Jornal de Angola que o trabalho de reflorestação nos mangues, assim como a plantação de mangais conta com o apoio do vice-presidente da República, Bornito de Sousa.

Durante a semana de celebração do Dia Internacional para a Conservação dos Ecossistemas de Mangais, explicou, vários técnicos e engenheiros florestas vão ser formados, visando a preservação dos mangais.

Segundo Fernanda Renée, a formação visa, também, fazer com que Angola, nos próximos anos, possa vender carbono extraído dos mangais, assim como salvar várias espécies da vida marinha.

Os mangais, que se encontram em risco de destruição devido às actividades humanas, são dez vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono ao longo tempo, em comparação com ecossistemas terrestres, tornando-os essenciais para o combate às mudanças climáticas.

De acordo com Fernanda Renée, a semana de celebração do Dia Internacional para a Conservação dos Ecossistemas de Mangais termina sábado, com a plantação de mais de cem mil mangais, na ilha do Mussulo e nos Ramiros.

Fora de Luanda, assegura a responsável do Otchiva, já foram plantados mais de mil mangais na província do Zaire, onde, bem como em Cabinda, a espécie está em vias de extinção.

Segundo a comissária da União Africana, Josefa Sako, mais de 20 por cento de mangais no mundo já foram destruídos. A União Africana, acrescentou, trabalha com vários governos africanos no sentido de serem preservados os mangais

## **10.6 Angola pede ajuda para combater seca no Cunene**

*Novo Jornal*

*30 De Julho de 2021*

A, ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, solicitou, na passada terça-feira, 27, em Roma, Itália, apoio ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para lidar com a problemática da seca na província do Cunene.

O pedido de 'socorro' da governante angolana foi feito durante um encontro na capital italiana, em que Carolina Cerqueira fez uma resenha sobre o combate à pobreza em Angola, assistência social, o programa de transferências monetárias, os investimentos na educação, saúde e habitação social, num contexto difícil devido à pandemia da Covid-19.

Na mesma reunião, a ministra solicitou também a continuação do apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aos

programas de agricultura familiar em curso em Angola.

Por sua vez, o presidente do FIDA, Gilbert Houngo, manifestou-se satisfeito com a participação de Angola na FAO e particularmente no FIDA

O responsável prometeu a continuação e reforço do apoio para a realização de programas estruturantes que promovam o desenvolvimento sustentável.

Participaram, igualmente, no encontro as secretárias de Estado das Relações Exteriores de Angola, Esmeralda Mendonça; Pescas, Esperança Costa; bem como a embaixadora de Angola na Itália e junto da FAO, Fátima Jardim.

De referir que o FIDA é uma agência da ONU, com a missão de apoiar as populações rurais a superarem a carência.

Novo Jornal

## **10.7 OMUNGA contra investimento em chimpacas anunciado pelo PR**

*Novo Jornal*

*30 De Julho de 2021*

*Texto: Antunes Zongo*

A Associação OMUNGA, com sede em Benguela, manifesta-se contra o projecto de multiplicação de chimpacas, anunciado há duas semanas pelo Presidente da República, João Lourenço, como forma de mitigar o impacto da seca nas populações do Cunene e doutras províncias do Sul do País.

A posição da OMUNGA foi transmitida ao NJ por João Malavindele, director-executivo da entidade, para quem a "melhor solução" para os problemas da seca seria o Governo cumprir com os "compromissos assumidos" no âmbito da "declaração de Malabo", que prevê a atribuição de 10% das despesas públicas ao sector agrícola. Outra "medida também importante", na perspectiva de João Malavindele, passa por o Executivo assumir a "grandeza do problema" e "declarar estado de emergência nas zonas afectadas pela seca", visando "provocar a intervenção de agências internacionais especializadas em apoio humanitário".

De recordar que no passado dia 9 deste mês, o Presidente da República anunciou, no Cunene, a implementação de vários projectos que visam travar a seca naquela circunscricção e regiões do Sul.

Entre os projectos anunciados pelo Titular do Poder Executivo, destaca-se o programa avaliado em 44,3 mil milhões de kwanzas, em execução já há um ano, que prevê a construção do sistema de captação no Rio Cunene, a conduta pressurizada, bem como a concepção de 10 chimpacas.

No entanto, para o director da OMUNGA, as chimpacas (bacias de retenção de água das chuvas) "não são solução" para o presente problema da seca, sendo que pelo "contrário constituem um atentado à saúde humana", dado que são locais em que, além de as pessoas acorrerem para buscar água para o consumo, os animais também lá saciam a sede e deixam os seus excrementos.

"Se o Governo quiser resolver a 'rnaka' da seca, deverá ouvir outras forças vivas da sociedade, como especialistas em técnicas de retenção de águas, bem como académicos", defende o nosso interlocutor.

O responsável da OMUNGA sublinha que a associação que dirige criou com mais quatro associações cívicas (FÓRUM, ACC, ANO, MBANKITA) um consórcio denominado "Plataforma-Sul", que visa realizar estudos e apresentar sugestões ao Executivo, mas lamenta que as propostas já apresentadas não têm sido levadas em conta.

Em consequência da seca, várias famílias têm abandonado a província do Cunene à procura de melhores condições na vizinha Namíbia.

## 11. MINEIRA

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 Investimento Directo Estrangeiro na China aumentou 6% em 2020

*Jornal Expansão*

*2 De Julho de 2021*

*Texto: Orlando Mubongo*

As ações Unidas, através da sua Conferência sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), publicou no dia 21 de junho o Relatório de Investimento Mundial 2021. De acordo com o referido documento, em 2020 registou-se um aumento do investimento estrangeiro directo na China na ordem de 6%, atingindo os 149 bilhões USD, quando este valor em termos mundiais caiu 35%, 1,5 trilhões USD para um pouco mais de) trilhão. Cerca de 15% do IDE mundial em 2020 foi canalizado para aquele país

Este facto mostra que apesar do impacto da Covid-19 na economia mundial, a China continua a ser um mercado atractivo para os investidores mundiais, não apenas em projectos industriais onde a componente trabalho tem um peso importante, mas agora em novas áreas que estão a crescer naquele país, nomeadamente o sector das novas tecnologias, do comércio electrónico, da indústria aeroespacial, da defesa e segurança. Grande parte deste investimento vem de multinacionais com origem nos países mais ricos, o que mostra que apesar das tensões políticas entre governos, os "capitalistas" continuam a olhar para a China com um local atractivo de investimento.

De acordo com James Zhan, director de investimentos e empresas da UNCTAD, apesar do contexto da pandemia, a única região que registou crescimento de investimento directo estrangeiro foi a Ásia em desenvolvimento, factor que contribui com mais de metade dos fluxos globais de entrada e saída de IDE. A queda foi mais acentuada em economias desenvolvidas, onde o IDE caiu 58%, em parte devido à reestruturação corporativa e aos fluxos financeiros dentro das empresas.

No ano passado, estas tendências variaram significativamente por região. Regiões em desenvolvimento e economias em transição foram mais afectadas nas actividades baseadas em recursos e

dependentes da cadeia de valor global. Estamos a falar de países como Angola, que são dependentes de uma única matéria-prima e sem capacidade de garantir toda a cadeia produtiva do mesmo.

Os fluxos de IDE para a Europa diminuíram 80%, enquanto que para a América do Norte caíram menos acentuadamente, cerca de 40%. A queda nas regiões em desenvolvimento foi desigual, desde 45% na América Latina e Caribe, até 16% em África. Já na Ásia, os investimentos aumentaram 4%, com o leste asiático, onde se inclui a China, a receber cerca de metade de todo o IDE global em 2020.

#### Recuperação desigual

A Covid-19 também causou um colapso nos fluxos de investimento para sectores relevantes para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos países em desenvolvimento. Todos os sectores, excepto um, energias renováveis, tiveram um declínio de dois dígitos em relação aos níveis pré-pandemia. A crise agravou o declínio em sectores que já eram fracos antes da crise, como energia. Para a secretária-geral interina da UNCTAD, Isabelle Durant, a queda nesta área "pode rever-ter o progresso alcançado no investimento dos ODS nos últimos anos, representando um risco para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para a recuperação sustentada pós-pandemia".

As empresas multinacionais são responsáveis pela maior parte do IDE global e resistiram à crise criada pela pandemia. Apesar da queda nos lucros, as 100 principais empresas multinacionais aumentaram significativamente a liquidez, sinal da sua resiliência.

O número de multinacionais estatais, cerca de 1,6 mil em todo o mundo; aumentou 7%, com algumas novas entradas como resultado dos programas de resgate governamentais. A agência da ONU estima que os fluxos globais de IDE aumentem entre 10% a 15% em 2021, mas tal deixa ainda o indicador 25% abaixo do nível de 2019. As previsões apontam para um novo aumento em 2022 que, no limite superior das projecções, traz o IDE de volta ao nível de 2019.

A recuperação também vai ser desigual, com as economias desenvolvidas a impulsionar o crescimento global em IDE, com forte actividade de fusões e aquisições e apoio ao investimento público em larga escala. Os fluxos para a Ásia vão manter-se em alta, mas uma recuperação substancial para a África e para a América Latina e Caribe é improvável no curto prazo.

### 13.2 Angola e China estreitam relações militares

*Jornal de Angola*

*21 De Julho de 2021*

O director nacional de Política de Defesa, Barbosa Epalanga, considerou que a acreditação do adido de Defesa da China em Angola, Ji Meng, representa o estreitamento do relacionamento entre os dois Estados, tendo em conta o grau da patente do novo adido.

Ao intervir na cerimónia, Barbosa Epalanga esclareceu que Angola e a China têm três instrumentos de cooperação, nomeadamente entre os Ministérios da Defesa, na indústria da defesa e o acordo para fornecimento gratuito de material militar não letal. Ji Meng afirmou que Angola é um país importante no contexto africano e as suas forças armadas são fundamentais para a estabilidade da região austral.

### 13.3 Fórum Macau felicita país pela Cimeira da CPLP

*Jornal de Angola*

*22 De Julho de 2021*

O Fórum Macau felicitou Angola pelos “resultados históricos conseguidos” na XIII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada, no sábado, em Luanda.

Felicitou, igualmente, Cabo Verde pela “condução magnífica” dos trabalhos que permitiram o sucesso na Cimeira de Luanda. Esta posição vem expressa na acta da 16ª reunião ordinária do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa, realizada na terça-feira, em Macau.

Ao intervir na sessão, o embaixador de Angola na China, João dos Santos Neto, disse que a reunião de Luanda deu um sinal positivo no sentido de uma evolução qualitativa do ponto de vista das questões que devem merecer maior atenção na agenda do Fórum Macau.

“Os resultados da Cimeira de Luanda podem inspirar o Fórum em certos aspectos, tais como a solidariedade, face aos desafios actuais, e a mobilidade, que é um factor extremamente importante e pode tornar mais dinâmica a interacção e a cooperação entre os nossos países, em vários domínios”, sublinhou o diplomata angolano.

Sobre o mesmo assunto, o embaixador de Portugal na China, José Augusto Duarte, considerou os resultados conseguidos na Cimeira da comunidade lusófona como “fantásticos e uma conquista política importante para CPLP. O diplomata português defendeu que o Fórum Macau se congratulasse e registasse, com apreço, na sua acta, os “avanços significativos dados em Luanda”.

Os representantes daqueles países reuniram-se, na sede da instituição, em Macau, para discutir e aprimorar o conteúdo do projecto de Declaração Conjunta a ser assinada na reunião ministerial, prevista para Outubro, naquela cidade.

Na sessão de terça-feira, os participantes acolheram a candidatura da Guiné Equatorial e recomendaram a sua adesão ao Fórum Macau, na próxima reunião ministerial, tendo em conta que aquele país já é membro da CPLP, desde 2014.

O Fórum Macau é uma plataforma de cooperação económica, criada em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo da China, em coordenação com sete países de língua oficial portuguesa, com a colaboração da Administração da Região Especial de Macau. É constituído pela China, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste e a Região Especial de Macau.

Além dos embaixadores e dos delegados dos países de língua portuguesa no Secretariado Permanente do Fórum, estiveram presentes, na reunião, representantes do Conselho de Estado e responsáveis do Ministério do Comércio da China e da Administração da Região Especial de Macau, território chinês que domicilia o secretariado permanente do fórum.